

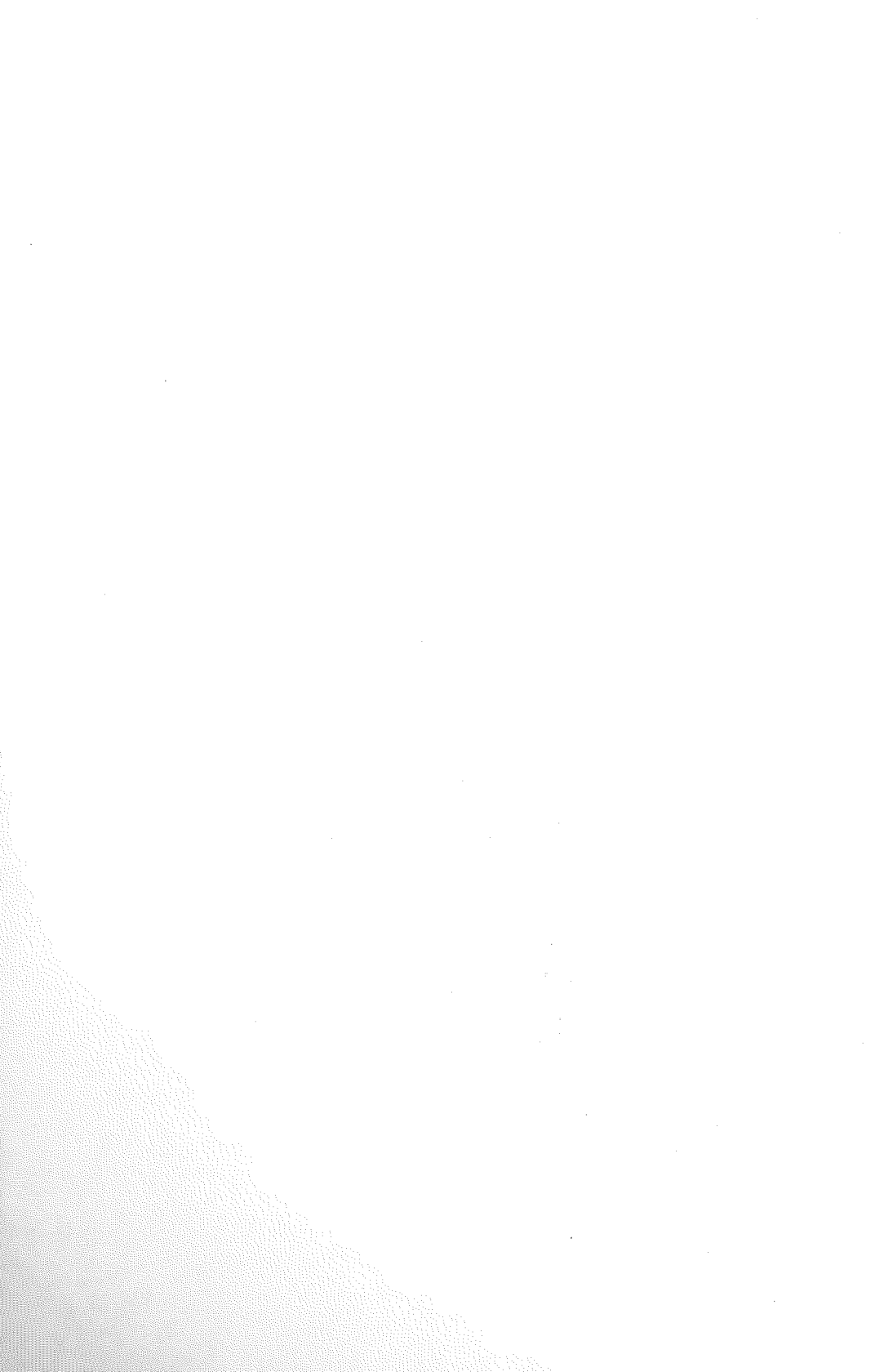
POLÍTICA & TRABALHO

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - Número 23 - Outubro de 2005



ISSN 0104-8015

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal da Paraíba



POLÍTICA & TRABALHO

Revista *Política & Trabalho*
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Centro de Humanidades
Universidade Federal da Paraíba

Coordenação 2005/2006
Ariosvaldo da Silva Diniz
Adriano de León

Publicação anual do PPGS/UFPB
n° 23 – outubro de 2005
ISSN 0104-8015

Conselho Editorial

Adriano de León (UFPB), Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB), Armelle Giglio-Jacquemot (Université Charles de Gaulle – Lille 3, França), Bryan S. Turner (National University Singapore, Cingapura), Brasília Carlos Ferreira (UFRN), César Barreira (UFC), Cláudia Fonseca (UFRGS), Cynthia Lins Hamlin (UFPE), Edgard Afonso Malagodi (UFPB), Howard Caygill (Goldsmiths College, University of London, Inglaterra), Ilse Scherer-Warren (UFSC), Jacob Carlos Lima (UFSCar), Jessé Souza (UENF), Joanildo A. Burity (FUNDAJ), José Arlindo Soares (UFPB), Julie Antoinette Cavignac (UFRN), Maria Carmela Buonfiglio (UFPB), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE), Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPB), Neide Miele (UFPB), Paulo Henrique Martins (UFPE), Regina Novais (UFRJ), Rubens Pinto Lyra (UFPB), Sandra J. Stoll (UFPR), Theophilos Rifiotis (UFSC), Vera da Silva Telles (USP).

EDITOR

Terry Mulhall (UFPB)

COMISSÃO EDITORIAL

Aécio Amaral Jr. (UFPB)
Artur Perrusi (UFPB)
Eliana Monteiro Moreira (UFPB)

SECRETARIA DA EDITORIA

Maria Sandra Rodrigues dos Santos

REVISORA DE TEXTOS

Jandira Lucena

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados à Revista *Política & Trabalho*:

Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária
CEP 58.051-970 – João Pessoa – Paraíba – Brasil – Telefax (0-XX-83) 216 7204
E-mail: politicaetrabalho@gmail.com Site: www.cchla.ufpb.br/politicaetrabalho
Capa (layout e arte): Tarsila do Amaral: São Paulo

Impressão: Idéia Editora Ltda. E-mail: ideiaeditora@uol.com.br (83) 3222-5986
Brasil – outubro de 2005

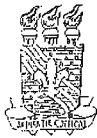
POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Paraíba
(Campus - João Pessoa)

Ano XXI
Número 23
Outubro de 2005

ISSN 0104-8015



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor - Rômulo Soares Polari

Vice-Reitora - Maria Yara Campos Matos

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa - Marcelo Sobral da Silva

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor - Lúcio Flávio de Vasconcelos

Vice-Diretora - Sandra Regina Moura

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenador - Ariosvaldo da Silva Diniz

Vice-Coordenador - Adriano de León

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPB

ISSN 0104-8015

Todos os Direitos Reservados

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 5.988/73) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central - Campus I - Universidade Federal da Paraíba

P 769 Política & Trabalho. ano 21, n. 23 (2005). - João Pessoa: PPGS-UFPb, 2005

Semestral

V.

1. Sociologia. 2. Ciências Sociais. 3. Política. 4. Trabalho. 5. Cultura.

BC - UFPB

CDU 301

DOSSIÊ: RE-ARRANJOS IDENTITÁRIOS E SOCIEDADE CIVIL

O RETORNO DO “POVO”: RAZÃO POPULISTA, ANTAGONISMO E IDENTIDADES COLETIVAS

Ernesto Laclau 09

GLOBALIZAÇÃO, REDE TECNO-SOCIAL E POLÍTICA URBANA

Tamara Tania Coben Egler 35

DISCURSOS LIBERTÁRIOS: ENTRE A “INCLUSÃO” E “UM NOVO MUNDO POSSÍVEL”

Josias V. de Paula Jr. 49

O RECONHECIMENTO MULTIIDENTITÁRIO E O CAMPO MULTICULTURAL DOS DIREITOS SOCIAIS

Sérgio Luiz P. Silva 65

ARTIGOS

A PRESUNÇÃO DE URGÊNCIA E SEUS ÍNDICES NAS APRECIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO PRONTO-SOCORRO DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO

Armelle Giglio-Jacquemot 77

A “ANARQUIA ORGANIZADA” DAS REFORMAS ADMINISTRATIVAS NO SETOR PÚBLICO: UMA ABORDAGEM À LUZ DO MODELO *GARBAGE CAN* E DO *POLICY ENVIRONMENT*

Ítalo Fittipaldi 91

PELEGOS, PUROS E MODERNIZADORES: REFLEXÕES ACERCA DO TERMO ASSISTENCIALISMO NO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

José Fernando Souto Jr. 105

RESENHAS

FERREIRA JR., Edísio; MARTINS, Iara; MEDEIROS, Kátia (orgs.) *Sociologia da Violência: textos sobre juventude e mídia*. João Pessoa: Editora Universitária/PPGS – UFPB, 2005.

Elaine Müller 137

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

Ivan Marcelo Gomes e Felipe Quintão de Almeida 145

COLABORAM NESTE NÚMERO

Armelle Giglio-Jacquemot é professora do Departamento de Antropologia da Université Charles de Gaulle - Lille 3 e membro do Groupe de Recherche sur les Croyances et Actions Collectives, França.
(armellej@club-internet.fr)

Elaine Müller é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, pesquisadora do grupo Jovens e Juventudes e vinculada ao FAGES/UFPE.
(nanimuller@hotmail.com)

Ernesto Laclau é professor do Departamento de Governo da University of Essex, Inglaterra e da State University of New York, Buffalo, EUA.
(laclaudr@aol.com)

Felipe Quintão de Almeida é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
(fqualmeida@ig.com.br)

Ítalo Fittipaldi é professor assistente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
(italo.fittipaldi@uol.com.br)

Ivan Marcelo Gomes é professor assistente do Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
(ivanmgomes@bol.com.br)

José Fernando Souto Jr. é professor adjunto do Departamento de História e Ciências Sociais da Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.
(fsoutojr@uol.com.br)

Josias V. de Paula Jr é mestre em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e professor substituto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.
(josiasdepaula@uol.com.br)

Sérgio Luiz P. Silva é professor adjunto de Teoria Sociológica no Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado da Universidade Estadual do Norte Fluminense - LESCE/ UENF, Rio de Janeiro.
(slps2001@yahoo.com.br)

Tamara Tania Cohen Egler é professora adjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UF RJ e coordenadora do Laboratório Espaço na Sociedade da Informação.
(tamaraeidler@uol.com.br)

Dossier

O RETORNO DO “POVO”: RAZÃO POPULISTA, ANTAGONISMO E IDENTIDADES COLETIVAS*

Ernesto Laclau

Pensar o povo como categoria social requer uma série de decisões teóricas. A mais importante delas se vincula, talvez, ao papel *constitutivo* que atribuímos à *heterogeneidade* social. Sem este papel, o heterogêneo, em sua opacidade, poderia ser concebido como a forma aparential de um núcleo último que, em si mesmo, seria inteiramente homogêneo e transparente, ou seja, seria o terreno no qual podem florescer as filosofias da história. Se, pelo contrário, a heterogeneidade é primordial e irreduzível, se mostrará a si mesma, em primeiro lugar, como *excesso*. Este excesso não pode ser controlado com nenhuma manipulação, quer se trate de uma inversão dialética ou algo semelhante. Porém, heterogeneidade não significa pura pluralidade ou multiplicidade, já que esta última é compatível com a completa positividade de seus elementos constitutivos. Um dos traços definidores da heterogeneidade, no sentido em que a concebemos, é uma dimensão de *ser deficiente* ou *unicidade falha*. Portanto, se a heterogeneidade é, por um lado, irreduzível em última instância a toda homogeneidade mais profunda, por outro lado não está simplesmente ausente, senão *presente como aquilo que está ausente*. A unicidade se mostra a si mesma através de sua própria ausência. A forma fenomênica desta presença/ausência repousa no fato de que os diversos elementos do conjunto heterogêneo vão estar sobredeterminados ou investidos diferencialmente. Teremos objetos parciais que, através de sua própria parcialidade, encarnam, contudo, uma totalidade que sempre se retrai. Esta última, uma vez que não resulta da natureza positiva, ôntica dos mesmos objetos, requer uma construção social contingente. Isto é o que denominamos *articulação e hegemonia*. Nesta construção – que está longe de ser uma mera operação intelectual – encontramos o ponto de partida para o surgimento do “povo”. Recapitulemos as principais condições para este surgimento. Nos referiremos primeiro ao conjunto de decisões *teóricas* que devem ser tomadas para que algo como um “povo”

* Texto originalmente publicado como parte integrante da obra LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005, p. 277-310. Publicado com permissão do autor. O título do artigo foi sugerido pela editoria de *Política & Trabalho* e aprovado pelo autor. Tradução: Aécio Amaral Jr.

resulte inteligível, e em decorrência as condições *históricas* que possibilitam seu surgimento.

1. Uma primeira decisão teórica é conceber o povo como uma categoria *política* e não como um *dado* da estrutura social. Isto significa que “povo” não designa um grupo dado, mas um ato de instituição que cria um novo ator a partir de uma pluralidade de elementos heterogêneos. É por este motivo que insistimos que nossa unidade de análise mínima não seria o *grupo*, como referente, mas a *demanda* sociopolítica. Isto explica porque perguntas do tipo “de que grupo social estas demandas são *expressão*?” não têm sentido em nossa análise, dado que, para nós, a unidade do grupo é simplesmente o resultado de um somatório de demandas sociais – que, claro, podem ter se cristalizado em práticas sociais sedimentadas. Este conjunto pressupõe uma assimetria essencial entre a comunidade como um todo (o *populus*) e “os de baixo” (a *plebs*). Também explicamos a razão pela qual esta *plebs* é sempre uma parcialidade que, com efeito, se identifica a si mesma como a comunidade como um todo.
2. É nesta contaminação entre a universalidade do *populus* e a parcialidade da *plebs* que repousa a peculiaridade do “povo” como um ator histórico. A lógica de sua construção é o que denominamos “razão populista”. Podemos abordar sua especificidade a partir de dois ângulos: a universalidade do parcial e a parcialidade da universalidade. Trataremos de ambos os aspectos sucessivamente. Em que sentido o parcial é universal? Contamos já com todos os elementos para responder apropriadamente a esta questão. Deveria estar claro que “parcialidade” se utiliza aqui quase como um oxímoro: perdeu seu sentido meramente particular e se converteu em um dos nomes da totalidade. Uma demanda popular é aquilo que encarna a plenitude ausente da comunidade mediante uma cadeia de equivalências potencialmente interminável. É por isso que a razão populista – que equivale à razão *política tout court* – rompe com duas formas de racionalidade que anunciam o fim da política: tanto com um evento revolucionário total que, ao provocar a reconciliação plena da sociedade consigo mesma tornaria supérfluo o momento político, como com uma mera prática gradualista que reduza a política à administração. Não é casual que a máxima gradualista de Saint-Simon – “do governo dos homens à administração das coisas” – tenha sido adotada pelo marxismo para descrever a futura condição de uma sociedade sem classes. Porém, um objeto parcial também pode ter um sentido não partitivo: não apenas uma parte *de* um todo, mas também uma parte *que é* o todo. Uma vez que se tenha alcançado esta inversão da relação parte/todo – uma inversão que é inerente ao objeto *a* laciano e à relação hegemônica –,

a relação *populus/plebs* se transforma no lugar de uma tensão irreduzível na qual cada termo absorve e ao mesmo tempo expulsa o outro. Esta tensão *sine die* é o que assegura o caráter político da sociedade, a pluralidade de encarnações do *populus* que não conduz a nenhuma reconciliação final (ou seja, justaposição) dos dois pólos. É por isso que não existe parcialidade que não mostre em seu interior as marcas do universal.

3. Passemos agora ao outro ângulo: a parcialidade do universal. É aqui onde encontramos a verdadeira opção ontológica subjacente em nossa análise. Qualquer que seja o conteúdo ôntico que decidamos privilegiar em uma perspectiva ontológica, as suas marcas não podem ser inteiramente ocultadas. Portanto, qualquer que seja a parcialidade que privilegiemos, sempre será o ponto no qual a universalidade também está necessariamente presente. A questão chave é: este “estar presente” elimina a especificidade do particular, de tal maneira que a universalidade passa a ser o verdadeiro meio de uma mediação *lógica* ilimitada e a particularidade se converte em um campo meramente aparential de mediação *expressiva*? Ou, pelo contrário, esta última opõe um meio não transparente a uma experiência que de outro modo seria transparente, de tal maneira que um momento não-representativo, irreduzivelmente opaco, passa a ser constitutivo? Se adotarmos essa última alternativa, imediatamente vemos que o povo (constituído mediante uma nominação que não é conceitualmente subsumível) não constitui nenhum tipo de efeito “superestrutural” de alguma lógica infra-estrutural subjacente, mas é o terreno primordial na construção de uma subjetividade política.

Aqui detectamos alguns dos principais efeitos da contaminação entre universalidade e particularidade. O particular – que em nossa análise identificamos como “um objeto parcial” – transformou sua própria parcialidade no nome de uma universalidade que o transcende. É por isso que sua função ontológica nunca pode ser reduzida ao seu conteúdo ôntico. Com efeito, como essa função ontológica *só* pode estar presente quando está vinculada a um conteúdo ôntico, este se converte no horizonte de tudo o que existe: o ponto no qual o ôntico e o ontológico se fundem em uma unidade contingente e, no entanto, indivisível. Voltemo-nos a um exemplo: os símbolos do *Solidariedade* se converteram na Polônia, em um certo momento, nos símbolos da plenitude ausente da sociedade. Com efeito, enquanto a sociedade como plenitude não tem um verdadeiro significado além dos conteúdos ônticos que em certo ponto a encarnam, esses conteúdos são, para os sujeitos a eles ligados, *tudo o que há*. Portanto, eles não constituem um *second best* empiricamente alcançável frente a uma plenitude inalcançável pela qual

esperaríamos em vão. Esta, como vimos, é a lógica do objeto *a* e da hegemonia. Este momento de fusão entre o objeto parcial e a totalidade representa, em todo momento, o horizonte histórico final que não pode cindir-se em suas duas dimensões, universalidade e parcialidade. Assim, a história não pode ser concebida como um avanço infinito rumo a um objetivo final que seria algum tipo de idéia regulatória kantiana. A história não é um avanço contínuo infinito, mas uma sucessão descontínua de formações hegemônicas a qual não pode ser ordenada de acordo com nenhuma narrativa universal que transcenda sua historicidade contingente. Os “povos” são apenas formações sociais reais, que resistem a ter sua inscrição em qualquer tipo de teleologia hegeliana. É por isso que Copjec está absolutamente certo ao propor a distinção lacaniana entre desejo e pulsão: enquanto o primeiro, na medida em que não tem objeto não pode ser satisfeito, a segunda, ao implicar um investimento radical em um objeto parcial, pode encontrar satisfação. É por isso também que, como veremos mais adiante, a análise política que intenta polarizar a política em termos de uma alternativa entre revolução total e reformismo gradual perde inteiramente de vista o principal: o que escapa como alternativa é a lógica do objeto *a*, quer dizer, a possibilidade de que uma parcialidade se converta no nome de uma totalidade impossível (em outras palavras: a lógica hegemônica).

4. Aqui devemos aclarar brevemente três pontos. O primeiro é que a relação entre *nominação* e *contingência*, com a qual lidamos noutra parte, demonstra-se agora completamente inteligível. Se a unidade dos atores sociais fosse o resultado de um vínculo lógico que subsumiria todas as suas posições subjetivas sob uma categoria conceitual unificada, a “nominação” só implicaria a eleição de um rótulo arbitrário para um objeto cuja unidade estaria assegurada por meios diferentes, puramente apriorísticos. Contudo, se a unidade do agente social é o resultado de uma pluralidade de demandas sociais que se unem por relações equivalenciais (metonímicas) de contigüidade, nesse caso, o momento contingente de nominação tem um papel absolutamente central e constitutivo. A categoria psicanalítica de “sobredeterminação” aponta na mesma direção. A nominação é, neste sentido, o momento chave na constituição de um povo, e seus limites e componentes equivalenciais flutuam permanentemente. Por exemplo, o fato de o nacionalismo se converter em um significante central na constituição das identidades populares depende de uma história contingente, a qual é impossível determinar a priori. Como se afirmou ultimamente sobre o Iraque:

...o sentido do nacionalismo é débil no melhor dos casos e poderia ser facilmente deslocado por outras formas de lealdade coletiva. A recente onde repentina de

sentimentos de parentesco entre sunitas e xiitas de fato mostra a maleabilidade da própria identidade. A idéia da existência de uma nação e o próprio pertencimento a ela são conceitos que mudam constantemente¹.

E o mesmo autor cita o professor Stephen D. Krasner, da Universidade de Stanford:

...os indivíduos sempre têm opções porque têm múltiplas identidades: shia, iraquiano, muçulmano, árabe. Qual identidade elege desse repertório, vai depender das circunstâncias, das vantagens e desvantagens de invocar uma identidade particular².

Desnecessário dizer que não se trata apenas de que o “nacionalismo” pode ser substituído por outros termos em seu papel central de significante vazio, mas que também seu próprio sentido irá variar dependendo da cadeia de equivalências associada a ele.

Um segundo ponto se refere ao papel do afeto na constituição das identidades populares. Há aqui um aspecto sobre o qual quero insistir. O laço afetivo se torna mais importante quando a dimensão combinatória/simbólica da linguagem opera de maneira menos automática. Desta perspectiva, o afeto é absolutamente crucial para explicar o funcionamento do pólo substitutivo/paradigmático da linguagem, que é o de associação livre em seu funcionamento (e, por essa razão, é mais aberto à exploração psicanalítica). A lógica da equivalência é decisiva na constituição das identidades populares, e nestas operações substitutivas/equivalenciais, a imbricação entre significação e afeto se mostra de modo mais cabal. Este é o primeiro aspecto que, como podemos recordar, os teóricos da sociedade de massas perceberam como mais problemático, posto que para eles representava uma séria ameaça à racionalidade social. E nas reconstruções racionalistas das ciências sociais contemporâneas, do estruturalismo à escolha racional, também constitui o aspecto que é sistematicamente degradado a expensas do aspecto combinatório/simbólico, que permite um cálculo “gramatical” ou “lógico”.

Há um terceiro e último ponto que devemos aclarar. A passagem de uma formação hegemônica a outra, de uma configuração popular a outra diferente sempre vai envolver uma ruptura radical, uma *creatio ex nihilo*. Isso não significa que todos os elementos de uma configuração emergente tenham que ser completamente novos, mas que o ponto de

¹ Edward Wong, “Iraqi nationalism takes root, sort of”. *The New York Times*, 25 de abril de 2004, seção 4, p. 1.

² *Ibid.*, p. 16.

articulação, o objeto parcial em torno do qual a formação hegemônica se reconstitui como uma nova totalidade não adquira seu papel central de nenhuma lógica que tenha operado na situação precedente. Aqui estamos próximos do que Lacan denominou *passage à l'act*, que tem sido central nas recentes discussões referentes à ética do Real³. Como se tem afirmado: "...o *Aktus der Freiheit*, o 'ato de liberdade', o ato ético genuíno sempre é subversivo; nunca é simplesmente o resultado de uma 'melhora' ou 'reforma'"⁴.

O que é decisivo para a emergência do "povo" como novo ator histórico é que, como o momento equivalencial/articulador não procede de uma necessidade lógica a partir da qual cada demanda se conectaria às outras, a unificação de uma pluralidade delas em uma nova configuração é constitutiva e não derivativa, isto é, é um *ato* no sentido estrito do termo, uma vez que não tem sua origem em nada externo a si mesmo. A emergência do "povo" como ator histórico é, então, sempre uma transgressão com relação à situação precedente. E esse ato de transgressão constitui também a emergência de uma nova ordem. Como afirma Zupancic a propósito de Édipo:

O ato de Édipo, sua pronúncia de uma palavra, não é simplesmente uma atrocidade, uma palavra de desafio lançada ao Outro, é também um ato de criação do Outro (um Outro diferente). Édipo não é tanto um 'transgressor' quanto um 'fundador' de uma nova ordem⁵.

Concordo em grande medida com o modo como Zupancic descreve o ato verdadeiro. O único ponto em que meu enfoque difere ligeiramente do seu diz respeito à natureza da situação que está sendo transgredida. Como sua principal ênfase está no radicalismo da ruptura provocada pelo ato, ela tende a destacar a função transgressora deste último (junto com a novidade do que o ato estabelece); no entanto, isto a conduz, desde minha perspectiva, a apresentar a situação que precede a *passage à l'act* como mais fechada e monolítica do que de fato é. O que ocorreria se a situação estivesse internamente deslocada e o ato, em lugar de simplesmente *substituir* uma velha ordem por

³ Ver especialmente Alenka Zupancic. *Ethics of the Real. Kant and Lacan*, London: Verso, 2000.

⁴ Ibid., p. 11. Zupancic se refere aqui a Kant, porém prefere a posição kantiana neste ponto à de Lacan. A própria concepção de Lacan da *passage à l'act* não está fundada nesse gesto kantiano?

⁵ Ibid., p. 204.

outra nova, introduzisse ordem ali onde havia, ao menos parcialmente, caos? Nesse caso, a ordem introduzida ainda seria nova, porém esta novidade também seria a encarnação da “ordem” *tout court* ali onde faltava. Isto se afigura importante para um aspecto que é muito central na análise de Zupancic: sua afirmação de que em um ato verdadeiro não há sujeito cindido. Em suas palavras:

Se a divisão da vontade ou a divisão do sujeito é a marca da liberdade, não é, com efeito, a marca do ato. *Em um ato não há sujeito cindido*. Antígona está inteiramente ou ‘toda’ em seu ato; não está ‘cindida’ ou ‘interditada’. Isto significa que ela passa inteiramente ao lado do objeto. E que o lugar da vontade que deseja esse objeto ‘permanece vazio’⁶.

Não estou em desacordo com a afirmação de que no ato o sujeito passa inteiramente ao lado do objeto. Posso concordar com isso. Minha dificuldade é que – por motivos que já dei – *vejo o próprio objeto como cindido*. Posto que a ação, por um lado, cria uma ordem (ôntica) *nova*, porém, por outro, tem uma função *ordenadora* (ontológica), ela é o lugar de um jogo complexo pelo qual um conteúdo concreto atualiza, mediante seu próprio caráter concreto, algo completamente diferente de si mesmo: o que temos denominado a plenitude ausente da sociedade. É fácil advertir porque, sem a complexidade específica desse jogo, não haveria nem hegemonia nem identidades populares.

5. Devemos agora nos referir às condições *históricas* que tornam possível a emergência e expansão das identidades populares. Já conhecemos a condição *estrutural*: a multiplicação de demandas sociais cuja heterogeneidade só pode ser dirigida a certa forma de unidade através de articulações políticas equivalenciais. Portanto, a pergunta relevante no que concerne às condições históricas é: vivemos em sociedades que tendem a incrementar a homogeneidade social por meio de mecanismos infra-estruturais imanentes ou, pelo contrário, habitamos um terreno histórico em que a proliferação de antagonismos e pontos de ruptura heterogêneos exige formas cada vez mais *políticas* de reagrupamento social – ou seja, que estas dependem menos das lógicas sociais subjacentes e mais das *ações*, no sentido que descrevemos? A pergunta não necessita de resposta; isto é óbvio. Porém, o que requer certa consideração são as condições que levam a que a balança se incline crescentemente para o lado da heterogeneidade. Existem várias destas

⁶ Ibid., p. 255.

condições, em sua maioria, inter-relacionadas; entretanto, se tivéssemos que subsumi-las sob um rótulo, o escolhido seria o *capitalismo globalizado*. Por capitalismo já não entendemos uma totalidade fechada em si mesma, governada por movimentos derivados das contradições da mercadoria como forma básica. Não podemos mais entender o capitalismo como uma realidade puramente econômica, mas como um complexo no qual as determinações econômicas, políticas, militares, tecnológicas e outras – cada uma dotada de certa autonomia e de sua própria lógica – concorrem para a determinação do movimento do todo. Em outras palavras: a heterogeneidade pertence à essência do capitalismo e suas próprias estabilizações parciais são hegemônicas por natureza.

Não podemos entrar aqui em uma discussão destes problemas, o que exigiria todo um livro. Mencionarei apenas brevemente – quase telegraficamente – alguns aspectos que uma análise do populismo nas sociedades contemporâneas não pode ignorar⁷. Em primeiro lugar está a questão do equilíbrio instável entre o *conceito* e o *nome*, que abordamos em diferentes pontos de nossa discussão. Em sociedades em que as diversas posições subjetivas dos atores sociais dispõem de uma gama limitada de variação horizontal, todas elas poderiam ser concebidas como expressão da identidade dos *mesmos* atores sociais. Por exemplo, trabalhadores que vivem em um determinado bairro, que trabalham em empregos comparáveis, que têm um acesso similar a bens de consumo, cultura, recreação etc., podem ter a ilusão de que, apesar da heterogeneidade de suas demandas em várias esferas, todas são demandas do *mesmo* grupo, e que existe um vínculo natural ou essencial entre elas. Quando estas demandas se tornam mais heterogêneas na experiência de vida das pessoas, é essa unidade em torno de um grupo “que se toma como dado” que se torna problemática. É neste ponto que as lógicas de construção do “povo” como entidade contingente se tornam mais autônomas em relação a toda imanência social; no entanto, por essa mesma razão, se tornam mais constitutivas de seus efeitos. Este é o ponto no qual o *nome*, como ponto nodal altamente investido afetivamente, não *expressa* tão-somente a unidade do grupo, mas se converte em seu *fundamento*.

Em segundo lugar está a questão da construção discursiva da divisão social. O que apresentamos é uma explicação estrutural da formação da identidade popular, na qual as fronteiras antagônicas se fundam em lógicas equivalenciais. As fronteiras são uma condição *sine qua non* para a emergência do povo: sem elas, toda a dialética parcialidade/

⁷Tal discussão deveria se mover na direção de uma tipologia de situações e movimentos. O meu objetivo aqui é mais limitado: a determinação do funcionamento básico da razão populista.

universalidade simplesmente seria derrubada. Porém, quanto mais estendida for a cadeia equivalencial, menos “natural” se torna a articulação entre seus elos e mais instável é a identificação do inimigo (aquilo que está do outro lado da fronteira). Isto é algo que encontramos em vários pontos de nossa análise: no caso de uma demanda específica formulada dentro de um contexto localizado, determinar quem é o adversário é algo relativamente fácil; em troca, quando existe uma equivalência entre uma multiplicidade de demandas heterogêneas, determinar qual é o objetivo e contra quem se luta se torna muito mais difícil. Neste ponto, a “razão populista” passa a operar plenamente. Isto explica porque o que denominamos “capitalismo globalizado” representa um estágio qualitativamente novo na história do capitalismo e conduz a um aprofundamento das lógicas de formação de identidades. Há uma multiplicação de efeitos de deslocamento e uma proliferação de novos antagonismos. É por isso que o movimento antiglobalização deve operar de uma maneira completamente nova: deve postular a criação de laços equivalenciais entre demandas sociais profundamente heterogêneas, e ao mesmo tempo elaborar uma linguagem comum entre elas. Está surgindo um novo internacionalismo que, não obstante, torna obsoletas as formas institucionalizadas tradicionais de mediação política (a universalidade da forma “partido”, por exemplo, está sendo radicalmente questionada).

Por último está a questão do status do político. O político está vinculado, do nosso ponto de vista, com o que poderia denominar-se uma articulação contingente – simplesmente outro nome para a dialética entre lógica da diferença e lógica da equivalência. Neste sentido, todo antagonismo é essencialmente político. Nesse caso, entretanto, o político não está ligado a um tipo de conflito regional diferente, por exemplo, do econômico. Por quê? Por duas razões principais. A primeira é que as demandas que questionam o estado de coisas existente não surgem espontaneamente da lógica deste último, mas consistem em uma ruptura com ele. A demanda por aumento nos salários não deriva da lógica das relações capitalistas, e sim a interrompe em termos alheios a ela – por exemplo, através de um discurso relativo à justiça. Portanto, toda demanda pressupõe uma heterogeneidade constitutiva; é um evento que rompe com a lógica situacional. É isto que faz com que determinada demanda seja uma demanda política. Porém, e esta é a segunda razão, esta exterioridade da demanda em relação à situação existente raramente estará confinada a um conteúdo específico; desde o começo vai estar altamente sobredeterminada; a reivindicação por um maior nível salarial em termos de justiça estará arraigado em um sentido de justiça mais amplo, ligado a uma variedade de situações diferentes. Em outras palavras, não existem sujeitos puros da interação; estes sempre estão

sobredeterminados pelas lógicas equivalenciais. Isto implica que os sujeitos políticos sempre são, de uma maneira ou de outra, sujeitos populares. E nas condições do capitalismo globalizado, o espaço desta sobre-determinação se amplia claramente.

Com isto apresentamos os traços principais de nossa concepção das lógicas que determinam a formação das identidades populares. No entanto, a especificidade de nosso enfoque pode se tornar mais clara se o comparamos com outros enfoques alternativos que têm sido elaborados recentemente. Referir-me-ei a dois deles, com os quais discordo fundamentalmente – os enfoques propostos por Slavoj Žižek e por Hardt e Negri –, para passar logo a outro mais próximo à visão aqui apresentada – o de Jacques Rancière.

Zizek: esperando os marcianos

Uma primeira aproximação à questão da unidade dos sujeitos populares pode ser encontrada em certas versões recentes do marxismo tradicional: a unidade popular se reduz à unidade de classe. Tomamos como exemplo representativo desta postura o trabalho de Slavoj Žižek⁸. Žižek apresenta sua própria visão acerca deste tema no contexto de uma crítica ao meu trabalho, cujos pontos principais são os seguintes: 1) por trás do meu enfoque haveria um kantismo apenas ligeiramente dissimulado:

...a principal dimensão ‘kantiana’ de Laclau repousa em sua aceitação da fissura impossível de fechar entre o entusiasmo pelo Objetivo impossível do compromisso político e seu conteúdo realizável porém modesto (...). Sustento que aceitamos essa fissura como o *horizonte* último do compromisso político. Acaso não nos deixa com uma escolha relacionada a esse compromisso: ou devemos fechar os olhos para o necessário fracasso último de nosso esforço – regressamos à inocência e nos deixamos prender pelo entusiasmo – ou devemos adotar uma postura de distância cínica, participando no jogo e sendo agora totalmente conscientes de que o resultado vai ser decepcionante?⁹

⁸ Nos referiremos principalmente às intervenções de Žižek em J. Butler, E. Laclau y S. Žižek, *Contingência, hegemonía, universalidad. Diálogos contemporáneos em la izquierda*. Buenos Aires: 2000. Em face dos procedimentos estabelecidos entre nós três para escrever este livro, só pude ler o que havia sido escrito por Žižek quando já havia escrito minha parte; por isso não tive a possibilidade, dentro do contexto desta obra, de contestar suas últimas críticas ao meu trabalho. Assim, o que segue é, em certa medida, a minha resposta. Entretanto, não cobre a totalidade das críticas de Žižek, mas somente aqueles aspectos relacionados com o tema central do presente texto.

⁹ S. Žižek, “Mantenerse en el lugar”, em J. Butler, E. Laclau y Žižek, op. cit. p. 316-317.

2) Depois de associar falsamente minha postura àquela da política de identidades multicultural, chega à seguinte conclusão:

Não obstante, esta negação justificada da totalidade da Sociedade pós-revolucionária *não* justifica a conclusão de que devemos renunciar a um projeto de transformação social global e nos limitarmos a resolver problemas parciais: o salto de uma crítica da ‘metafísica da presença’ a uma política ‘gradual reformista anti-utópica’ constitui um curto-circuito ilegítimo.¹⁰

3) Por trás da narrativa histórica que apresenta a crescente desintegração do marxismo essencialista clássico e a emergência de uma pluralidade de novos atores históricos populares se encontraria, segundo ele, uma certa “resignação”, a “aceitação do capitalismo como ‘o único jogo possível’, a renúncia a todo objetivo real de ir mais além do regime liberal capitalista existente”¹¹.

4) Contrariamente aos defensores do capitalismo global, da ‘lógica do capital’, Laclau sustenta que o capitalismo é um composto inconsistente de elementos heterogêneos que se combinaram como consequência de uma constelação histórica contingente, não uma totalidade homogênea que obedece a uma lógica comum subjacente.¹²

5) E, finalmente, o núcleo do argumento de Žizek, que seria o fundamento de nossas diferentes concepções das identidades sociais:

...meu desacordo com Laclau é que não aceito que todos os elementos que entram na luta hegemônica sejam em princípio iguais: na série de lutas (econômica, política, feminista, ecológica, étnica etc.) sempre há *uma* [a luta de classes] que, embora faça parte da cadeia, sobredetermina secretamente o horizonte mesmo da luta. Esta contaminação do universal pelo particular é ‘mais forte’ que a luta pela hegemonia (...): estrutura de antemão *o terreno mesmo* no qual a multidão de conteúdos particulares luta por hegemonia¹³.

Exploremos esta acumulação de representações errôneas. Para começar, o leitor deste texto não encontrará nenhuma dificuldade em descobrir onde

¹⁰ S. Žizek, “Lucha de clases o posmodernismo? Si, por favor!”, em J. Butler, E. Laclau y Žizek, op. cit., p. 101.

¹¹ Ibid., p. 95.

¹² S. Žizek, “Da capo senza fine”, em J. Butler, E. Laclau y S. Žizek, op. cit., p. 225.

¹³ S. Žizek, “Mantenerse en lugar”, op. cit., p. 320.

repousa a interpretação errônea básica de Žižek¹⁴. Ao caracterizar nosso enfoque, ele opõe a “transformação social global” às mudanças parciais e relaciona os últimos ao reformismo gradual. A oposição não tem nenhum sentido e a associação não passa de pura invenção. Nunca falei de “gradualismo”, um termo que em meu enfoque teórico só poderia significar uma lógica diferencial não impedida por nenhum tipo de equivalência – em outras palavras: um mundo de demandas pontuais que não entrariam em nenhum tipo de articulação popular. As identidades populares, desde o nosso ponto de vista, sempre constituem totalidades. É certo que também me referi a demandas e lutas parciais; entretanto, estas parcialidades não têm nada a ver com o gradualismo: como esclarece suficientemente este texto, minha noção de parcialidade coincide com o que a psicanálise denomina um “objeto parcial” – isto é, uma parcialidade que funciona como totalidade. Portanto, o que Žižek está ignorando é o conjunto da lógica do objeto *petit a*, que, como dissemos, é idêntica à lógica hegemônica. O fato de que o objeto seja “elevado à dignidade de Coisa” é o que Žižek parece excluir como possibilidade política. A alternativa que ele apresenta é: ou temos acesso à Coisa como tal, ou temos parcialidades puras não vinculadas por nenhum efeito totalizador. Um laciano como Žižek deveria ter evitado esta simplificação grosseira.

Pela mesma razão, a parcialidade de um horizonte hegemônico não implica nenhum tipo de resignação. A análise de Copjec do objeto da pulsão como capaz de produzir satisfação é aqui totalmente relevante. Para alguém identificado com uma configuração hegemônica, essa configuração é tudo o que existe como um objetivo, não é um momento a mais no eterno fracasso empírico de alcançar o Ideal. Por essa razão, as referências de Žižek a Kant são totalmente inapropriadas. Em Kant existe, sim, o papel regulador da Idéia e a aproximação infinita ao mundo nomênico, porém nada disto ocorre no caso de uma identificação hegemônica. Aproximação infinita a quê? A alternativa que Žižek apresenta – expectativas ingênuas ou cinismo – desmorona uma vez que se fez um investimento radical em um objeto parcial (uma vez que o objeto “tem sido elevado à dignidade de Coisa”). E este objeto, mesmo que sempre parcial, poderia

¹⁴ Uma interpretação equivocada e muito pouco honrada, já que em outros trabalhos Žižek mostra uma perfeita compreensão dos nossos argumentos. Assim, ele afirma: “É mérito de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe que tenham desenvolvido, em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (...) uma teoria do campo social baseada em tal noção de antagonismo - em um reconhecimento de um ‘trauma’ original, um núcleo impossível que resiste à simbolização, à totalização, à integração simbólica (...). Eles enfatizam que não devemos ser ‘radicais’ no sentido de nos encaminharmos para uma solução radical: sempre vivemos em um hiperespaço e em um tempo determinado; toda solução é temporária e provisória, uma espécie de postergação de uma impossibilidade fundamental” (*The Sublime Object of Ideology*, *op. cit.*, p. 5-6).

implicar uma mudança radical ou uma transformação social global; entretanto, inclusive nesse caso, o momento do investimento radical estará necessariamente presente. A Coisa como tal não pode ser tocada em nenhum ponto de forma direta sem sua representação através de um objeto. A razão disto é que não existe tal “Coisa”: é sempre um suposto retrospectivo. Contudo, esta parcialidade do objeto não implica nenhuma resignação ou renúncia.

Com efeito, qual é a verdadeira origem deste desacordo teórico? Penso que se encontra no fato de que a análise de Zizek é inteiramente eclética, posto que se baseia em duas ontologias incompatíveis: uma ligada à psicanálise e ao descobrimento freudiano do inconsciente; a outra ligada à filosofia da história hegeliano-marxista. Zizek opera toda sorte de contorcionismos inverossímeis para conciliar ambas as perspectivas, mas evidentemente não logra êxito. Seu método favorito é tentar estabelecer homologias superficiais. Por exemplo, em um momento afirma que o capitalismo é o Real – no sentido lacaniano – da sociedade contemporânea porque é o que sempre retorna. Porém, se a repetição indefinida fora o único inerente ao real, poderíamos igualmente dizer que o frio é o Real da sociedade capitalista porque retorna a cada inverno. Uma verdadeira analogia metafórica – que tenha valor epistemológico – deveria mostrar que o capitalismo está além de toda simbolização social, algo que a Zizek seria impossível de demonstrar.

Segundo Zizek, eu sustento que o capitalismo é a combinação conjuntural e incoerente de uma multiplicidade de traços heterogêneos. Desnecessário dizer que eu nunca disse algo tão estúpido. O que eu tenho dito *sim*, e que é completamente diferente, é que a coerência do capitalismo como formação social não pode derivar da simples análise lógica das contradições implícitas na forma mercadoria, dado que sua efetividade social depende de sua relação com um exterior heterogêneo, que pode controlar mediante relações de poder instáveis, mas não pode derivá-lo de sua própria lógica endógena. Em outras palavras: a dominação capitalista não é autodeterminada, derivável de sua própria forma, senão que é o resultado de uma construção hegemônica, de modo que sua centralidade deriva, como tudo o mais na sociedade, de uma sobredeterminação de elementos heterogêneos. É por isso que algo como uma relação de forças pode existir na sociedade: uma “guerra de posição” no sentido gramsciano. Se a dominação capitalista pudesse derivar da análise de sua mera forma, se estivéssemos confrontados por uma lógica homogênea, que se autodefine, então qualquer tipo de resistência seria completamente inútil, ao menos até que esta lógica desenvolvesse suas contradições internas (uma conclusão com a qual o marxismo da Segunda Internacional flertava e que Zizek, de fato, não está longe de subscrever).

Zizek afirma que seu desacordo comigo repousa no fato de que, para ele, os elementos que intervêm na luta hegemônica não são iguais e que sempre há

um que, “ao mesmo tempo que faz parte da cadeia, sobredetermina o próprio horizonte”, o que significa, segundo ele, que é mais forte que a luta pela hegemonia, já que estrutura o terreno no qual esta tem lugar. Ora, a afirmação de que há uma desigualdade essencial entre os elementos que participam na luta hegemônica é algo com que certamente concordo – a teoria da hegemonia é, precisamente, a teoria *dessa* desigualdade; contudo, Zizek não está apresentando um argumento *histórico*, e sim um argumento *transcendental*: para ele, em toda sociedade possível, esse papel determinante corresponde necessariamente à economia (neste ponto parece que estamos retornando àquelas distinções ingênuas da década de 1960, entre “determinação em última instância”, “papel dominante”, “autonomia relativa” etc.). A primeira coisa que podemos dizer – esta é, novamente, outra de suas metáforas vazias – é que Zizek está utilizando erroneamente a categoria freudiana de “sobredeterminação”. A instância da sobredeterminação depende totalmente, para Freud, de uma história pessoal: não existe nenhum elemento que sobredetermine em e por si mesmo. Com efeito, se Zizek nos diz que, como um a priori histórico, alguns elementos estão predestinados a ser os sobredeterminantes, está abandonando completamente o campo freudiano – de fato está mais próximo de Jung. Em seu desespero em defender a “determinação em última instância pela economia”, Zizek se refere, em alguns casos, a um último reduto de naturalismo que deveria ser mantido. No entanto, isso não serve. Não se pode unir duas ontologias incompatíveis. Ou a sobredeterminação é universal em seus efeitos, em cujo caso, conforme Copjec escreveu recentemente, a teoria das pulsões ocupa o espaço da ontologia clássica, ou a sobredeterminação é uma categoria regional que está cercada por uma área de determinação plena que, posto que estabelece os limites dentro dos quais a sobredeterminação pode operar, se converte no campo da ontologia fundamental.

A ironia é que Zizek não necessitava desse tosco discurso eclético para fundamentar seu objetivo de mostrar a centralidade dos processos econômicos nas sociedades capitalistas. Ninguém negaria seriamente esta centralidade. As dificuldades surgem quando ele a transforma na construção de uma instância homogênea autodefinida que opera como o fundamento da sociedade – isto é, quando a reduz a um modelo explicativo hegeliano. O certo é que a “economia” é, como qualquer outra coisa na sociedade, o lugar de uma sobredeterminação de lógicas sociais, e sua centralidade é o resultado do fato óbvio de que a reprodução material da sociedade tem mais repercussões nos processos sociais do que o que ocorre em outras esferas. Isso não significa, porém, que a reprodução capitalista possa ser reduzida a um mecanismo autodefinidor.

Com isto chegamos ao núcleo das dificuldades que encontramos na teoria de Zizek. Por um lado, ele está comprometido com uma teoria do ato revolucionário pleno que operaria em seu próprio nome, sem estar investido em

nenhum objeto diferente de si mesmo. Por outro, o sistema capitalista, como mecanismo dominante subjacente de toda a sociedade, é a verdadeira realidade com a qual o ato emancipatório deve romper. A conclusão de ambas as premissas é que não há nenhuma luta emancipatória válida se não é uma luta anticapitalista direta e total. Em suas palavras: “Creio no papel estruturante central da luta anticapitalista”¹⁵. O problema, com efeito, é o seguinte: o que é uma luta anticapitalista? Zizek rapidamente descarta as lutas multiculturais, anti-sexistas, anti-racistas etc., por não serem diretamente anticapitalistas. Entretanto, a situação não melhora se nos orientamos pelos objetivos tradicionais da esquerda, mais ligados à economia: nem as demandas por melhores salários, por uma democracia industrial, pelo controle do processo de trabalho, por uma redistribuição progressiva do ingresso são tampouco anticapitalistas. Nem mesmo a destruição das máquinas pelos ludistas poderia ser considerada anticapitalista no sentido estrito do termo. Não há uma só linha no trabalho de Zizek em que ele ofereça um exemplo do que considera uma luta anticapitalista. É de se perguntar se ele está pensando em invasão de seres de outro planeta ou se, como uma vez sugeriu, em algum tipo de catástrofe ecológica que não transformaria o mundo, e sim o faria cair aos pedaços.

Portanto, o que está errado em todo o seu argumento? As suas próprias premissas. Como Zizek se nega a aplicar a lógica do objeto *petit a* (a lógica da hegemonia) ao pensamento estratégico-político, cai em um beco-sem-saída: deve rechaçar todas as lutas “parciais” por elas serem internas ao “sistema” (o que quer que isto signifique) e, posto que a “Coisa” é inalcançável, não pode apontar nenhum ator histórico concreto para sua luta anticapitalista. Em resumo, Zizek não pode fornecer nenhuma teoria do sujeito emancipatório¹⁶. Como, ao mesmo tempo, sua totalidade sistêmica, por ser um fundamento, está regulada exclusivamente por suas leis internas, só nos resta esperar que estas leis produzam a totalidade de seus efeitos. *Ergo*, nihilismo político.

Contudo, se questionarmos as duas premissas iniciais de Zizek, chegamos a um cenário no qual há mais lugar para a esperança. Em primeiro lugar, com referência à parcialidade das lutas. Como vimos, não existe nenhuma luta ou demanda que não tenha uma área de irradiação equivalencial. Zizek se equivoca quando apresenta as lutas, por exemplo as multiculturais, como secundárias e totalmente integráveis dentro do sistema existente. De fato, apresentar o problema em termos de qual delas é mais fundamental é totalmente inapropriado. Como

¹⁵ S. Zizek y G. Daly, *Conversations with Zizek*. Londres: Polity, 2004, p. 149.

¹⁶ Durante nossa discussão no livro que escrevemos com Judith Butler, perguntamos repetidamente a Zizek quem era para ele o sujeito emancipatório e qual era a linha estratégica geral que ele propunha, de maneira a tornar o debate mais político e menos “metafísico”. Não obtive resposta.

vimos, a centralidade sempre está relacionada com a formação de identidades populares que não são outra coisa senão uma sobredeterminação de demandas democráticas. Assim, a centralidade de cada uma delas não vai depender de sua localização dentro de uma geometria abstrata de efeitos sociais, como pretende Žizek, mas de sua articulação concreta com outras demandas em uma totalidade popular. Isto obviamente não assegura o caráter “progressista” dessa totalidade, mas cria um terreno dentro do qual várias tentativas hegemônicas podem ter lugar. Em segundo lugar, podemos entender claramente porque não existe nada tal como uma luta anticapitalista *per se*, e sim efeitos anticapitalistas que podem derivar, em certo ponto de ruptura, da articulação de uma pluralidade de lutas. Para falar apenas em movimentos revolucionários, nenhuma das grandes agitações do século passado – nem as revoluções russa, chinesa, cubana ou vietnamita – se fez com um objetivo principal anticapitalista declarado. O que discutimos em nosso argumento psicanalítico sobre o “valor de pecho de la leche” pode ser tomado aqui como o valor “anticapitalista” de um investimento político. Porém, persiste um problema: qual é o conteúdo semântico do “anticapitalismo”? O anticapitalismo é um significante vazio – ou um dos nomes da falta, como discutimos anteriormente –, em cujo caso o “capitalismo” seria uma construção do movimento anticapitalista, o “outro lado” de uma fronteira que constitui a unidade do campo de equivalências anticapitalistas? Ou, antes, o capitalismo é a lógica subjacente de todo o sistema, em cujo caso o anticapitalismo só pode ser um efeito interno da lógica mesma do próprio capitalismo? Aqui fica claro o que me separa de Žizek. Ele permanece no campo da imanência total – que, em termos hegelianos, só pode ser uma imanência lógica –, enquanto para mim, o momento da negatividade (investimento radical, opacidade da representação, divisão do objeto) é irreduzível. Esta é a razão pela qual, em nossa visão, o ator histórico central – inclusive ainda que em certo ponto possa empiricamente ser uma “classe” – sempre será um “povo”, ao passo que para Žizek sempre será uma “classe” *tout court*. Por ele estar aqui mais próximo de Hegel que de Lacan, penso que eu me aproximo mais de Lacan do que de Hegel.

Hardt e Negri: Deus proverá

Enquanto Žizek tenta fundamentar a identidade dos atores sociais no “a priori histórico” de uma determinação em última instância, Hardt e Negri¹⁷ evitam tal atribuição de um privilégio ontológico fundamental: para eles, todas as lutas sociais, ainda que desconexas, convergem para a constituição de um sujeito emancipatório que denominam “a multidão”. Ora, aparentemente haveria certa

¹⁷ Michael Hardt e Antonio Negri, *Empire*, Cambridge: Harvard University Press, 2000.

analogia entre o seu conceito de “multidão” e o que denominamos “o povo”. Porém, a analogia é meramente superficial. Assim, vamos considerar brevemente os traços principais de seu enfoque no que se relaciona com o tema de nossa investigação. O ponto de partida de Hardt e Negri é a noção deleuziana/nietzscheana de imanência, que eles vinculam ao processo de secularização dos tempos modernos. Um imanentismo secular requer o funcionamento de um mecanismo universal e o surgimento, em certo momento, de um ator histórico universal. No entanto, tudo depende de como se concebe esta universalidade: ou como uma universalidade construída politicamente, ou como uma universalidade espontânea e subjacente. O imanentismo radical, obviamente, só é compatível com a última postura, e Hardt e Negri adotam-na decididamente. A primeira postura (que é a nossa) exigiria uma negatividade que fragmentasse a base social e que fosse irreduzível à imanência pura. A imanência radical, para Hardt e Negri, alcança seu ponto máximo de visibilidade com a constituição do Império, uma entidade sem limites e – em oposição ao antigo imperialismo – sem um centro.

Os traços desta totalidade sem forma, porém autodefinida, são transmitidos à multidão como aquela que contribui para a queda do Império – de um modo que lembra a descrição de Marx de uma universalização gerada pelo capitalismo como prelúdio do surgimento do proletariado como classe universal. A soberania nos tempos modernos teria sido uma derrota histórica para a multidão, uma vez que implicou o estabelecimento do poder absoluto dos reis, e os mecanismos de representação haviam sido grilhões para esta convergência espontânea que é o único mecanismo que possibilita a criação da unidade da multidão. Como funciona este mecanismo unificador? Em *Império*, não implica nenhum tipo de mediação política particular: como é algo natural – segundo os autores – que os oprimidos se sublequem, sua unidade seria simplesmente a expressão de uma tendência espontânea à convergência. A unidade como um presente caído do céu ocupa em sua teoria o mesmo lugar que atribuímos à articulação hegemônica. Como as lutas verticalmente separadas não necessitam estar horizontalmente vinculadas, isto conduz ao desaparecimento de qualquer tipo de construção política. O único princípio que assegura a união da multidão em torno de um objetivo comum é o que nossos autores denominam “estar contra”: trata-se de estar contra tudo, em todas as partes. O objetivo deveria ser a deserção universal. Tal processo já estaria ocorrendo graças aos movimentos nômades rizomáticos de pessoas atravessando fronteiras.

O que pensar desta seqüência teórica? Não se pode evitar o assombro diante da superficialidade de toda a análise. Entretanto, mais importante que assinalar suas debilidades óbvias é descobrir suas fontes, visto que não são simplesmente erros, mas o resultado de formas errôneas de abordar questões reais e importantes. Começamos pela categoria do “estar contra”. Tomada literalmente, esta categoria não tem nenhum sentido: as pessoas não estão contra

tudo, em todos os lugares. No entanto, se objetivamos, parafraseando Marx, “extrair o núcleo racional da couraça mística”, veremos que por trás desta torpe formulação há um problema sério que é o que tentamos abordar aqui, em termos de “heterogeneidade social”. Enquanto para Marx a unidade do sujeito revolucionário, o proletariado, era a expressão de uma homogeneidade essencial que resultava da simplificação da estrutura social sob o capitalismo, a multidão de Hardt e Negri não nega a heterogeneidade dos atores sociais e tampouco fundamenta a unidade, à maneira de Žižek, na prioridade transcendentalmente estabelecida de uma luta sobre as demais. Também reconhecemos, em nossa noção de “povo”, a heterogeneidade básica das demandas sociais e sua convergência em entidades coletivas que não são a expressão de nenhum mecanismo subjacente diferente das formas aparentais de sua articulação. Inclui a noção de “estar contra”, sem referente concreto, evoca, de maneira vaga, o que denominamos “significantes vazios”. Nesse caso, onde reside a diferença? Simplesmente em nossas diferentes aproximações à questão da articulação política. Para nós, a unidade a partir da heterogeneidade pressupõe o estabelecimento de lógicas equivalenciais e a produção de significantes vazios. De acordo com *Império*, é o resultado da tendência natural de as pessoas lutarem contra a opressão. Não importa se denominamos esta tendência de presente dos céus ou uma conseqüência da imanência. *Deus sive natura*. O que importa é que a aproximação de Hardt e Negri a esta questão nos conduz a uma simplificação excessiva do processo político. Se existe uma tendência natural à rebelião, não é necessário nenhuma construção política do sujeito da rebelião. Porém, a sociedade é muito mais complicada do que esta formulação simplista considera. As pessoas nunca estão apenas “contra”, mas estão contra algumas coisas específicas e a favor de outras, e a construção de um “contra” mais amplo – uma identidade popular global – só pode ser o resultado de uma extensa guerra política de posição (que, claro, pode fracassar). No que se refere à idéia de uma totalidade imperial sem um centro – uma espécie de eternidade spinoziana –, da qual haveriam desaparecido os pólos internos do poder, ela não é mais adequada. Basta atentar para o que tem ocorrido no cenário internacional a partir de 11 de setembro de 2001.

Algo similar pode ser dito acerca de outro aspecto da discussão de Hardt e Negri. Eles privilegiam totalmente a tática ao invés da estratégia. Novamente, aqui há algo com o que podemos coincidir. A tradição socialista havia defendido uma subordinação total da tática à estratégia. Isto era o resultado de uma visão da história baseada no funcionamento das leis necessárias que permitiam predições de longo prazo e numa noção dos agentes sociais como constituídos em torno de posições rígidas de classe. Na atualidade, porém, com um futuro percebido como aberto em grande medida a variações contingentes e com o crescente reconhecimento da heterogeneidade inerente aos atores sociais, a relação entre

estratégia e tática se inverteu: as estratégias são, necessariamente, de mais curto prazo, e a autonomia das intervenções táticas se incrementa. Entretanto, isto tem conduzido Hardt e Negri a uma conclusão extrema e, em nossa opinião, errônea: a estratégia desaparece totalmente, enquanto as intervenções táticas desconexas se convertem no único jogo possível. O mesmo que antes: somente as lutas verticais específicas seriam os objetos de um compromisso militante, enquanto a articulação entre elas é confiada a Deus (ou à natureza). Em outras palavras: o eclipse completo da política. O enfoque de Hardt e Negri mostra as piores limitações do *operaismo* italiano da década de 1960.

Se compararmos agora os enfoques de Zizek e de Hardt e Negri, podemos ver que em ambos os casos seus *impasses* teóricos e políticos provêm da mesma raiz teórica: sua dependência em última instância de uma ou outra forma de imanência – uma imanência que é, sem dúvida, diferente em ambos os casos. No caso de Zizek, como assinalamos, estamos diante de uma imanência lógica de tipo hegeliano. Isto se reflete na sua tentativa de transferir o desnível na importância dos elementos sociais ao nível transcendental de um a priori social. De fato, o pensamento de Zizek está se distanciando de todas as promessas alentadoras de seus primeiros trabalhos. Sua lúcida aproximação – a qual já discutimos – à questão da nomenclatura perde sua agudeza, uma vez que a nomenclatura encontra limites conceituais em uma constituição transcendental prévia do objeto – limites que nenhuma nomenclatura pode transgredir. O papel fundamental do afeto não pode tampouco se manter. Não pode haver um investimento *radical* em um objeto (um objeto *a*) se um marco dado a priori determina quais são as entidades que serão os objetos de tal investimento. Finalmente, Zizek mudou seu ponto de vista no que diz respeito à negatividade. Ele havia acolhido com entusiasmo nossa análise da negatividade irreduzível do antagonismo, na qual via o ressurgimento, no campo da teoria social, do Real laciano. Agora ele está nos dizendo que a determinação dos sujeitos do antagonismo é ditada por uma morfologia a priori da história. Isto equivale a dizer que o simbólico é um marco último que estabelece os limites dentro dos quais o Real pode operar. Isto é totalmente antilaciano. O projeto de Zizek cai em um ecletismo que sua artilharia habitual de brincadeiras, jogos de palavras e referências cruzadas apenas dissimula.

No caso de Hardt e Negri, a imanência com a qual operam não é hegeliana, e sim spinoziana/deleuziana. Não compartilham dos escrúpulos lacianos de Zizek, no que logram ser mais coerentes sob este aspecto, e não são tão ecléticos. No entanto, precisamente por isso as limitações de um enfoque puramente imanentista são mais claras em seu trabalho que no de Zizek. Como dissemos antes, os autores de *Império* não têm nenhuma explicação coerente para a fonte dos antagonismos sociais. O máximo que podem fazer é postular, como uma espécie de *conatus* spinoziano, a natural e saudável propensão das pessoas à rebelião. Contudo, apresentar este postulado como um *fiat* não fundamentado tem sérias

conseqüências para sua teoria, algumas das quais já assinalamos. Em primeiro lugar, tendem a simplificar excessivamente as tendências à unidade que operam no interior de uma multidão. Eles têm uma visão bem mais triunfalista e exageradamente otimista destas tendências, ainda que seja difícil decidir, sobre a base de seu relato, se estas são virtuais ou reais. Em segundo lugar, e pelo mesmo motivo, tendem a reduzir a importância das confrontações que têm lugar dentro do Império. Mas, em terceiro lugar, e isto é o mais importante, são incapazes de proporcionar alguma consideração coerente acerca da natureza da ruptura que conduzirá do Império ao poder da multidão. Não estou me referindo, obviamente, a nenhuma descrição futuroológica da ruptura revolucionária, mas de algo mais elementar: em que consiste uma ruptura revolucionária? Eu afirmaria que este fracasso explicativo, o qual tem sérias conseqüências para a análise sociopolítica, não é uma peculiaridade de *Império*; é inerente a qualquer enfoque radical imanentista, cujas explicações estão sempre suspensas de modo instável em um terreno indeciso entre *ruptura* e *continuidade*. A dialética de Hegel foi um intento falido de fornecer uma síntese capaz de reintegrar estes dois momentos polares de uma unidade. E a maioria das dificuldades que temos encontrado na análise de Zizek também pode ser remetida a esta questão.

Estas dificuldades não podem ser resolvidas no terreno de uma imanência radical. O que necessitamos, portanto, é de uma mudança de terreno. Mas tal mudança não pode consistir no retorno a uma transcendência pura. O terreno social se estrutura, na minha opinião, não como imanência ou transcendência plena, mas como o que poderíamos denominar uma *transcendência falida*. A transcendência está presente, dentro do social, como a presença de uma ausência. É fácil entender como podemos nos mover a partir daqui até as categorias principais de nossa análise: plenitude ausente, investimento radical, objeto *a*, hegemonia etc. Este é o ponto real em que a *multidão* e o *povo* como categorias teóricas se separam.

Passarei agora a considerar outra tentativa contemporânea – uma das mais importantes, na minha opinião – de pensar a especificidade do povo. Como já antecipei, estou me referindo ao trabalho de Jacques Rancière.

Rancière: o redescobrimento do povo¹⁸

Já fizemos algumas referências ao enfoque de Rancière noutra parte¹⁹. Agora podemos discuti-lo mais minuciosamente, ainda que nos limitando aos aspectos diretamente relacionados com o tema deste texto. Como Rancière

¹⁸ Jacques Rancière, *La mésestante. Politique et philosophie*. Paris: Galilée, 1995.

¹⁹ Ernesto Laclau, *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005. cap. 4.

constrói seu conceito de *peuple* (povo)? Ele começa assinalando um desencontro (*mésentente*) essencial entre a filosofia política e a política: a primeira não é uma discussão teórica sobre a segunda, mas uma tentativa de neutralizar seus efeitos negativos. Em que reside esse *mésentente*? Essencialmente, no fato de que, embora a idéia de uma comunidade boa, ordenada, dependa da subordinação de suas partes a um todo – de poder *contá-las* como partes -, há uma parte não passível de inscrição dentro desta contabilização; uma parte que, sem deixar de ser parte, se percebe a si mesma, ao mesmo tempo, como o todo. Como isto pode ocorrer? Rancière começa sua análise considerando a reflexão sobre a comunidade na filosofia clássica. Ali encontra uma oposição de relações entre os indivíduos que estão submetidos à igualdade *aritmética* que domina tanto os intercâmbios comerciais quanto a atribuição de penas no direito penal, e a harmonia *geométrica*, que outorga a cada parte uma função específica dentro da economia do todo. Uma comunidade boa e ordenada seria aquela na qual o princípio geométrico exercesse o papel dominante. Contudo, esta possibilidade, esta distribuição – contabilização – dos agentes de acordo com suas funções é interrompida por uma anomalia: o surgimento de algo que é essencialmente incontável e que, como tal, distorce o princípio mesmo de contar. Este é o surgimento do *demos* – o povo –, o qual, ao mesmo tempo em que é uma parte, exige também ser o todo. Em *A Política*, Aristóteles intenta determinar três *axiai* da comunidade: a riqueza dos poucos (a *oligo*), a virtude ou excelência (da *aristo*) e a liberdade (*eleutheria*) que pertence a todos. A dificuldade aqui, como assinala Rancière, reside em que os três princípios não são categorias regionais dentro de uma classificação ontológica coerente. Apesar de a riqueza ser uma categoria determinável objetivamente, a virtude o é menos, e quando abordamos a liberdade do “povo” entramos em um terreno que carece de uma localização particular determinável: a liberdade como princípio axiológico é, por um lado, um atributo dos membros da comunidade em geral, mas também, por outro lado, é o *único* traço definitivo – a única função comunitária – de um grupo particular de pessoas. Portanto, temos uma particularidade cujo único papel é ser a simples encarnação da universalidade. Isto distorce todo o modelo geométrico que descreve a boa comunidade. A ambigüidade que já descrevemos anteriormente, através da qual o “povo” é ao mesmo tempo *populus* e *plebs*, nos prepara para entender aquilo a que se refere Rancière. Podemos assim entender plenamente sua distinção entre *police* e *politics*: embora a *police* implique na tentativa de reduzir todas as diferenças a parciais dentro do todo comunitário – isto é, conceber toda diferença como mera particularidade e referir o momento da universalidade a uma instância pura, não contaminada (o filósofo-rei em Platão, a burocracia estatal em Hegel, o proletariado em Marx) -, a *politics* implica uma distorção não erradicável: uma parte que funciona, ao mesmo tempo, como o todo. Apesar de a tarefa da filosofia política ter sido tradicionalmente reduzir a *politics* a *police*, uma prática e

um pensamento realmente políticos consistiriam em liberar o momento político de sua subordinação aos marcos societários estabelecidos.

O que pensar desta *seqüência* em conexão com o meu argumento principal? Há dois aspectos nos quais a análise de Rancière se aproxima muito da minha. Em primeiro lugar está sua insistência em que uma parte funciona, ao mesmo tempo, como um todo. O que temos caracterizado como o desnível inerente à operação hegemônica, Rancière conceitualiza como sendo um incontável que contraria o princípio mesmo da contabilização e, dessa maneira, torna possível o surgimento do político como um conjunto de operações que têm lugar em torno dessa impossibilidade constitutiva. Em segundo lugar, a noção de Rancière de uma classe que não é uma classe, que tem como determinação particular algo do caráter de uma exclusão universal – do princípio de exclusão como tal –, não está longe do que denominamos “vacuidade”. Ele percebe corretamente a função universal das lutas particulares quando estão investidas de um significado que transcende sua própria particularidade. Assim, ele se refere ao caso de Jeanne Deroïn, que tentou votar em uma eleição legislativa em 1849 e mostrou, mediante sua ação, a contradição entre o sufrágio universal e a exclusão do gênero feminino dessa universalidade; ou o caso dos trabalhadores imigrantes, cuja impossibilidade de acesso a uma identidade plena como trabalhadores os têm limitado a uma identidade puramente étnica, e se vêem então despossuídos das formas de subjetividade política que os havia tornado parte do incontável.

Portanto, sinto-me em vários sentidos muito próximo da análise de Rancière. Há dois aspectos, contudo, nos quais quero estabelecer certa distância com relação a seu enfoque. Em primeiro lugar, naquilo que tem a ver com o modo de conceitualizar a “vacuidade”. Rancière acertadamente afirma que o conflito político difere de qualquer conflito de “interesses”, posto que este sempre está dominado pela parcialidade do que é contabilizável, ao passo que o que está em jogo no conflito político é o princípio de contabilidade como tal. Até aqui, tenho total adesão com o seu argumento. Porém, nesse caso não existe nenhuma garantia a priori de que o povo como ator histórico se constitua em torno de uma identidade progressista (do ponto de vista da esquerda). Precisamente porque o que se tem posto em questão não é o conteúdo *ôntico* do que se está contando, mas o princípio *ontológico* da contabilidade como tal, as formas discursivas que este questionamento vai adotar serão em grande medida indeterminadas. Penso que Rancière identifica em demasia a possibilidade da política com a possibilidade de uma política emancipatória, sem levar em conta outras alternativas; ou seja, que os incontados construam sua incontabilidade em formas que são ideologicamente incompatíveis com aquilo que Rancière e eu poderíamos defender politicamente (por exemplo, em uma direção fascista). Seria histórica e teoricamente errôneo pensar que uma alternativa fascista se localiza inteiramente na área do contável. Para explorar a totalidade do sistema de alternativas é necessário dar um passo a mais, que Rancière até agora não deu: explorar quais são as formas de representação que podem dar lugar à incontabilidade. Objetos

que são impossíveis, porém necessários, sempre encontram formas de ter acesso – de um modo distorcido, sem dúvida – ao campo da representação.

O segundo ponto no qual minha visão difere ligeiramente da de Rancière é no que se refere às formas de conceitualizar o povo.

É em nome do mal que lhes é feito por outras partes [da sociedade] que o ‘povo’ se identifica com o conjunto da comunidade. Tudo aquilo que não tem parte – o pobre dos tempos antigos, o terceiro Estado, o proletariado moderno – não pode, de fato, ter outra parte a não ser tudo ou nada. Além disso, é através da existência desta parte daqueles que não têm parte, deste nada que não é tudo, que a comunidade existe como comunidade política, ou seja, dividida por uma disputa fundamental, por uma disputa que se refere à contagem das partes da comunidade, mas ainda que a seus ‘direitos’. O povo não é uma das classes entre outras. É a classe dos excluídos, que fere a comunidade e a estabelece como comunidade do justo e do injusto²⁰.

Concordamos com toda essa análise no que toca à formulação da subjetividade popular. O modo como Rancière enumera as figuras do “povo” – os antigos pobres, os membros do terceiro Estado, o proletariado moderno – é muito revelador: está claro que não estamos lidando com uma descrição sociológica, com atores sociais que possuem uma localização diferencial particular, precisamente porque a presença do povo arruína toda diferenciação geométrica de funções e lugares. Como vimos, as lógicas equivalenciais podem atravessar grupos muito diferentes conquanto estejam todos do mesmo lado da fronteira antagonica. A noção de proletariado, como a descreve Rancière, acentua a natureza não sociológica da identidade do povo.

Os proletários não são nem os trabalhadores manuais nem as classes trabalhadoras. São a classe dos incontados, que só existe na própria declaração pela qual se contam a si mesmos como aqueles que não são contados. O nome proletário não define nem um conjunto de propriedades (trabalhador manual, trabalhador industrial, pobreza etc.) que seriam compartilhadas por uma multidão de indivíduos, nem um corpo coletivo, que encarna um princípio, do qual estes indivíduos seriam os membros (...). A subjetividade ‘proletária’ define (...) um sujeito do mal²¹.

Com efeito, existe certa ambigüidade em Rancière que limita parcialmente as importantes conseqüências teóricas que podem ser derivadas de sua análise. Depois de ter cortado claramente qualquer vínculo entre sua noção de proletariado e a descrição sociológica de um grupo, ele parece começar a fazer algumas concessões sociológicas. Assim, identifica a instituição da política com a instituição da luta de classes. É certo que imediatamente modifica esta afirmação.

²⁰ Jacques Rancière, op cit., p. 28.

²¹ Ibid., p. 63.

O proletariado não é uma classe, mas uma dissolução de todas as classes, e sua universalidade, diria Marx, consiste em que (...) a política é a instituição do conflito entre classes que não são realmente classes. As classes ‘verdadeiras’ significam – significariam – partes reais da sociedade, categorias correspondentes a suas funções²².

Esta afirmação não é adequada. A referência a Marx não é particularmente útil, porque para ele a centralidade do proletariado e o fato de que ela implique a dissolução de todas as classes deveria resultar de um processo descrito em termos sociológicos muito precisos: a simplificação da estrutura social sob o capitalismo. Para ele, a relação entre trabalhadores realmente existentes e proletários é muito mais íntima que para Rancière. E, obviamente, enquanto para Rancière a luta de classes e a política são impossíveis de diferenciar, para Marx o desaparecimento da política e a extinção do Estado são consubstanciais ao estabelecimento de uma sociedade sem classes. A crescente homogeneização social era para Marx a pré-condição de uma vitória proletária, ao passo que para Rancière, uma heterogeneidade irreduzível é a própria condição das lutas populares.

Que conclusões extraímos destas reflexões? Simplesmente que é necessário ir além da noção de “luta de classes” e sua eclética combinação de lógicas políticas e descrição sociológica. Não vejo motivo para falar de luta de classes apenas para acrescentar, na seguinte oração, que é a luta de classes que não são classes. O incipiente movimento que encontramos em Gramsci das “classes” às “vontades coletivas” deve ser completado. Só então as conseqüências potenciais da frutífera análise de Rancière poderiam ser extraídas completamente.

Considerações finais

É hora de concluir. Ao comparar nosso projeto com os três enfoques que acabamos de discutir, penso que sua natureza e dimensões específicas se tornam mais claras. Contra Žižek sustentamos que a natureza sobredeterminada de toda identidade política não se estabelece aprioristicamente em um horizonte transcendental, mas que é sempre o resultado de processos e práticas concretos. É isso que outorga à nomeação e ao afeto seu papel constitutivo. Contra os autores de *Império* pensamos que o momento da articulação, ainda que sem dúvida seja mais complexo do que o que as fórmulas simples preconizavam no passado – como a mediação partidária –, não perdeu nada de sua relevância e centralidade. Em relação a Rancière, a resposta é mais difícil, já que compartilhamos dos aspectos centrais de seu enfoque. O povo é, tanto para ele quanto para nós, o protagonista central da política, e a política é o que impede que o social se cristalize em uma sociedade plena, uma entidade definida por suas próprias distinções e

²² Ibid., p. 39.

funções precisas. É por esta razão que, para nós, a conceitualização dos antagonismos sociais e das identidades coletivas é tão importante, e que resulta tão imperiosa a necessidade de ir além de fórmulas estereotipadas e quase sem sentido como é a “luta de classes”.

Existe um imperativo ético no trabalho intelectual que Leonardo denominou de “obstinado rigor”: implica, em termos práticos – e especialmente quando se está tratando de assuntos políticos, que sempre têm uma alta carga emocional –, que se deve resistir a diversas tentações. Elas podem ser condensadas em uma só fórmula: não sucumbir nunca ao terrorismo das palavras. Como escreveu Freud: “Nunca se pode dizer até onde esse caminho vai nos conduzir; cede-se primeiro no que concerne às palavras, e logo, pouco a pouco, também no que concerne à substância”²³. Uma das principais formas que esta pusilanimidade adquire na atualidade é a substituição da análise pela condenação ética. Alguns temas, como o fascismo ou o Holocausto, são particularmente propensos a este tipo de exercício. Não há nada de mais, obviamente, em condenar o Holocausto. O que é incorreto é que essa condenação substitua a explicação, que é o que ocorre quando certos fenômenos são percebidos como aberrações carentes de toda causa racional compreensível. Só podemos começar a entender o fascismo se o vemos como uma das possibilidades internas inerentes às nossas sociedades, não como algo que está fora de toda explicação racional. O mesmo ocorre com termos cujas conotações emocionais são positivas. Na linguagem corrente da esquerda, termos tais como “luta de classes”, “determinação em última instância da economia”, ou “centralidade da classe trabalhadora” funcionam – ou ao menos funcionaram até bem pouco tempo – como fetiches emocionalmente carregados, cujo significado era cada vez menos claro, porém, cuja atração discursiva não diminuiu.

A tarefa político-intelectual atual, à qual este texto constitui uma modesta contribuição, é ir além do horizonte traçado por esta pusilanimidade, tanto em seus elogios quanto em suas condenações. O retorno do “povo” como uma categoria política pode ser considerado uma contribuição a esta ampliação dos horizontes, visto que ajuda a apresentar outras categorias – a exemplo da classe – como são: formas particulares e contingentes de articular as demandas, e não um núcleo primordial a partir do qual se poderia explicar a natureza mesma das demandas. Esta ampliação de horizontes é uma exigência para se entender as formas de nosso compromisso político na era do que temos denominado capitalismo globalizado. Os deslocamentos inerentes às relações sociais no mundo em que vivemos são mais profundos que no passado, e por isto as categorias que então sintetizavam a experiência social estão se tornando crescentemente obsoletas. É necessário reconceitualizar a autonomia das demandas sociais, a

²³ Sigmund Freud, *Group Psychology*, in Standard Edition, vol. 18, p. 91.

lógica de sua articulação e a natureza das entidades coletivas que delas resulta. Este esforço – que é necessariamente coletivo – é a verdadeira tarefa que temos adiante. Esperamos estar à sua altura.

RESUMO

O retorno do “povo”: razão populista, antagonismo e identidades coletivas

O artigo discute os pressupostos teóricos que fornecem o entendimento do surgimento do ‘povo’ como ator fundamental nos processos de constituição da identidade política. A partir de noções como *sobredeterminação*, *heterogeneidade social*, *articulação* e *hegemonia*, propõe-se uma crítica às perspectivas teóricas, como aquelas representadas por Slavoj Žižek e Antonio Negri e Michael Hardt, que se baseiam em algum tipo de imanência no trato com a totalidade social. O objetivo é delimitar um terreno analítico para a reconceitualização da lógica de articulação das demandas sociais, a fim de compreender os processos de formação das identidades coletivas que emergem no atual estágio do capitalismo.

Palavras-chave: razão populista; identidade popular; sobredeterminação

ABSTRACT

The return of the “people”: populist reason, antagonism and collective identities

This article discusses the theoretical assumptions which provide an explanation for the resurgence of the “people” as a key actor in the making of political identity. Starting from notions such as *overdetermination*, *social heterogeneity*, *articulation* and *hegemony*, a critique is proposed of theoretical perspectives such as those represented by Slavoj Žižek and Antonio Negri and Michael Hardt, which base themselves on conceptions of immanence in the understanding of social totality. The objective is to delimit the analytic ground for a reconceptualization of the logic of the articulation of social claims in order to understand the processes of the making of collective identities which emerge in the present stage of capitalism.

Keywords: populist reason; popular identity; overdetermination

Recebido para apreciação: junho de 2005

Aprovado para publicação: setembro de 2005

GLOBALIZAÇÃO, REDE TECNO-SOCIAL E POLÍTICA URBANA

Tamara Tania Cohen Egler

A importância do espaço como categoria analítica deve ser compreendida pelo fato de que ele é de natureza totalizadora e de alta complexidade. Isso quer dizer que é uma categoria abstrata, que está associada à percepção do mundo real em suas múltiplas determinações.

Podemos ir adiante e perceber que podemos decupar elementos constitutivos do espaço e perceber dimensões objetivas que se referem a processos de natureza visível, como o espaço construído, e invisível, como o espaço social. Essa distinção é muito importante porque dentro da categoria espaço vamos encontrar famílias de conceitos que se referem às suas formas aparentes e edificadas, ou transparentes e sociais.

Essa distinção é primeiramente indicada por Milton Santos, quando seu olhar observa as relações do homem com a natureza e reconhece como as formas espaciais podem obedecer a uma abstração que reconhece sistema de objetos – fluxos de comunicação e ações. Os sistemas racionais evoluem e mudam, as relações sociais são recriadas paralelamente à evolução da materialidade, e o espaço vai se transformando. Isso mostra, na formulação dessa teoria, a importância das formas materiais que ele denomina de artefatos das relações sociais recriadas no âmbito da transformação da ordem técnica (Santos, 1996).

Ao formular essa teoria, Milton Santos alerta que o espaço é formado por objetos. É preciso, no entanto, ter cuidados e observar que não são os objetos que determinam os espaços, mas o contrário. Essa advertência é importante porque remete a análise espacial para a sua determinação social, onde o espaço social é construído pela ação do homem no meio geográfico, mediado por processos técnicos produzidos pela ação social.

Essa distinção é muito importante porque reúne, numa mesma categoria analítica, o espaço em suas múltiplas determinações e rompe a barreira das disciplinas que apenas consideram formas materiais edificadas, naturais geográficas ou relações sociais, para recolocar o espaço como uma categoria complexa e multidisciplinar que condensa numa mesma totalidade espaço geográfico, arquitetônico e social.

O espaço construído pode ser observado em suas formas aparentes e materiais e refere-se aos espaços arquitetônicos resultantes de um processo de

produção específico, historicamente determinado por uma concepção, pela técnica construtiva e por formas próprias de organização do trabalho. A sua criação resulta da relação entre os objetos edificados, na sua relação com a dimensão biológica do homem e também em formas de organização que valorizam a sua ordenação funcional e estética, material e visível. São os espaços edificados da cidade que resultam de processos de produção específicos e criam as condições objetivas para a produção econômica, circulação de mercadorias e interações sociais. O espaço construído está escrito nos objetos edificados que compõem o processo de urbanização, e podemos identificar diferentes escalas de natureza local, regional, nacional e global.

O espaço social refere-se às relações sociais que se constituem entre indivíduos e sociedade, que podem ser de natureza econômica – relações sociais de produção –, e às relações entre os grupos e as suas identidades. O espaço social é aquele que é percebido entre os indivíduos que participam de um coletivo; é de natureza imaterial e refere-se aos vínculos das relações entre os indivíduos e a sociedade – o tecido social. A relação social é de natureza comunicativa e é representada por fios invisíveis que formam a coesão social; é a cola que reúne os homens em lugar comum. Podemos ler diferentes esferas do tecido social, no qual se realizam coletivos específicos que têm por objeto de ação a produção econômica, a organização política e a vida social.

A circulação de idéias que faz a coesão social é de natureza comunicativa. Os sistemas simbólicos, como os instrumentos de conhecimento e de comunicação, exercem poder estruturante porque são estruturados (Bourdieu, 1998). O alfabeto é uma estrutura estruturante que permite a comunicação escrita entre os membros de um mesmo grupo (Castells, 1999). O sistema simbólico constitui-se como construção da realidade, que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica que dá sentido imediato ao mundo social (Bourdieu, 1998). Trata-se de construir uma concepção homogênea do mundo que faz a concordância entre as inteligências e que permite a coesão social. Os símbolos se constituem como instrumento da integração social, enquanto os instrumentos de conhecimento e de comunicação tornam possível o consenso do mundo social e contribuem para a reprodução da ordem social.

Se aliarmos à noção de espaço a consciência do tempo, podemos proceder a sua representação através de um feixe de luz horizontal, no qual podemos cortar as partes e abrir os lados para encontrarmos o sentido de atualidade, onde podemos ler, nos planos do tempo, a tradição e a inovação (Habermas, 1998). Isso quer dizer que o tempo é esse transcorrer no feixe de luz que realiza o ininterrupto processo de transformação, que mescla, no presente, elementos do passado e do futuro. Nessa arquitetura analítica, podemos decompor o nosso objeto espacial em formas construídas e sociais, que se desdobram em escalas de ordem vertical – global, nacional e local – e de ordem horizontal – econômicas,

políticas e sociais. Isso nos permite pensar numa matriz espaço-temporal na qual vamos encontrar, na horizontal, a linha do tempo; e na vertical, as casas das formações sociais. Para cada ponto da matriz há uma forma específica de espaço construído, social e simbólico. Por exemplo, ao observarmos o espaço numa sociedade agrária vamos perceber que ele é predominante natural; que a produção está associada à agricultura, e as relações sociais se realizam nos processos de cultivo que tornam as necessidades historicamente determinadas. O espaço simbólico é essencialmente do seu mundo de necessidades e potencialidades. Se observarmos a sociedade industrial, a questão torna-se mais complexa, e vamos encontrar o processo de urbanização derivado da industrialização que transforma as formas do espaço construído, social e simbólico.

Podemos nos perguntar: quais são as transformações que incidem sobre os processos espaciais na matriz espaço-temporal da sociedade da informação? A resposta implica numa reflexão que nos obrigue a observar como as novas tecnologias de informação e comunicação transformam o espaço. A cibernética tem uma forma espacial própria, que resulta de uma base tecnológica de impulsos elétricos que possibilitam a multiatividade entre os campos; possibilita a formação de um espaço derivado dessa tecnologia; e produz uma forma espacial análoga aos espaços urbanos das cidades industriais.

Para responder a essa indagação, o nosso ponto de partida está inscrito no advento de novas tecnologias de comunicação que possibilita a formação de um espaço com uma forma de múltiplas faces; e possibilita a criação de um espaço imaterial, sendo sua arquitetura em rede infinita, cujas conexões formam centros onde se sobrepõem redes em diferentes escalas (Egler, 2000). É a forma espacial da sociedade da informação e da comunicação. Esse novo espaço se diferencia das formas anteriores de comunicação humana e transforma a base técnica, possibilitando formas de interação social espaciais e atemporais (Santos, 1996). Elimina as escalas geográficas e define novas relações associadas a novas conexões entre o local e o global e produz formas de urbanização “translocal”, unificando escalas (Limonad, & Randolph, 2001).

A circulação da informação e das idéias muda e transforma o espaço simbólico da comunicação, na medida em que independe da proximidade física entre as pessoas, o que altera completamente as condições de localização que definem a sociedade industrial. A técnica do concreto armado é substituída por uma tecnologia fluida de impulsos eletrônicos que permitem a instantaneidade dos processos de comunicação. A relação de interação muda porque a relação comunicativa permite a conectividade entre um número infinito de pessoas que participam de um mesmo coletivo.

Os primeiros meios de comunicação, como o telégrafo e o telefone, operavam no regime um a um, em que cada emissor se conectava a um receptor. Já o rádio e a televisão, meios de comunicação de massa, operam num regime

um a todos. Atualmente, os meios de comunicação operam num regime todos a todos, em que qualquer ponto da rede pode ser tanto destino como origem da informação. O resultado desse sistema é a implantação de um novo espaço de comunicação humana: o ciberespaço – domínio constituído por entidades e ações puramente informacionais. Esse tipo de espaço é análogo ao espaço físico construído das cidades onde a interconectividade total entre os seres humanos pode ocorrer independentemente do espaço geográfico (Oliveira, 2002).

No ciberespaço, vamos observar a produção de novos objetos, fluxos e ações (Santos, 1996). Esses objetos se constituem em densidades cognitivas, uma vez que operam como próteses do pensamento que administram o intercâmbio de informações. Não se trata de ampliar as ações no espaço, mas os processos no tempo. Isso significa que não são os corpos que se deslocam, as relações é que se compactam. Nesse espaço, os fluxos não transladam os corpos, mas os sentidos, o aparelho sensorial das pessoas (Oliveira, 2002).

Essa nova base técnica que permite fluxos de comunicação atemporais e aterritoriais resulta no ciberespaço. Entendemos que o mesmo foi utilizado, primeiramente, pelas possibilidades de articulação de atividades econômicas no processo de globalização que, ao vencerem as barreiras locais, redefinem a decisão do investimento capitalista e do papel do Estado. Nesse processo, foi possível observar a fusão entre economia e política, e a reinvenção de formas de dominação das nações mais ricas sobre as mais pobres (Hardt, 2001).

O essencial do nosso trabalho é demonstrar como as novas tecnologias constituem um novo espaço que resulta, transforma e se sobrepõe às formas anteriores do espaço construído que o precede. As novas formas de conectividade possibilitam-nos, a qualquer momento, nos conectarmos a qualquer pessoa ou a um reservatório de dados. Essa multiplicidade de canais também possibilita uma nova forma de coletividade, um novo tecido tecno-social, uma rede de indivíduos em contínua comunicação (Oliveira, 2002). O foco da análise proposta é examinar o uso da tecnologia na formação de redes sociais, para que sejam observadas e avaliadas as possibilidades técnicas para a constituição de novos espaços de atuação coletiva.

Espaço social

A importância deste estudo está associada à possibilidade de se criar uma ação social mais autonomizada, tendo sua problemática inscrita no debate da ação política e de suas múltiplas determinações sobre o desenvolvimento social. A reflexão parte da formação do espaço social e de sua transformação dadas as tecnologias de comunicação.

O que é o espaço social?

Ler o mundo não é uma tarefa fácil. A compreensão do real é um esforço de trabalho que resulta de muitas operações mentais para produzirem um pensamento socialmente compartilhado. É esse o sentido da investigação em ciências sociais na busca da interpretação da realidade, quando as teorias que alcançam mais aproximação com esse real, que sabemos ser inatingível, se apresentam como campo privilegiado e quando o desafio é aplicar a universos distintos um mesmo modo de pensamento para se conhecer a realidade. Por essa razão, os trabalhos científicos são diferentes dos trabalhos teóricos, e exigem não a contemplação, mas a sua aplicação prática.

Uma das coisas mais importantes na pesquisa científica é a construção do objeto do conhecimento. Na luz dessa compreensão, ele se constitui no próprio exercício da inteligência e da invenção, que penetra no real e afasta o dogmatismo da teoria em si mesma. Nessa enorme tarefa de compreender o mundo, Bourdieu (1998) nos alerta para o fato de que: a construção de um objeto é um processo que não nasce de uma só tacada. Como uma obra de arte, ela é feita e refeita, sendo necessárias muitas pinceladas num trabalho de grande fôlego, realizado pouco a pouco.

Consideramos que, na modernidade, a ciência social estava atrelada a uma compreensão do mundo, visando o social em suas determinações econômicas. Na teoria marxista, essa relação pode ser facilmente reconhecida quando os estudos sobre a essência do processo social reconhecem que a sociedade resulta essencialmente da instância econômica, ou seja, a interpretação do social reduzida à condição de classe trabalhadora. Consideramos que tal compreensão esteja associada à realidade do processo social na Inglaterra industrializada do século XIX, de Karl Marx, quando interpretava o mundo ao escrever *O Capital*.

A percepção do social é lida no trabalho, na fábrica, nos processos de dominação do capital. O social, portanto, deriva do movimento de acumulação do capital, estando teoricamente subordinado, pois é visto como o coletivo de trabalhadores a serviço dos interesses de acumulação capitalista. Conhecemos bem o texto de Engels sobre habitação, cuja análise cumpre com papéis de reprodução da força de trabalho, subordinada às condições da acumulação do capital.

Foi Gramsci quem sistematizou uma ciência marxista da ação política. Essa distinção é importante porque revela e consolida uma instância política independente da econômica. A sociedade civil não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura. Para ele, a sociedade civil não contém apenas todo o conjunto das relações materiais, mas sim todo o conjunto das relações ideológico-culturais; não mais toda a vida comercial e industrial, mas toda a vida espiritual e intelectual. A sociedade civil é a verdadeira fonte, o cenário de toda a história (Bobbio, 1981).

Nessa concepção analítica, a força verdadeira do sistema não reside na violência da classe dominante nem no poder coercitivo do aparelho de Estado, mas na aceitação, por parte dos dominados, de uma concepção de mundo que pertence aos dominadores. A filosofia da classe dominante atravessa todo um tecido de vulgarizações complexas para aparecer como senso comum. As classes dominantes conquistam o consentimento das classes dominadas (Bobbio, 1981), consentimento este que reside no poder da consciência que conduz a uma forma de pensar coletiva, que por sua vez conduz à ação social para um objeto de ação compartilhado. O conceito de sociedade civil abre para o conceito de hegemonia, que introduz na interpretação do mundo social a importância da cultura e do conjunto de manifestações que compõem a superestrutura e que criam as formas de pensar do social.

Na história do pensamento político encontramos o conceito de poder em Hannah Arendt, que nos permite aproximar a essência do espaço social. Nessa formulação, em que “o poder é a capacidade que os homens têm de agir em conjunto, o que, por sua vez, requer o consenso de muitos quanto a um curso comum da ação”, ela sublinha a importância da formação do espaço coletivo para produzir uma ação comum em direção a um objetivo compartilhado. Esse poder da comunicação tece os fios invisíveis do tecido social, força motriz que produz a coesão social, e se realiza através da ação comunicativa que cria o mesmo sentido do mundo. O que forma o tecido social são os fios invisíveis de comunicação, através dos quais as idéias circulam, constituindo um coletivo que permite aos homens compartilhar de um mesmo conjunto de valores e crenças, reunindo-os num lugar comum.

Essa teia, construída através do poder de comunicação que faz a história dos homens, desenha o tecido social. A ação coletiva está associada, portanto, à possibilidade de se constituir em primeira mão uma forma de pensar coletivamente compartilhada, e o poder da sociedade está exatamente nessa relação. O pensamento que produz o mesmo sentido do mundo conduz a uma ação social coletiva.

Para avançar nessa formulação, Arendt propõe um modelo de teoria do espaço público, que lida com as coisas do interesse coletivo associado à importância do nós, do agir em conjunto que se dá entre os homens e do qual nasce o poder. O espaço público é a garantia do exercício da palavra e da comunicação; o lugar onde o coletivo se realiza através da palavra e da comunicação (Arendt, 1981). A interpretação de Julia Kristeva (2000), dos textos de Arendt ilumina a nossa compreensão. Segundo Julia, “a pólis, de Arendt, é o local ótimo para a ação; ela não é uma localização física como a cidade, mas uma ‘organização do povo, que vem de se agir e falar em conjunto’ e que pode se manifestar ‘quando for e onde for’; se eu apareço para os outros como os outros aparecem para mim. Lugar, portanto, de interesse do entre-dois”.

A vida humana que se empenha em fazer algo está associada ao mundo dos homens e não do homem em si. O espaço físico não existe sem o espaço social. Toda produção social é resultante da ação coletiva e depende de uma ação constante entre-homens. Todas as atividades humanas resultam de uma ação discursiva, quando o discurso e a ação são considerados uma mesma categoria analítica, ou seja, “o ato da palavra é a ação” (Arendt, 1981).

Na formulação arentiana, o ser político, o viver numa pólis significava que tudo era decidido mediante palavras e não através da força e da violência. “O homem é por natureza político, isto é, social” (Arendt, 1981). O espaço social nasce então dessa compreensão do exercício da palavra que faz a vida política no espaço público, onde os homens, através do exercício da palavra, constituem o espaço social.

A capacidade de organização dos homens em um espaço comum de ação faz a história das formações sociais e da ocupação do território ao longo dos processos históricos. O que se quer observar é que a produção e a apropriação das formas espaciais resultam de formas específicas do espaço social que se determina pela natureza da ação comunicativa. A comunicação simbólica entre os homens produz experiências próprias de poder que se cristalizam ao longo dos processos históricos, em experiências próprias, e geram culturas e identidades coletivas específicas.

Ao longo dos processos históricos vamos encontrar diferentes formações do espaço público. A invenção de novas tecnologias de comunicação transforma as possibilidades de organização do espaço público e do poder de ação em comum; transforma as possibilidades de realização de trocas objetivas e subjetivas. É um novo espaço de comunicação humana que cria e recria as possibilidades de interação social (Egler, 1998).

A Internet possibilita novas formas de conectividade entre as nações, as cidades e as pessoas no mundo, transforma as trocas objetivas e subjetivas, possibilita a interação entre as nações e potencializa a formação de um espaço social aterritorial e atemporal. O desafio do nosso estudo é exatamente essa possibilidade, a de compreender que a técnica aumenta a capacidade humana de organização e interação, possibilitadas por formas alternativas de conectividade que definem novas identidades sociais. Resta ainda questionar suas possibilidades de contemplar o bem-estar social.

Redes de cidades globais

A rede de cidades globais resulta desse espaço tecnológico que possibilita a interação entre fragmentos de cidades e fluxos comunicacionais que formam esse novo espaço de materialidade fluida e arquitetura em rede. A possibilidade

de participar dessa rede conduz os governos locais à realização de políticas urbanas capazes de colocar a sua cidade na competitividade do sistema global.

O que podemos observar então é a formação de uma rede de corporações dedicada ao desenvolvimento de atividades de turismo que manejam hotéis, agências de viagens, e entretenimento, em benefício do incremento do tráfego de turismo global.

O resultado dessa estratégia é a transformação da função social do espaço de vida, produto da história local, por um outro espaço produto da ação estatal e em benefício de interesses alheios ao lugar. Essa transformação está direcionada no sentido de substituir tudo aquilo que representa a criatividade das pessoas comuns, em benefício de uma função social do espaço que valoriza a representação simbólica das elites globais. Leva a uma redefinição da localização de grupos sociais, no caso a expropriação dos pobres que habitam o lugar em benefício dos turistas ricos que por ela se movem e passam, sem deixar emoção ou estória.

É constituída uma ação que tem por objetivo banir tudo aquilo que resulta da vida cotidiana, que se constitui através de uma ação de construção ininterrupta, desordenada, imprevisível, resultante da ação comum dos moradores de transformação do seu espaço de vida e de trabalho, para ser substituída por uma ação de depuração da criatividade social por uma de controle da vida social, e pela construção de um espaço regulado. É no estudo de Bauman que vamos encontrar a chave para a análise dessas relações, “que implica em uma vida num espaço perfeitamente ordenado e depurado de todo acaso, livre de tudo que seja fortuito, acidental e ambivalente”. O objetivo é substituir tudo o que é produto da realidade local por um projeto cientificamente controlado, capaz de produzir a felicidade pensada por arquitetos alheios ao lugar para pessoas estrangeiras à sua história. O que implica em uma total rejeição da história do lugar e de seus habitantes e da demolição de todos os seus vestígios. Trata-se de limpar os espaços locais da história que lhe deu origem e inaugurar um uso do espaço local para o deleite global.

O estudo de Bauman revela como a execução de tais políticas e a tentativa de tornar o espaço urbano lógico, funcional, esteticamente elaborado redundaram historicamente na desintegração das redes protetoras tecidas por laços humanos. Essa é uma percepção muito importante porque a transformação do uso social do espaço implica num movimento de destruição das redes de solidariedade social que fazem a história do lugar.

Os planos de transformação propostos pelas políticas urbanas associadas à rede de cidades globais certamente conduzirão ao dismantelamento dos laços de solidariedade do tecido social. Isso quer dizer que na atualidade as redes de cidades são utilizadas para transformar o uso social do espaço local em benefício das elites globais, e, para tanto, banem tudo aquilo que representa a história do lugar.

O que estamos a propor é a utilização de redes técnicas para a formação de redes locais que tenham por objeto de ação a defesa da cultura e da vida cotidiana no lugar.

Potencialidades para formação de redes tecno-sociais locais

Antes de conceituar as redes tecno-sociais, importa considerar as redes sociais, que são lidas como toda relação que reúne um número de pessoas considerado suficiente para uma atividade que tenha um mesmo objeto de ação. Por exemplo, uma sala de aula tem por objeto de ação trabalhar um conteúdo específico de uma determinada disciplina. O movimento social constitui um coletivo que objetiva alcançar o atendimento de uma demanda, por exemplo, localizada no espaço urbano. A linha demonstrativa é entender as redes sociais na vida urbana e analisar como elas se transformam na mediação de redes técnicas.

A aplicação de redes tecno-sociais tem sido explorada pelas corporações que constroem o mercado mundial e, também, por instituições universitárias e governos, que inauguram novas relações com a sociedade e nos conduzem à utilização de tecnologias de comunicação que resultam nas denominações ‘e-learning’, ‘e-business’ e ‘e-governement’ – quando podemos observar a utilização das redes em diferentes esferas da ordem social. A nossa indagação principal é “o que muda na ordem das relações sociais pela mediação da comunicação eletrônica?”.

Para investigar as redes tecno-sociais, devemos reconhecer o lugar analítico que observa a importância da ação social na prosperidade das nações. O que nos mobiliza é a possibilidade de criar coletivos autonomizados, capazes de agir através de uma estrutura de gestão horizontal. Sendo inerente às novas tecnologias a possibilidade de articular redes sociais que podem se unir, visando um objeto de trabalho em comum. A mesma natureza dos espaços de tecnologia informática, lógica numérica e arquitetura em rede respondem por possibilidades de união e organização social que não encontramos nos espaços verticais da sociedade industrial. Está claro que a constituição de redes sociais autonomizadas pode-se constituir em um espaço de integração social que abre caminhos para a realização de experimentos que, por sua vez, aliam inovação tecnológica ao desenvolvimento social.

A formação de rede social possibilita um espaço de comunicação que pode criar coletivos sociais de ação autonomizada. As inovações tecnológicas permitem estruturas de organização, que, nessa arquitetura em rede horizontal, possibilita a realização de fluxos que permitem a comunicação concomitante de muitas pessoas que participam dos coletivos.

O nosso objetivo é problematizar a possibilidade da formação de redes

sociais para políticas urbanas, com o objetivo de transformar as relações que se estabelecem entre organizações governamentais, empresas privadas, instituições universitárias e pessoas para constituir novas articulações, mais flexíveis e fluidas. Dependendo da forma como forem utilizadas as redes tecno-sociais, podem constituir-se em importante espaço para a prosperidade das nações. Podemos pensar em comunidades autônomas que se comunicam entre si, através de um processo de auto-organização (Habermas, 1998), transformando as relações entre espaço público e espaço privado e redefinindo o papel do Estado e de suas relações com a sociedade. Porque através dessa articulação social em rede poderá ser possível atuar com novas formas de lidar com o bem-estar coletivo. O que ainda não está claro é como podemos constituir esses espaços de autonomização da vida social.

Sabemos que esse processo se encontra no início, e as experiências nessa direção são pontuais e singulares, não existindo ainda uma ampla cultura de formação de redes tecno-sociais que nos possibilitem a formação de um acervo de conhecimentos e metodologias sobre o tema. Por enquanto, o nosso propósito é problematizar o seu uso, observando dificuldades e potencialidades de sua utilização. Esse é o nosso posicionamento, cujo objetivo é estudar e refletir as possibilidades de sua utilização na gestão urbana.

Redes tecno-sociais e cooperação na gestão urbana

As redes tecno-sociais, por sua nova possibilidade de criar coletivos mais autonomizados, redefinem as relações entre Estado e sociedade. Esse é o fundamento que cria a nova possibilidade de ação política e de definição do espaço público, produto de uma interação social comunicativa que possibilita novos formatos para a ação política.

O objetivo deste texto era mostrar que as redes tecno-sociais podem ser utilizadas no desenvolvimento de atividades econômicas para a produção de políticas públicas e para a emancipação social. Seu desafio é inovar no experimento de novos procedimentos, mais associativos, mais flexíveis e interativos, para avançar em direção ao futuro de uma sociedade de interação social cooperativa. Isso significa que podemos identificar redes tecno-sociais em diferentes campos de ação humana, por exemplo, na ação governamental, em empresas capitalistas, nas universidades, nas organizações de defesa do meio ambiente, nos movimentos sociais urbanos e agrários, para a articulação de ONGs e encontros sociais. Um sem número de interesses em comum permite a formação dessas redes, possibilitando novas formas de comunicação que produzem a transversalidade entre campos e atores (Miège, 1995). O essencial do nosso ensaio é mostrar como essa nova base tecnológica tem, na sua essência, a possibilidade de criar

novas conexões que possibilitam a criação de um espaço social próprio. Este, por sua vez, redefine a interação entre o governo, empresas, sociedade e pessoas e a constituição de um espaço social que rompe as fronteiras dos campos e possibilita a interação de múltiplos agentes em direção a um objetivo comum de ação. Pode interligar atores que tradicionalmente são separados pelos paradigmas de sua ação.

A intenção é avançar na formulação de um estudo que nos permita entender como é possível criar um espaço de mediação entre Estado, movimentos sociais, universidades e pessoas. Essa reflexão é importante porque consideramos que as redes redefinem profundamente as relações entre Estado e sociedade nas políticas sociais e particularmente nas urbanas.

Esse é o fundamento do nosso trabalho: procurar mostrar que as redes tecno-sociais possibilitam formas de interação e cooperação que podem substituir a lógica dos processos e procedimentos de gestão do Estado e da participação social, transformando o papel dos atores políticos. Dito de outra forma: não se trata de usar as redes apenas para reproduzir processos e procedimentos de gestão do Estado e de subordinação social. Esse processo já se encontra em curso e temos observado o uso de redes para ampliar o controle do Estado sobre a sociedade, que vem sendo denominado de governo eletrônico. O que se quer fazer prevalecer é uma compreensão na qual a rede possa se constituir verdadeiramente em uma possibilidade de participação de diferentes atores em busca da democratização da decisão para a gestão urbana.

Essa é a questão!

A nossa argumentação retorna às formas como são utilizadas as novas tecnologias e em benefício de quem. Através da criação de novas formas de planejamento, de transmissão do conhecimento e de disponibilização da informação será possível criar um sistema de interação que renove as tradicionais estratégias de ação política, que só poderá ser alcançado com a criação de novos métodos de trabalho que ampliem a interlocução entre os diferentes atores que compõem o social.

É preciso socializar o acesso à base técnica. É preciso promover a difusão das novas possibilidades de uso das tecnologias para a sociedade, para se criarem novas possibilidades de vida urbana. Os processos de inclusão social estão associados à criação de políticas de acessibilidade social às novas tecnologias.

Por essa razão, torna-se possível usar novos mecanismos de cooperação entre as diferentes escalas de governo, as empresas, instituições do conhecimento e organizações sociais e as pessoas para ampliar as possibilidades de desenvolvimento social, através de políticas que tenham por objeto de ação a gestão urbana.

Potencialidades das novas tecnologias

Mais do que isso, as novas tecnologias se constituem em poderoso instrumento de integração social – a disponibilidade de ferramentas que alteram a comunicação social e permitem novos espaços de produção econômica, de constituição de coletividades de troca, formas de transmissão do conhecimento, de consumo, de ação política. Por isso, a importância da compreensão dos novos processos implícitos nas ciências sociais. Não se trata apenas de mapear a percepção, mas de fazer emergir uma consciência de que estamos diante de novas formas de constituição do social mediado por tecnologias de computação. Essa consciência é fundamental porque é preciso trabalhar para reconhecer quais são os processos de transformação em curso que alteram as relações entre Estado e sociedade.

Essas relações são mediadas pela presença de uma máquina burocrática que realiza essa mediação. Na atualidade, estamos dispostos de novas ferramentas eletrônicas que transformam as possibilidades dessa interlocução. É preciso trabalhar para reconhecer que devemos investigar as possibilidades do uso de novas tecnologias visando políticas urbanas com o auxílio de ferramentas eletrônicas.

É preciso avançar em direção às transformações profundas na constituição do social. Por isso, é importante voltar o pensamento para a dimensão do processo social e fazer com que as tecnologias e a inovação se transformem num recurso para a vida de todos, na qual o Estado tem um importante papel a cumprir. Trata-se de reconhecer quais são os processos e procedimentos que devem ser observados para usar as novas tecnologias, para permitir novas formas de elaboração, promoção e realização de políticas de desenvolvimento social. Estamos diante de novas formas de criação de espaços sociais, que resultam em novas formas de sociedade e de indivíduos, do coletivo e do espaço público. O desafio é, portanto, pensar as potencialidades da comunicação que se realizam através de redes digitais e que alteram a compreensão das formas de pensar, produzir e representar o social na era informacional.

São novas formas de interação entre Estado e sociedade que permitem constituir uma reflexão que conduza a essa possibilidade de desenvolver políticas que ampliem a possibilidade de interlocução entre os membros da sociedade, de constituir redes sociais de suporte eletrônico.

A capacidade de adquirir, processar e transmitir informação, realizada por meio de computadores e sistemas de comunicação eletrônica, transforma as possibilidades de governar. O uso inteligente dos sistemas pode constituir-se em poderoso instrumento de compreensão, documentação e definição da ação estatal sobre a gestão do espaço urbano.

A técnica nos permite identificar como podemos fazer. Não se trata apenas

de dispor de novas possibilidades técnicas de ação; é preciso saber, também, como as técnicas serão socialmente utilizadas. Isso nos habilita e nos desafia a descobrir como o Estado pode avançar para desvendar como a tecnologia e a inovação guardam potencialidades para conduzir ao desenvolvimento social. Importa avançar para reconhecer as possibilidades de integração do governo, das comunidades, das instituições do conhecimento, de empresas e indivíduos para a formação de um espaço de comunicação social que permita a emancipação em direção à defesa de interesses coletivos na vida urbana.

Referências

- ARENDDT, Hannah (1981). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- _____ (1994). *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relumê Dumara.
- BAUMAN, Zigmunt (2004). *Amor Líquido: sobre fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BOBBIO, Norberto (1999). *Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____ (1981). Existe uma doutrina Marxista do Estado?, in BOBBIO, Norberto. *Marxismo e o Estado*. São Paulo: Graal.
- BOURDIEU, Pierre (1998). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CASTELLS, Manuel (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- EGLER, Tamara Tânia Cohen (2000). A Imagem do Espaço Numérico, em *Anais do IV SIGRADI - Construindo o Espaço Digital*. Rio de Janeiro.
- EGLER, Tamara Tania Cohen (1998). Ciberespaço: as novas formas da interação social. *Sociedade e Estado*. Volume XIII, número 1, Departamento de Sociologia UNB.
- HABERMAS, Jurgen (1998). *Direito e democracia*. Entre facticidade e validade. Tomo I.
- HARDT, Michel & NEGRI, Antonio (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- KRISTEVA, Julia (2002). O Gênio Feminino. A vida, a loucura, as palavras. Tomo I, *Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LIMONAD, Ester & RANDOLPH, Rainer (2001). Cidade e lugar. Sua representação e apropriação ideológica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Associação Nacional de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional.
- MIÈGE, B (1995). *La pensée communicationnelle*. Grenoble: Presse Universitaires de Grenoble.
- OLIVEIRA, L. A (2002). Valores deslizantes: esboço de um ensaio sobre técnica e poder, in NOVAES, A.: *O avesso da liberdade*, Schwarcz, Brasil.
- SANTOS Milton (1994). *Técnica, Espaço e tempo. Globalização e meio técnico científico*. São Paulo: Afilhada.
- _____ (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC.

RESUMO

Globalização, rede tecno-social e política urbana

O objeto de conhecimento do presente estudo está associado ao desvendamento das formas de interação social e ação coletiva no ciberespaço. Parte-se da compreensão de que, na atualidade, temos uma significativa transformação dos processos espaciais, que resultam de base técnico-informática e possibilitam a formação de objetos, fluxos e ações próprios a essa tecnologia. Esses espaços de tecnologia informática, concretude invisível, materialidade fluida e arquitetura em rede possibilitam processos que alteram as relações entre as nações, as cidades e as pessoas do mundo, onde encontraremos a possibilidade de realização do processo de globalização e a articulação das cidades em rede. O estudo se propõe a examinar as possibilidades dadas pelas tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento de redes tecno-sociais que tenham por objeto de ação novas formas de cooperação para a realização da gestão urbana.

Palavras-chave: redes tecno-sociais; espaço social; cooperação; gestão urbana

ABSTRACT

Globalization, technosocial network and urban policy

The object of knowledge of the present study is related to revealing forms of social interaction and collective action in cyberspace. It starts from the understanding that at present we are witnessing a significant transformation of spatial processes arising from a techno-informational base and which makes possible the formation of objects, flows and actions proper to this technology. These information technology spaces, invisible concreteness, fluid materiality and network architecture make possible processes which change relations between nations, cities and people, where we encounter the possibility for the realization of the process of globalization and the articulation of networked cities. This study proposes to examine the possibilities made available by communication and information technologies for the development of technosocial networks whose object of action is new forms of cooperation for the realization of urban administration.

Keywords: technosocial networks; social space; cooperation; urban administration

Recebido para apreciação: junho de 2005

Aprovado para publicação: setembro de 2005

DISCURSOS LIBERTÁRIOS: ENTRE A “INCLUSÃO” E “UM NOVO MUNDO POSSÍVEL”

Josias V. de Paula Jr.

O atual contexto – metade de uma década que é o limiar de novo século e milênio – parece mais que apropriado a trazer de volta o debate clássico sobre a possibilidade de transformação radical de uma dada organização social. O século XX foi atravessado pela controvérsia entre os defensores do sistema capitalista – perfilados nas diversas modalidades de liberalismo – e aqueles que se opunham à ordem existente – ancorados, grosso modo, ou na social democracia ou nos vários matizes de socialismo.

Deve-se assinalar que durante parte considerável desse percurso, os agentes anticapitalistas foram embalados por um otimismo e uma crença na vitória final quase inquebrantáveis. Como sabemos, o discurso marxista continha em seu cerne uma interpretação da história teleológica e fatalista: o comunismo, a despeito de tudo e de todos, é o porto de chegada inarredável da humanidade. No entanto, esse otimismo foi paulatinamente solapado tanto por acontecimentos históricos objetivos, como pela reflexão operada ao longo do tempo. Algumas experiências destacaram-se nesse processo: os rumos tomados pela revolução soviética em direção a um totalitarismo de Estado; o “aburguesamento” da classe operária e conseqüente abandono da via revolucionária nos países que adotaram medidas e instituições social democratas; a força do capitalismo, reiteradamente demonstrada, de jamais se deixar acometer por uma crise apocalíptica, a qual o levaria a uma queda incontornável.

Já desde a década de 60 do século passado se detecta com muita facilidade a mudança de humores por parte dos intelectuais comprometidas com a crítica à sociedade contemporânea e a transformação social. Textos significativos do período são exemplos cabais da ação desses acontecimentos na mentalidade dos movimentos contestatórios. Herbert Marcuse (1973) chega a conclusões muito pessimistas sobre as possibilidades de transformação social na era da “sociedade industrial” avançada. Segundo ele, tal sociedade estaria a anular toda e qualquer possibilidade de crítica e negatividade. O resultado seria uma sociedade – e um homem – unidimensional. Por outro lado, Cornelius Castoriadis, em um livro de 1975 (Castoriadis, 1982), faz uma crítica devastadora do conjunto das idéias marxistas e afirma a impossibilidade de permanência de uma postura revolucionária sob os auspícios desse ideário.

Lembremos que o pós-guerra, em 1945, deu início a um período de expansão e crescimento econômico vigoroso, comumente identificado como a “era de ouro” do capitalismo. Os principais países do Ocidente, sob a orientação de políticas macroeconômicas influenciadas mais ou menos fortemente pelas idéias de John Maynard Keynes, experimentaram grande desenvolvimento econômico e social. No entanto, a partir do início da década de 1970 este equilíbrio foi quebrado. Foram ficando cada vez mais evidentes a crise do sistema e seus principais aspectos: decréscimo do incremento econômico; pressão inflacionária; dificuldades de controlar o déficit público etc. O Welfare State construído ao longo dos últimos vinte e poucos anos dava sinais de fraqueza. Acrescente-se que na mesma década já era possível se diagnosticar o colapso do modelo soviético. A porta estava aberta para o ingresso intempestivo de um novo discurso ideológico: o neoliberalismo.

O avanço conservador dos anos 1980 e 1990: o começo da “era do fim”

Como bem observa Giovanni Arrighi (1989), tanto os movimentos revolucionários como os reformistas e ainda os de libertação nacional haviam logrado a conquista do poder em vários países, após o segundo pós-guerra. No entanto, para todos esses movimentos a tomada de poder era apenas um meio para a consecução de outros objetivos: a superação do capitalismo por uma alternativa socialista (para os dois primeiros tipos); a superação do colonialismo (para os últimos). Tais objetivos constituíam a grande força simbólica desses agentes, a qual catalisava as massas e lhes impregnava com o espírito da mobilização. Houve, é verdade, a eclosão dos assim chamados “novos movimentos sociais” ou “nova esquerda”, cuja emergência era a materialização da frustração para com os antigos sujeitos anti-hegemônicos. Não obstante, como assinala Wallerstein (2003), os novos atores, embora tenham galgado considerável impacto social e logrado conquistas, jamais alcançaram uma “centralidade dramática”, que havia sido característica da velha esquerda no imediato pós-guerra. Assim:

Quanto ao aspecto da luta de classes mundial, o enfraquecimento dos movimentos anti-sistêmicos (tanto dos velhos quanto dos novos) permitiu que as forças da ordem mundial lançassem uma contra-ofensiva de alguma considerável magnitude. Esta contra-ofensiva tomou a forma, antes de mais nada, da chegada ao poder dos regimes neoliberais (de fato, furiosamente conservadores) na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos (Thatcher e Reagan); do chamado Consenso de Washington, que enterrou o ideal de desenvolvimento e o substituiu pelo ideal da “globalização”; do vigoroso crescimento do papel e da atividade do FMI (Fundo Monetário Internacional), do Banco Mundial e da recém-chegada OMC (Organização Mundial

do Comércio) – todos eles buscando tolher a capacidade dos Estados das zonas periféricas de interferir no livre fluxo de produtos e sobretudo de capital (Wallerstein, 2003, p. 18 - Grifos do autor).

O neoliberalismo se caracteriza como ideologia dominante das décadas de 80 e 90, do século passado. Hegemonia que apenas se ressalta e ganha tons ainda mais arrogantes, quando da derrocada do que se chamou “socialismo real”, ou “bloco soviético”.

É importante afirmar o sentido e o entendimento que temos da noção de hegemonia. A hegemonia pressupõe uma concepção do espaço social como algo aberto, onde práticas articulatórias desdobram-se em um terreno antagonístico. Do contrário, imaginando-se um contexto no qual todos os sentidos estivessem absolutamente fixados, não haveria condições para práticas articulatórias:

Em um sistema fechado de identidades relacionais, no qual o significado de cada momento é absolutamente fixado, não há qualquer espaço para prática hegemônica. Um sistema de diferenças plenamente bem sucedido, que excluisse qualquer significante flutuante, não tornaria possível qualquer articulação; o princípio de repetição dominaria toda prática dentro deste sistema e não haveria nada a hegemônizar. É porque a hegemonia supõe o caráter incompleto e aberto do social, que ela só possa tomar lugar em um campo dominado por práticas articulatórias (Laclau e Mouffe, 1985, p. 134).

Nesse sentido, uma prática hegemônica pugna por tornar-se um horizonte dominante de orientação e ação social, através da instituição de pontos nodais – os quais são fixações parciais de sentido. Sob uma outra óptica, é um discurso ou conjunto de discursos que logram ganhar foros de verdade, se universalizam. Em *Sobre los nombres de Dios*, Laclau assim propõe: “Eu compreendo ‘hegemonia’ como uma relação pela qual conteúdos particulares assumem, em um certo contexto, a função de encarnar uma plenitude ausente” (Laclau, 2002, p. 122).

Desta forma, o conceito de hegemonia ganha sua validade na análise de situações que sejam palco de desarticulações e rearticulações visando à instituição e manutenção de liderança política:

Portanto, **o conceito de hegemonia refere-se** não apenas a uma posição privilegiada de um Estado-Nação dentro de um grupo de Estados-Nações; mas, mais geralmente, **à construção de uma formação discursiva predominante**. Por exemplo, o neoliberalismo pode ser visto como discurso hegemônico ao ter alcançado até certo ponto redefinir os termos do debate político e estabelecer uma nova agenda. Repetidos ataques ao centralismo e burocratização do ‘nanny state’, celebração da família e do empreendimento individual, e a concepção do mercado como um

mecanismo diretor privilegiado tanto do setor público como do privado – todos estes são momentos importantes no discurso neoliberal, cuja predominância tem forçado as forças de oposição a reconsiderar sua concepção da relação ideal entre estado, economia e sociedade civil (Torfing, 1999, p. 101-102).

É evidente que tal concepção se apóia numa aproximação discursiva da realidade social. Como construção significativa operada em um contexto fundamentalmente antagonístico, a “sociedade” é uma obra sempre inacabada, transitória, instável. Na disputa pela “definição do que é a realidade”, os diversos grupos sociais buscam significar os *significantes vazios* à sua imagem e semelhança, ou em proximidade com seus interesses. Significantes vazios são termos precípuos para a definição de realidade, cujo sentido, por não estar nunca absolutamente fixado, é matéria de permanente litígio. Um discurso implica uma significação determinada, parcial, dos referidos termos, assim como sua vinculação a outros, a qual forma uma *cadeia de equivalência*, numa totalidade significativa. Essa totalidade de sentido não é construída apenas ao nível lingüístico. Abrange práticas concretas, perpetradas na dimensão material.¹

Segundo Perry Anderson (1995), as origens do neoliberalismo remontam ao final da II Guerra Mundial. Já em 1947, sob o incentivo de Friedrich Hayek, reuniu-se na Suíça um grupo de intelectuais (Milton Friedman, Karl Popper, Michael Polanyi, entre outros) dispostos a lutar contra o Estado intervencionista:

Aí se fundou a sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro (Anderson, 1995, p. 10).

Durante as duas décadas seguintes, as idéias de Hayek e seu grupo não lograram muito reconhecimento. Os anos 1950 e 1960 caracterizaram-se por grande crescimento econômico sob a batuta do Welfare State. No entanto, a partir dos anos 1970, como já dissemos, com a chegada da crise do modelo econômico planejador e intervencionista, as idéias neoliberais ganham espaço para avançar. Já no final da década, com a eleição de Thatcher em 1979, surgia a primeira oportunidade de implementar o programa neoliberal em país capitalista central. Logo após vieram Regan, 1980, nos EUA, Helmut Kohl, 1982, Alemanha etc. Mas, comentando a hegemonia neoliberal em suas diversas manifestações, Anderson aponta algo importante:

¹ Para uma discussão mais profunda sobre uma aproximação discursiva e os conceitos de equivalência, diferença e significantes vazios, ver: Laclau (1989 e 1990).

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muito dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente desiguais, embora não tanto desestatizadas como queria. **Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativa para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas** (Anderson, 1995, p. 23 – ênfase acrescentada).

Portanto, o maior êxito do neoliberalismo é ideológico; convencer que, gostando ou não, não há nada além do capitalismo globalizante*.

Laclau e Mouffe também sublinham o caráter hegemônico do neoliberalismo:

Assim a reação conservadora tem um caráter claramente hegemônico. Ela pretende uma profunda transformação dos termos do discurso político e a criação de uma nova ‘definição de realidade’, que sob a capa da defesa da ‘liberdade individual’ legitimaria desigualdades e restauraria as relações hierárquicas que as lutas das décadas precedentes destruíram (Laclau e Mouffe, 1989, p. 176).

Os autores chamam a atenção ao que está no cerne do discurso neoliberal: uma restrição da noção de liberdade e, por extensão, de democracia. Segundo Laclau e Mouffe, o liberalismo experimentou, durante os séculos XIX e XX, um longo processo de ‘democratização’ por intermédio de múltiplas lutas. De uma concepção tradicional de liberdade sustentada por Locke, passando por um alargamento em J. S. Mill, até um aprofundamento no discurso social democrata. Isto é, o liberalismo conhece uma trajetória contínua de alargamento do escopo dos direitos democráticos e da noção de liberdade. Às reivindicações iniciais de garantia dos direitos políticos e civis agregam-se as demandas e conquistas dos direitos sociais. “E então, que pobreza, falta de educação, e grandes disparidades nas condições de vida são hoje consideradas ofensas contra a liberdade. É essa transformação que o neoliberalismo deseja questionar” (Ibid, p. 172).

Isto é, a ofensiva conservadora almeja uma restrição no sentido de

* Zizek sobre esse ponto disse: “Parece mais fácil pensar o ‘fim do mundo’ que uma mudança muito mais modesta no modo de produção, como se o capitalismo fosse o ‘real’ que de algum modo sobreviverá, mesmo na eventualidade de uma catástrofe ecológica global...” (ZIZEK, 1996, p. 7).

democracia e de liberdade. Historicamente, tal restrição representa uma inflexão regressiva, um solapamento da idéia de justiça social.²

Numa teoria discursiva, o ideológico não concerne mais a uma questão de falsa representação, mas sim ao desconhecimento e/ou não-afirmação do caráter contingente e precário de toda positividade: o ideológico consiste em formas discursivas que concebem a sociedade como se instituindo a si mesma sobre a pretensão do fechamento, da fixação de sentido. Isto representa duas coisas. A primeira é que é característico da ideologia naturalizar as relações sociais, ocultar suas origens, velar a violência exclusivista de sua consolidação. Assim, intenta “explicar” a estrutura social não como uma arquitetura temporal, fruto das lutas prático-significativas conjunturais, mas como uma essência, um arranjo necessário, inescapável, causado por tais e quais injunções inelutáveis. Tal característica, sob o influxo hegemônico neoliberal, ganhou tons curiosos: havíamos chegado ao “fim das ideologias” e ao “fim da história”! Restaria um espaço social indistinto, absolutamente consensual, sem antagonismo, a repetição eterna de um mesmo sempre... A segunda diz respeito à conclusão lógica que se chega sobre o dever de um empreendimento crítico da ideologia: desvelar o caráter contingente de cada formação discursiva, insinuar sua historicidade e vislumbrar no momento presente seus contrapesos, sua negação. Portanto, é dever da crítica ideológica desnaturalizar e desessencializar a “realidade social”.

A “teoria” da exclusão social: um discurso reativo

É importante que reflitamos sobre qual o contexto de surgimento da “teoria” da exclusão. Quais são seus horizontes de reflexão? Como se mostrava a correlação de forças entre os grupos sociais no momento de seu aparecimento? Que “verdades” eram vividas? A “teoria” da exclusão ganha força, sobretudo no Brasil, a partir da década de 1990, quando se faz sentir de modo mais intenso a avalanche neoliberal. Quais as marcas deixadas pelo contexto em sua tessitura? É por intermédio dessas questões que devemos seguir.

Devemos assinalar que estamos tratando aqui de autores que enxergaram

² É oportuno lembrar que um autor liberal como F. Hayek, ao defender uma ordem social liberal como “ordem espontânea”, retira todo sentido de uma noção como “distribuição justa de renda”. Uma “ordem espontânea” não possui objetivos comuns. Sendo assim, por exemplo, o Estado não tem legitimidade de intervir na economia a fim de obter uma distribuição justa das riquezas. Por quê? Porque, dessa forma, ele estaria reconhecendo a redução da desigualdade social como objetivo comum de todo o grupo! (Cf. Hayek, 1981).

a exclusão social como um fenômeno, em verdade um novo fenômeno. Exclusão social, enquanto conceito, vinha preencher uma lacuna teórica aberta pela nova conjuntura. Dentro da temática da questão social, já não era mais apropriado falar de pobreza para designar certas situações nem de desigualdade. Ambas as noções implicam a existência de uma sociedade dividida hierarquicamente, mas não cindida. O novo fenômeno que se verifica, acredita-se, é que o espaço social está agora clivado entre os “de dentro” e os de “fora”, incluídos e excluídos.

Em linhas gerais, podemos estabelecer que a “teoria” da exclusão delinea o seguinte cenário: a globalização liberal veio para ficar, com sua desregulamentação financeira e do mundo do trabalho; se somarmos a isso a flexibilização da produção, as terceirizações e a intensiva mecanização, o resultado é a diminuição evolutiva dos postos de trabalho e sua precarização. Ou seja, incremento do desemprego, subemprego e aqueles que, porventura, conseguissem permanecer empregados, teriam uma deterioração de sua condição e de seus salários.³ Estaríamos diante de uma época em que parcela da população não seria mais assimilável pelo sistema, restando desnecessária, um excesso. No léxico deste discurso, tal parcela seria desnecessária economicamente, incômoda socialmente (um estorvo no espaço urbano, aspecto desagradável da paisagem, o qual tem de ser banido ou escondido, como aconteceu no evento Eco92) e perigosa politicamente.

Esses fatores fazem com que se abata sobre “os excluídos” um desejo de extermínio, de eliminação.

Não obstante constituir-se em um discurso crítico e pretender-se uma denúncia das injustiças e desequilíbrios da globalização levada a toque sob a égide neoliberal, a ‘teoria’ da exclusão aceita os prognósticos dos arautos da onisciência do Mercado – sumo regulador das relações sociais para velhos e novos liberais – assim como tenta combatê-lo em terreno minado: a esfera econômica compreendida como momento auto-referente, incondicionado e acima das injunções políticas. Sobre esse ponto, são muito perspicazes as palavras de Edgardo Lander:

Nos debates políticos e em diversos campos das ciências sociais têm sido notórias as dificuldades para formular alternativas teóricas e políticas à primazia total do mercado, cuja defesa mais coerente tem sido formulada pelo neoliberalismo. Estas dificuldades se devem, em uma importante medida, ao fato de que o neoliberalismo é debatido e confrontado como uma teoria econômica, quando na realidade deve ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é,

³ A “teoria” da exclusão está exposta nos trabalhos de Cristóvam Buarque (1993), Elimar Nascimento (1994, a, b, c), Luciano Oliveira (1995, 1996 e 1997, a e b), e Mariângela B. Wanderley (1999).

como uma extraordinária síntese dos supostos básicos da sociedade liberal moderna no tocante ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à **boa vida**. As alternativas às propostas neoliberais e ao modelo de vida que representam não podem ser buscadas em outros modelos ou teorias no campo da economia, já que a economia mesma como disciplina científica assume, no fundamental, a cosmovisão liberal (Lander, 2000, p. 11 - Grifos do autor).

Os excluídos podem ser assimilados ao *Lumpemproletariat* – lembremos que estes são ainda mais desgraçados que o proletariado, pois *sequer são explorados*. No entanto, observemos: dentro do discurso marxista clássico, o advento do comunismo previa uma polarização crescente em duas classes (burguesia e proletariado – únicas que representavam possibilidades concretas de regimes sociais), assim como uma pauperização, cuja dimensão final chegaria a níveis insustentáveis. A pauperização, o aumento da miserabilidade seria então um momento necessário, uma etapa por vencer na consecução do *telos* da história. Mas agora, quando não se acredita mais que “o desenvolvimento normal” do capitalismo nos levará à terra prometida nem que em seu próprio bojo – como uma metamorfose necessária em um organismo transformando-o de larva em borboleta – traga a redenção dos miseráveis, facilmente surge a questão: o que acontecerá a esses indivíduos ausentes da produção? O discurso da exclusão não poupa fôlego em denunciar, lamentando: o sistema atual, muito cruel, não lhes reserva lugar; estão condenados ao sofrimento e à resignação!

Prova incontestável dos prováveis desdobramentos políticos do discurso da exclusão social é a entrevista de um ex-presidente de República, na qual o mesmo adverte que não é mais possível incluir a todos. Talvez a nós brasileiros, especificamente, essa entrevista deva chamar ainda mais a atenção e incitar à reflexão, já que o chefe de Estado aludido é Fernando Henrique Cardoso.

No dia 13 de outubro de 1996, Fernando Henrique Cardoso concedeu uma longa entrevista à Folha de São Paulo, publicada no caderno “Mais!”. Em uma de suas respostas, onde discorre sobre a condição e o papel da esquerda atualmente, afirma:

Pode-se dizer que não há um modo alternativo do modo de produzir. A esquerda clássica pensava isso: sem mudança no modo de produzir não vai haver mudança do bem-estar. Hoje, sem mudança do modo de produzir, está se buscando um aumento do bem-estar. Não se encontrou outro modo de produzir que fosse capaz de produzir mais bem-estar. A falência do socialismo real levou à constatação de que tentar alterar o modo de produzir não resolve o problema (Mais!, 13/10/96, p. 5).

Em seguida, definindo de quem é, ou para quem é esse ‘modo de produzir’, e qual é sua lógica de funcionamento, pondera:

Ele incorpora massas ao consumo. E, nesse sentido, ele é socialmente progressista – progressivo, progressista, como queira. Não é das classes médias burocráticas, nem das classes médias que ficaram desligadas desses dois processos – a modernização produtiva e da universalização dos bens sociais. Não é dos corporativos, não é do setor burocrático anterior. Mas também não vou dizer que seja dos excluídos porque não tem condição de ser. Aspiraria a poder incorporar mais, mas não posso dizer que seja... não nego que, provavelmente, na dinâmica atual, não há força para incorporar todo mundo (Mais!, 13/10/96, p. 6 – grifo nosso).

Para os autores da exclusão, provavelmente, a justificativa-explicação dada por Fernando Henrique Cardoso para não combater a “exclusão” em toda sua extensão tem fundamento científico!

É importantíssimo destacar que não desejamos ignorar a importância da instância econômica; apenas pontuar que a mesma não se caracteriza como um momento extradiscursivo sobredeterminante. Se a economia fosse um fundamento último e determinante, ela teria de ser definida fora de qualquer prática articulatória, fora de qualquer relação social concreta; estaríamos confrontados com o reino da necessidade, com uma identidade plenamente presente a si. O que está em questão, portanto, não é a maior ou menor importância do “econômico” frente a outras instâncias, mas a “dispersão mesma do objeto ‘economia’ em um conjunto de elementos cuja unidade deve ser constituída e não pressuposta” (Laclau, 1985, p. 32).

A ambigüidade do discurso da exclusão radica, portanto, em sua relação tensa e claudicante diante do argumento neoliberal. Faltam-lhe os instrumentos que possibilitariam a ele, discurso da exclusão, indicar que a dinâmica descrita de forma apologética pelo neoliberalismo – a desregulamentação das leis trabalhistas, o recuo da participação do Estado na luta pela diminuição das desigualdades etc. – não é o único caminho histórico a seguir, desde que essa dinâmica não se constitui em um desenvolvimento necessário do “modo de produção” capitalista.

Assim, não acusa, não denuncia o neoliberalismo como articulação *política* hegemônica; como tal, uma opção, uma possibilidade, não um destino inarredável. Podemos mesmo afirmar que a ‘teoria’ da exclusão é um efeito de sobredeterminação da ofensiva neoliberal. E em grande medida é daí que advém sua capitulação a um pessimismo sombrio, a uma sensação de “beco sem saída”, e o seu caráter meramente reativo.

Há, ainda, um outro ponto a ser esclarecido. As primeiras teorizações sobre a exclusão nasceram na França, visando dar conta da grave crise por que passava o país, iniciada na década de 1970. De certa forma, a Europa voltou a conviver com fatores que julgava haver superado: desemprego, estagnação econômica, crise social. A “nova questão social” (Rosanvallon, 1998) parecia estar levando o terceiro mundo para o centro do sistema.

No entanto, deve-se ter sempre em mente que uma narrativa conceitual, enquanto um discurso concreto, isto é, discurso utilizado pelos agentes sociais, deve ser contextualizado e situado historicamente. Um objeto só adquire sentido quando colocado em um sistema de relações/diferenças, sistema esse que lhe empresta sentido. É a tal sistema que Laclau e Mouffe denominam discurso.

Dessa maneira, cumpre indagar se a transposição pura e simples do conceito da exclusão do contexto francês para o brasileiro é sustentável. A tal respeito consideramos pertinentes as críticas ao conceito de exclusão, realizadas por Armando Boito, embora seu referencial de análise seja amplamente distinto do nosso:

Constitui um erro que tem sido cometido por parte do pensamento crítico brasileiro, sugerir que o neoliberalismo tem provocado danos iguais aos trabalhadores em todas as partes do mundo. Tal avaliação catastrofista e uniformizadora parece provir de uma leitura superficial da bibliografia crítica européia que, preocupada em destacar a deterioração real das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores europeus sob os governos neoliberais, fala genericamente de ‘excluídos’ e da existência ‘de um Terceiro Mundo dentro da Europa’. O estudioso brasileiro tem de contextualizar tal discurso, sob pena de se deixar iludir pelas palavras – ‘excluídos’ na Europa Ocidental não é o mesmo que ‘excluídos’ na América Latina. **O discurso catastrofista e uniformizador sugere, erroneamente, que a deterioração das condições de vida é a mesma em toda parte, chegando, no limite, a sugerir sua inevitabilidade. Ele esconde, sob um tom aparentemente crítico, um pessimismo conservador.** Ora, o Estado de bem-estar, apesar de minado pela política neoliberal, continua existindo na Europa Ocidental e em decorrência, inclusive, da resistência operária e popular ao avanço do neoliberalismo. Além disso, o capitalismo europeu é um dos pólos imperialistas do capitalismo internacional, e, nessa medida, é beneficiário da política neoliberal (Boito, 1999, p. 31 – ênfase acrescentada).

E não são poucos os exemplos em que os teóricos da exclusão sucumbem a um pessimismo de perigosas configurações políticas. Vejamos o exemplo de dois autores que abraçam o conceito de exclusão. A exclusão:

Não é apenas um fenômeno que atinge os países pobres. Ao contrário, **ela sinaliza o destino excludente de parcelas majoritárias da população mundial**, seja pelas restrições impostas **pelas transformações do mundo do trabalho**, seja por **situações decorrentes de modelos e estruturas econômicas** que geram desigualdades absurdas de qualidade de vida (Wanderley *apud* Sawaia, 1999 - ênfase acrescentada).

No campo internacional, a passagem do predomínio do termo pobreza para o termo exclusão significou, em grande parte, **o fim da ilusão de que as**

desigualdades sociais eram temporárias... A exclusão emerge (...) como um sinal de que as tendências do **desenvolvimento econômico** se converteram. Agora – e significativamente – no momento em que o neoliberalismo se torna vitorioso por toda parte, **as desigualdades aumentam e parecem permanecer**” (Nascimento, 1995, p. 24 – ênfase acrescentada).

Nas duas passagens tomadas como exemplo evidencia-se o caráter determinado e fatalista do discurso (a exclusão é o *destino* da maioria e o *fim da ilusão* de que as desigualdades podem ser mitigadas). Assim como os fatores arrolados como causa dessa determinação (*transformações do mundo do trabalho, modelos e estruturas econômicas, conversão do modelo econômico*) – são todas causas econômicas. Diante de tais flagrantes, necessário se faz questionar até que ponto a noção de exclusão não recai para um reducionismo determinista econômico. Valendo ressaltar também que o reducionismo econômico, no caso da presente discussão, leva facilmente ao pessimismo imobilizador, pois como afirma Souza Martins “Se concedemos a precedência à economia numa discussão assim, temos de aceitar a lógica da economia à qual imputamos a responsabilidade da chamada **exclusão**” (Souza Martins, 1997, p. 12). E o círculo se fecha sobre nós.

Nosso argumento opera no sentido de sublinhar que qualquer fuga para o reducionismo e conseqüente afastamento da contingência tem desdobramento político perigoso: um futuro que já está dado, de forma inelutável, tende a gerar conformismo, ou desespero.

O “fim” do absolutismo liberal ou se a história não acabou, um outro mundo é possível

Eis o nosso argumento: o otimismo fatalista que impregnava o discurso contestatório clássico é substituído por um fatalismo pessimista. Ora, é claro que o qualificativo “pessimista” ou “otimista” não deve e não pode encerrar a totalidade da análise social. Isto é, não se pode sustentar um discurso meramente pelo seu otimismo nem tampouco rechaçar outro por seu pessimismo. Mas, também é verdade, e não de pouca importância, que o fatalismo pessimista é incompatível com uma “teoria crítica”.

Uma teoria crítica da realidade implica um conteúdo transcendente. Transcendência não significa laivos nefelibatas nem apelos ao sobrenatural, obviamente. Representa que faz parte de seus objetivos e de seu escopo um “para além” dos fatos e do contexto. É preciso esmiuçar o presente com o olhar disposto a capturar nele possibilidades virtuais de futuros – futuros alternativos. É mister desvendar no presente seus “momentos de negatividade” concretos. Quais deles são tendências possíveis, embora ainda não atualizadas? Quais são as

forças sociais atuais que podem pôr cunhas no arranjo hegemônico que nos confronta? Esse mais além da positividade está implícito ou explícito na obra de vários autores contestadores. Desde Rousseau (1993) – com sua descrição da vida do homem da natureza como algo perfeito, e da qual ele retira o modelo que fundamenta sua crítica da degenerescência de sua época –, passando pelos autores ligados à Escola de Frankfurt e por Gramsci (com sua famosa assertiva “pessimismo da razão, otimismo da vontade”), encontramos uma não submissão crítica aos fatos.

As teorias são expressões discursivas importantes na construção político-discursiva da realidade. Podemos compará-las a lentes que conformam nosso olhar: nos fazem ver as coisas de certo modo, explicando-as, tornando-as insuportáveis ou justificando-as. Com a “teoria” da exclusão o máximo a que chegamos é implorar, um tanto desesperadamente, pela *inclusão* dos desvalidos. Sustentamos que o discurso da exclusão constitui-se num sintoma da crise que se abateu no pensamento de esquerda no final do século passado. Para muitos, deu-se com tal crise um reconhecimento da inutilidade de pensar novos horizontes históricos. Sem a perspectiva de transformações sociais mais profundas e radicais, subjugados ao peso da furiosa hegemonia neoliberal, restou a reivindicação de paliativos, retoques no panorama contemporâneo.

De mais a mais, a sociedade civil, os movimentos sociais, as forças políticas contestatórias não permaneceram imóveis, inertes. A dureza do cotidiano, a luta contínua e difícil pela sobrevivência empurra as pessoas para reivindicações de melhores condições de vida e as alimenta de esperança num futuro mais digno e mais tranquilo. Pudemos perceber essa esperança se manifestar em vários momentos eleitorais recentes da América Latina: Brasil, Uruguai, Argentina, Venezuela etc.

Mas os rastros deixados pela esperança contestatória não se restringem aos embates eleitorais. São já concretos os sinais da formação de redes internacionais, naquilo que pode ser qualificado de uma proto-sociedade civil mundial. A visibilidade e a força simbólica de um evento como o Fórum Social Mundial, assim como de instituições como Greenpeace e de atos como os realizados em Gênova e Seattle – contra a globalização liberal, o desemprego e a miséria de grandes contingentes populacionais – são exemplos da falência do modelo e da ideologia neoliberal.

Devemos ter em mente que tais mobilizações, reunindo pessoas e organizações de várias nacionalidades, a despeito de recentes, já vão a lograr alguns avanços:

Em fevereiro de 1998, ao mesmo tempo que a OCDE oficializa a proposta do AMI, é lançada uma campanha coordenada contra o acordo. Em abril, é realizada, como atividade da Aliança Social Continental, a Cúpula dos Povos das Américas,

paralela à II Cúpula Presidencial das Américas. Nesse mês também temos os protestos por ocasião da reunião da OCDE em Paris que decide impulsionar a aprovação do AMI. Em seguida, durante o II Encontro Anual do G-7, em Birmingham, na Inglaterra, temos uma manifestação de 70 mil pessoas, puxada pelo jubileu 2000, pela anulação da dívida dos países pobres (...). **Depois, no segundo semestre, são realizados protestos em diversos países contra o AMI, até que a OCDE decide, em outubro, suspender as negociações sobre o acordo**” (Leite, 2003, p. 40 – ênfase acrescentada).

Essa articulação que envolve uma diversidade grande de atores também é chamada de “movimento global”. É produto e consequência da perda de fôlego neoliberal. Em termos de debate político e resultados concretos, conseguiram enterrar as negociações do AMI, pressionar vários governos a não cooperarem com a política externa belicista da gestão de George W. Bush, sobretudo em sua campanha ilegítima e criminoso no Iraque, colocar na pauta dos principais países do sistema, ao menos em nível retórico, o problema da fome no mundo e conseguir a adesão de importantes líderes mundiais à campanha pelo perdão das dívidas dos países mais pobres.

Enfim, para além de proceder a um resumo de conquistas, queremos chamar a atenção para as características novas presentes nesse novo “movimento global”, sua força e sua radicalidade. Indicar a necessidade de teorizar sobre suas possibilidades, as estratégias viáveis e suas inovações. Tentativas de dialogar com o novo contexto já estão sendo feitas, é claro. É necessário ampliá-las. São reflexões como as de J. Holloway, Antonio Negri e M. Hardt e Ernesto Laclau/Chantal Mouffe que, independente das críticas que podemos fazer a elas e de suas prováveis insuficiências, nos servem de baliza, na medida em que não se furtam a pensar de modo crítico e transcendente, a nossa sociedade atual.

Referências

- ANDERSON, Perry. (1995). “Balanço do Neoliberalismo”, in: *Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Emir Sader e Pablo Gentili (orgs). São Paulo: Paz e Terra.
- BUARQUE, Cristóvam. (1993). *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1999). *A Segunda Abolição: um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- BURITY, J. (1997). “Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau”, in: Oliveira, Marcos Aurélio Guedes de (org). *Política e contemporaneidade no Brasil*. Recife: Bagaço.
- _____. (1994). “Transbordamento do Social e Hegemonia: Qual o Jogo da Democracia?”, in: Santos, Raimundo, Cunha, Reinaldo & Costa, Luiz Flávio C., (orgs). *Contemporaneidade de e Política*. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro e Instituto Astrogildo Pereira.
- BURSZTYN, Marcel. (1997). *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan.
- _____. (2000). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond.
- CASTORIADIS, Cornelius. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DEJOURS, Christophe. (1999). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- DE PAULA JR. Josias Vicente. (2002). *Exclusão Social: uma crítica a partir do pós-estruturalismo*. (Dissertação de Mestrado defendida no PPGS/UFPE).
- DUPAS, Gilberto. (1999). *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- HAYEK, F. A. (1981). “Os princípios de uma ordem social liberal”, in: Anthony de Crespigny e Jeremy Cronin (orgs). *Ideologias políticas*. Brasília: Editora da UnB.
- HOLLOWAY, John. (2003). *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. São Paulo: Viramundo.
- LACLAU, Ernesto. (1992). “A Política e Os Limites da Modernidade”, in: Holanda, Heloísa B. de (org.) *Pós-modernismo e política*. São Paulo: Rocco.
- _____. (1990). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- LACLAU, Ernesto. (2002). Sobre los nombres de Dios, in: *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- _____. e MOUFFE, Chantal. (1989). *Hegemony and Socialist Strategy: Toward a Radical Democratic Politics*. London: Verso.
- LANDER, Edgardo. (2000). “Ciencias Sociales: saberes coloniales y eurocéntricos”, In: *La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- LEITE, José Corrêa. (2003). *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política*. São Paulo: Perseu Abramo.
- MARCUSE, Herbert. (1973). *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar.

- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. (1994a) “A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares?”, in: Diniz, E.; Lopes, J. S. e Prandi, R., (orgs). *O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90*. São Paulo: HUCITEC, 1994. (a)
- _____. (1994b). “Exclusão: a nova questão social”, in: *Proposta*, n. 61, maio.
- _____. (1994c). “Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários”, in: *Cadernos CRH*. Salvador, n. 21, p. 29-47, jul./dez.
- _____. O fenômeno da exclusão social no Brasil. (Mimeo).
- OLIVEIRA, José Luciano Góis de. (1997a). “Exclusão Social: questões conceituais e doutrinárias”, in: *O social em questão*. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, v.2. n. 2, p. 17-30.
- _____. (1997b). “Os excluídos ‘existem’? Notas sobre a elaboração de um novo conceito”. *RBCS*, 33, p. 49-61.
- _____. (1996). “Neo-miséria e neo-nazismo: uma revisita à crítica à razão dualista”. *Política Hoje*, n. 4 e 5, jul/95 a jun/96, p. 100-122.
- ROSANVALLON, Pierre. (1998). *A nova questão social: repensando o Estado Providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.
- ROUSSEAU, J.-J. (1993). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes.
- SAWAIA, Bader (Org.). (1999) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- SINGER, Paul. (1998). *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, p. 59-83.
- SOUZA MARTINS, José de. (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.
- TORFING, Jacob. (1999). *New Theories of Discourse: Laclau, Mouffe and Zizek*. Oxford: Blackwell Publishers.
- WANDERLEY, Mariangela Belfiore. (1999). “Refletindo sobre a noção de exclusão”, in: Sawaia, Bader (org). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- WALLERSTEIN, Immanuel. (2003). “Geopolítica, Política de classe e Desordem mundial”, in: Theotônio do Santos (org). *Os impasses da globalização: hegemonia e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Loyola.
- ZIZEK, Slavoj. (1996). “O Espectro da ideologia”. in: Slavoj Zizek (org). *Mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

RESUMO

Discursos Libertários: entre a “inclusão” e “um novo mundo possível”

O artigo empreende uma exposição panorâmica da dinâmica nas relações de hegemonia, ocorrida ao longo das últimas décadas, entre os discursos críticos do sistema capitalista (revolucionário e reformista) e os discursos que lhe apóiam, com destaque para o neoliberalismo. Sustenta que houve uma guinada conservadora, dada à partir da década de 70, cujo impacto na reflexão radical se fez sentir de modo evidente. Tem-se como núcleo de análise desse referido impacto, a emergência das “teorias da exclusão social”, a nosso ver uma expressão da capitulação do pensamento de esquerda. A “exclusão social” constituía-se em mero discurso reativo, defensivo, o qual abandonava as clássicas pretensões radicais de transformação do modelo capitalista, em favor da reivindicação de “inclusão”. Por fim, busca-se detectar na atualidade o refluxo neoliberal e a volta da busca por “um outro mundo possível”.

Palavras-chaves: neoliberalismo; discurso libertários; exclusão social; pensamento radical; transformação social

ABSTRACT

Emancipatory discourses: between “social inclusion” and “a new possible world”

This article undertakes a review of the dynamic of hegemonic relations during recent decades between discourses critical of the capitalist system (revolutionary and reformist) and discourses favouring neoliberalism. It is argued that there has occurred, since the 1970s, a conservative turn whose impact is evident on radical thought. The emergence of “theories of social exclusion”, an analytic example of this impact, represents in our view is an expression of the retreat of radical left thinking. “Social exclusion” constitutes merely a reactive and defensive discourse in which the classical radical intention of transformation of the capitalist model is abandoned in favour of demands for “social inclusion”. Finally, indications are sought for a contemporary retreat of neoliberalism and the return of the search for “a new possible world”.

Keywords: Neoliberalism; emancipatory discourses; social exclusion; radical thought; social transformation

Recebido para apreciação: abril de 2005

Aprovado para publicação: julho de 2005

O RECONHECIMENTO MULTIIDENTITÁRIO E O CAMPO MULTICULTURAL DOS DIREITOS SOCIAIS

Sérgio Luiz P. Silva

O campo dos confrontos identitários é um campo de fronteira em que os diferentes se fazem visíveis. Como nos afirma Heidegger, “uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente”, e a presentificação das relações simbólicas identitárias vem transformando esse campo em universo de interação das diferenças na sociedade global, na qual os valores simbólicos são cada vez mais políticos na busca por reconhecimento.

No livro *“Consumidores e cidadãos”: conflitos culturais da globalização*, um diálogo multiidentitário no campo das ciências humanas e da comunicação (Canclini, 1999), há uma reflexão sobre as transformações do aporte identitário em que se vê a substituição dos símbolos nacionais e territoriais por símbolos culturais e políticos, de identidades fracionadas nas fronteiras dos centros urbanos de cidades globalizadas e a relação destes com a representação da cidadania na sociedade contemporânea.

A relação entre identidade, espaço público, cultura e, em certa medida, mercado ganha aspectos significativos do ponto de vista do poder simbólico no processo das sociedades globais, caracterizadas por um processo de reinvenção do sentido da política e da democracia. A política no contexto do campo simbólico ganha uma dinâmica maior, no que toca à compreensão das mudanças dos valores e dos sentidos.

A aproximação da cidadania, da comunicação de massa e do consumo tem, entre outros fins, o de reconhecer esses novos cenários de constituição do público e mostrar que para se viver em sociedade democrática é indispensável admitir que o mercado de opinião cidadã inclui tanta variedade e dissonância quanto o mercado da moda, do entretenimento. Lembrar que nós cidadãos também somos consumidores leva a descobrir na diversificação dos gostos uma das bases estéticas que justificam a concepção democrática de cidadania. Se reconhecermos estes deslocamentos dos cenários em que se exerce a cidadania (do povo à sociedade civil) e esta reestruturação do peso do local, do nacional e do global, algo terá que acontecer à forma pela qual as políticas representam as identidades. Outro modo cultural de fazer política e outros tipos de políticas culturais deverão surgir (Canclini, 1999, p. 67).

A questão multicultural da cidadania política no cenário da globalização tem um outro caráter simbólico e não se refere ao caráter mercantil de bens de consumo. O aspecto político do reconhecimento multicultural das diferenças na composição da cidadania política é feita no contexto do campo normativo da política e do direito, especificamente dos direitos humanos e como estes podem representar um caráter inclusivo das diferenças identitárias e dos excluídos, sem identidade, sequer, no processo global.

Para Santos (1994), o aspecto inclusivo das referências e diferenças identitárias é ambientado na perspectiva multicultural, que toma como base as diferenças locais como valor de referência política dos direitos sociais. Numa concepção multicultural e política dos direitos humanos, o autor apresenta a argumentação contra-hegemônica do processo global, na qual o multiculturalismo crítico tem uma função propositiva de mudança social de baixo para cima, considerando as diferenças regionais e locais das várias sociedades, ou seja, uma democracia das bases.

Sua concepção de multiculturalismo é pré-condição da relação de equilíbrio potencializadora de uma legitimidade efetivamente global com base nas suas diferenças, o *empowerment* social é o principal instrumento de poder político emancipatório. Dentro desse aspecto, o sentido de “legitimidade” dos valores da diferença, segundo Santos, representa os atributos de uma política contra-hegemônica dos direitos humanos, assim como influencia também diretamente a questão do contrato social na contemporaneidade ou, como ele mesmo afirma, influencia o pós-contratualismo da sociedade atual. E isso é relevante, visto que tanto em termos dos direitos humanos como de um novo modelo de contrato social há que se considerar o aspecto da exclusão e da inclusão social das diferenças, reafirmado a partir de um processo normativo, político e cultural mais complexo e descentralizado para que este seja representativo da legitimidade emancipatória e da regulamentação social no mundo global.

O contrato social é a metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental. Os critérios de inclusão/exclusão que ele estabelece vão ser fundamento da legitimidade da contratualização das interações econômicas, sociais, políticas e culturais. As abrangências das possibilidades de contratualização têm como contrapartida uma separação radical entre incluídos e excluídos. Embora a contratualização assente numa lógica de inclusão/exclusão, ela só se legitima pela existência de não excluídos. (...). A lógica operativa do contrato social está, assim, em permanente tensão com sua lógica de legitimação (Santos, 1999, p. 85).

Esta afirmação é fundamental na análise da sociedade contratualista contemporânea, porque representa o caráter concreto de duas coisas importantes para o estabelecimento da legitimidade tanto do processo normativo constitutivo

da sociedade como de uma percepção do valor universal e particular nessa formação social da democracia política. Essas duas coisas são a *regulação social* e a *emancipação social*, que só podem ser possíveis a partir de um contrato social inclusivo que revele politicamente a tensão dialética entre estes dois valores e que tenha como síntese a legitimidade da diversidade.

A perspectiva de um multiculturalismo global contra-hegemônico e pós-contratualista para Santos é fundada na própria crítica conceitual que ele faz ao modelo de globalismo unilateral ou, como é mais conhecido, globalização de mão única. Para ele a questão da globalização é mais complexa e apresenta quatro formas de discussão conceitual. A primeira, que ele chama de localização globalizada; a segunda, globalização localizada; a terceira é vista por ele como cosmopolitismo e, por fim, a questão dos recursos comuns universais.

A primeira dessas questões tem a ver com o processo de expansão econômico-cultural, através do qual o poder hegemônico local é propulsor das diretrizes globais. A questão da expansão da língua inglesa (americanamente falada), da economia, do consumo, do comportamento cultural e demais bens simbólicos da sociedade americana, retratam bem essa primeira forma como uma localização globalizada. Essa globalização é hegemonicamente representada pelos valores gerais da sociedade americana, nos quais o localismo estadunidense dita, em boa medida, o processo de enculturação global.

A forma do globalismo localizado, como segunda questão, refere-se aos efeitos, de uma maneira geral, das práticas imperativas transnacionais nos contextos globais. Os efeitos mais claros desse processo são as áreas de livre comércio, ALCA, Mercosul, NAFTA, as zonas francas, as explorações ambientais como devastação de áreas para pagamentos de dívidas externas, exportação de lixo tóxico pelos países centrais, ou mesmo, para utilizar uma expressão tanto citada por Boaventura de Souza Santos, a superexploração da mais valia global.

A divisão internacional da produção da globalização assume o seguinte padrão: os países centrais especializam-se em localismos globalizados, ao passo que aos países periféricos cabe tão-somente a escolha de globalismos localizados. O sistema mundo é uma trama de globalismos localizados e localismos globalizados. A divisão internacional da produção de globalização articula-se com a divisão nacional do mesmo tipo: as regiões centrais ou grupos dominantes de cada país participam na produção e reprodução de localismos globalizados, enquanto às regiões periféricas ou grupos dominados cabe produzir os globalismos localizados (Santos, 2000, p. 24).

A terceira forma conceitual de análise da globalização é vista como cosmopolitismo e representa um aspecto de resposta global de origem periférica ao processo de exploração e dominação simbólica e material dos países centrais.

Segundo Santos (2000), a interação/articulação de regiões, nações, classes e grupos sociais subordinados na globalização de mão única pode, através da via cosmopolítica, criar oportunidades de defesas de interesses comuns. Vários são os exemplos de articulações desse tipo: redes de interações dos movimentos ambientais e sociais; articulação de organizações não-governamentais; federação mundial dos sindicatos, grupos de articulação anticapitalista, rede de mobilização virtual antiglobalização; fóruns sociais mundiais etc.

Essa perspectiva do cosmopolitismo representaria um processo não contra o processo de globalização, mas a favor de uma globalização incluyente e fundamentalmente democrática. Quanto a isso, vale a pena nos referirmos aos argumentos de Castells (2002) em seu ensaio: “A necessidade de representação”, em que se pode ver afirmado que, para que a sociedade no sentido mundial se adapte aos novos tempos, será preciso ou relegar a democracia a um plano abstrato, ou reinventá-la na forma de relação global-local com seu caráter de resistência anti-hegemônica. Segundo ele, na relação local-global é possível ver que

...as instituições políticas se globalizaram à sua maneira, construindo um Estado-rede em que os Estados nacionais se encontram com instituições supranacionais, como a União Européia ou clubes de decisão como o G-8, ou instituições de gestão como o FMI, para tomar decisões de forma conjunta. Longe fica o espaço nacional de representação democrática, construindo-se os espaços locais mais como resistência do que como escalão participativo. (...) As pessoas vivem e reagem com o que vão percebendo e, em geral, desconfiam dos políticos. E, quando não encontram canais de informação e participação, saem para a rua. Assim, diante da perda de controle social e político sobre um sistema de decisão globalizado que atua sobre um mundo globalizado, surge o movimento antiglobalização, interligado e organizado pela internet, centrado em protestos simbólicos que respondem aos tempos e espaços dos agentes decisores da globalização e utilizam seus mesmos canais de comunicação com a sociedade: os meios de massa, nos quais uma imagem vale mais que mil palestras (Castells, 27/01/2002, Folha de São Paulo, Caderno Mais!).

Esta forma de mobilização da sociedade conectada em rede pode representar um processo fundamental para a democracia global, visto ser um aspecto de proposição de sentido democrático mais espontâneo, articulador e com maior facilidade de reagrupamento político dos atores articulados internacionalmente em favor de uma democracia efetivamente global, através da interação dialógica na rede mundial de computadores.

Voltando ao argumento de Boaventura de Sousa Santos (2000), vemos que a quarta forma de análise por ele referida reporta-se ao direito internacional sobre os usos dos recursos ambientais comuns da humanidade. Ou seja, recursos comuns de sustentabilidade ambiental que servem como instrumento de

articulação dos interesses dos atores sociais (no sentido de proteção e manutenção destes) como forma de resistência à globalização hegemônica. A questão de fundo dessa argumentação é que a articulação de atores internacionais interessados cria uma política de incômodo ao modelo desenvolvimentista de vários grupos e países centrais, principalmente os EUA.

Sobre estas duas últimas formas de visão e análise da globalização, Boaventura de Sousa Santos (2000) afirma que o cosmopolitismo, articulador de mobilização e resistência propositiva dos atores sociais, e a articulação acerca do patrimônio ambiental comum da humanidade constituem a possibilidade de uma formação política de globalização que vai da base, onde se encontram as minorias e os atores sociais, para o topo, onde se encontram os agentes articuladores da política hegemônica da globalização. Ou seja, duas visões que, como citamos em linhas anteriores, podem constituir uma globalização com critérios sociais, culturais e ambientais estruturada de baixo para cima. Enquanto as duas formas iniciais de fundamentação da globalização – “o localismo globalizado” e o “globalismo localizado” – constituem um modelo que se estrutura de cima para baixo e não reconhecem os valores da diversidade social, cultural, ambiental e muito menos uma política dialógica nos moldes emancipatórios de uma democracia global. A questão relevante dessa discussão refere-se à relação dessas formas de análise com a questão da política democrática e a formação das diversidades identitárias no processo de configuração da sociedade global.

A questão multiidentitária e os direitos sociais

Mantendo esta linha de raciocínio, vê-se que a questão multicultural dos direitos sociais e humanos pode representar um argumento normativo de visibilidade política de nosso problema de investigação, quanto à política democrática relacionada ao processo de diversidade na sociedade contemporânea, caracterizando fundamentalmente a tentativa de uma política progressista e emancipatória sustentável. Nesse sentido, a questão da regulação e emancipação social passa por uma politização da justiça e dos direitos como força emancipatória da democracia na sociedade contemporânea, no que toca à produção de sentido da democracia social.

Santos (2000) argumenta que é possível identificar as condições em que os direitos humanos estruturam uma política de emancipação social na sociedade global, considerando as questões de tensão entre a regulação e a emancipação, o Estado e a sociedade civil, o Estado-nação e o processo global, esta última estabelecida no contexto da soberania nacional e relações internacionais. A questão fundamental desses processos de politização emancipatória da sociedade, através

dos direitos humanos e das diferenças, ampara-se no processo inicial e legítimo do reconhecimento em termos da sociedade-mundo da política dos direitos humanos na complexidade contemporânea. Assim:

A política dos direitos humanos é basicamente uma política cultural. Tanto assim é que poderemos mesmo pensar os direitos humanos como sinal do regresso do cultural, e até mesmo do religioso. (...) falar de cultura e de religião é falar de diferença, de fronteiras, de particularismos. Nessa ordem de idéias o meu objetivo é desenvolver um quadro analítico capaz de reforçar o potencial emancipatório da política dos direitos humanos no duplo contexto da globalização, por um lado, e da fragmentação cultural e da política de identidades, por outro. A minha intenção é justificar uma política progressista de direitos humanos com âmbito global e com legitimidade local (Santos, 2000, p. 21).

Nesse sentido, a relação entre a política de identidade, o multiculturalismo e a interação social passa pelo pressuposto da alteridade como forma de legitimidade de uma democracia das diferenças, que encontra nos direitos humanos um princípio universal legítimo a partir do local. Embora saibamos que a constituição dos direitos humanos seja algo criado a partir da racionalidade e dos interesses do mundo ocidental, a questão é: como poderíamos encontrar uma base de legitimidade desses direitos para a sociedade mundial, ou para utilizar uma expressão técnica da sociologia contemporânea, o sistema-mundo no qual os choques civilizatórios ocidente-orientes, salientemos o caráter hegemônico do primeiro, fossem eliminados?

Segundo Santos, esta resposta seria encontrada a partir do reconhecimento das diferenças e do multiculturalismo na sociedade global, na qual a perspectiva multicultural de um cosmopolitismo contra-hegemônico, com uma política de reconhecimento da diversidade, estruturaria uma globalização de base infra-estrutural. Nesse sentido, os direitos humanos teriam que ser reconceitualizados com o caráter multicultural de reconhecimento da diversidade sob o aspecto político da alteridade, o que o diferenciaria de sua forma original, ou seja, do aspecto meramente ocidental normativo que o constituiu no pós-guerra. O aspecto identitário e político da diversidade seria o pressuposto do valor democrático de legitimação dos direitos humanos globais imaginado por Santos (2000).

Dentro desse contexto, a política da diversidade representa a política do reconhecimento no processo democrático, seja do ponto de vista local ou global, e é sob esse aspecto que as articulações contra-hegemônicas encontram valores comuns de manutenção da cultura política efetivamente democrática. A questão do reconhecimento do direito à diversidade e dos direitos das diversidades pressupõe a noção de legitimidade política no processo de produção de sentido

da democracia. Na relação global-local isso revela um processo de avanço político e social a partir de um modelo contra-hegemônico que se fundamenta em conquistas sociais e demonstra como existem diferenças em relação aos modelos de desenvolvimento capitalista desta globalização.

Sobre este assunto, vale salientar os aspectos de diferenças dos modelos dos capitalismos na sociedade global, segundo os quais as formas de organização social e política são responsáveis pela minimização das desigualdades em algumas sociedades. Neste sentido, segundo Santos (2002), o modelo europeu social-democrata de globalização capitalista, em contraste ao modelo neoliberal norte-americano, apresenta conquistas e avanços sociais no processo de globalização representadas, dentre outras coisas, pelas formas mobilizatórias dos atores sociais e políticos articulados em redes de interesses. A essas diferenças representadas por modelos hegemônicos, podemos dizer regionais, ele chamou “fraturas da globalização”.

As fraturas no interior da globalização hegemônica revelaram a existência de modos de regulação capitalistas qualitativamente distintos. As lutas sociais que tais fraturas permitem são progressistas, na medida em que lutam pelo modo de regulação que gera menos iniquidades e garante, a título de direito de cidadania, maior proteção social aos grupos sociais mais vulneráveis (Santos, 2002, p. 83).

Considerações finais

Neste trabalho, não partimos do único e exclusivo pressuposto de que os direitos humanos e a questão da cidadania seriam juntos a condição *sine qua non* do problema da democracia contemporânea na sociedade global, mas sem dúvida, estas são relevantes juntamente com outras como: as questões do reconhecimento da diversidade cultural, étnica, a política internacional e o reconhecimento das soberanias nacionais e a equidade econômica como uma política econômica redistributiva.

A questão é como entender o estabelecimento e manutenção da democracia da diversidade na contemporaneidade global, tendo como pressuposto os fundamentos da identidade e da política como base de argumentação dialógica. E no contexto dessa base, a questão da cultura política se estrutura de maneira multidisciplinar, jurídica, econômica, social, cultural e de outras naturezas, através das quais a relação entre política e formação identitária é referência conjuntural do que chamamos de produção de sentido da democracia contemporânea. Nesse sentido, o caráter de investigação política e social da esfera pública é fundamental para o problema da democracia contemporânea na globalização, porque a forma como os processos econômico, político, social, cultural, jurídico etc. de interações são estabelecidos na sociedade global revela uma mudança de sentido da

democracia a partir de uma multidimensionalidade criada na esfera pública desse novo contexto global. E nessa esfera pública, seja local, global ou virtual, o espaço de produção de sentido comunicativo e simbólico tende a ter um dimensionamento político e fundamentalmente multiidentitário.

Referências

- BEILHARZ, Peter. (1999). "Globalização, bem-estar e cidadania", in OLIVEIRA, F e PAOLI, M. C. (Orgs). *Os sentidos da Democracia: políticas do discurso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC.
- CALHOUN, Graig. (2001). "Multiculturalismo e Nacionalismo, ou por que se sentir em casa não substitui o espaço público", in MENDES, C. e SOARES, L. E. (Orgs). *Agenda do Milênio: Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- CANCLINI, N. Garcia. (1998). *Culturas Híbridas*. São Paulo: Ed. USP.
- _____. (1999). *Consumidores e Cidadão: Conflitos Multiculturais na Globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- CANEVACCI, Massimo. (1996). *Sincretismos: uma exploração das hibridações Culturais*. São Paulo, Studio Nobel.
- CAPELO, Héctor Manuel. (2001). "Efeitos da Globalização Econômica sobre a Identidade e o Caráter das Sociedades Complexas", in MENDES, C. e SOARES, L. E. (Orgs). *Agenda do Milênio: Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- CASTELLS, Manuel. (1999) O Poder da Identidade. *São Paulo: Paz e Terra, vol.II*.
- FAZER, Nancy. (2000) "Rethinking Recognition", in *New Left Review*. 3 Second Series, May-June, London.
- GOMEZ, J. M. (2000). *Política e democracia em tempos de globalização*. Petrópolis: Vozes.
- HALL, Stuart. (1997). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- HELD, David. (1997). *La Democracia y el Orden Global*. Buenos Aires: Paidós.
- LEIS, Héctor R. (2000). "Globalização e democracia: necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional", in SCHERER-WARREN, I. et.alli. *Cidadania e Multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa: ICCTI; Florianópolis: UFSC.
- MCLAREN, Peter. (2000). *Multiculturalismo Revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. Porto Alegre: Artmed.
- _____. (2000). *Multiculturalismo Crítico*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire.
- PIESTESER, J. Nederveen. (1994). "Globalisation as Hybridisation", in *International Sociology*. London: Vol 9, n.2, June, SAGE-ISA.

- PINTO, Celi R. J. (1999). "A democracia desafiada: presença dos direitos multiculturais". *Revista da Usp (Pós-Modernidade e Multiculturalismo)*, N. 42.
- _____. (2000). *A Versão de públicos Múltiplos e a Democracia Brasileira: a propósito dos trabalhos de Nancy Fraser*. Porto Alegre: UFRGS, Mimeo.
- ROBERTSON, Roland (2002). "Valores e Globalização: comunitarismo e globalidade", in, SANTOS, Boaventura. Souza. *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2002). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2000). "Por uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos", in, FELDMAN-BIANCO, Bela. CAPINHA, Graça. (orgs). *Identidades: estudos de cultura e poder*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1999). "Reinventar a Democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo", in, OLIVEIRA, F. e PAOLIM, M. (orgs.). *O Sentido da Democracia*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1995). "A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença", in, *VII Congresso da SBS*. Rio de Janeiro.
- SCHERER-WARREN, I. et. alli. (orgs) (2000). *Cidadania e Multiculturalismo: a teoria social no Brasil Contemporâneo*. Lisboa/Florianópolis: UFSC.
- _____. *Cidadania sem Fronteiras*. (1999). São Paulo: Hucitec.
- SEMPRINI, Andrea. (1997). *Multiculturalismo*. Bauru: Edusc.
- SILVÉRIO, Valter (1999). "O Multiculturalismo e o reconhecimento: mito e metáfora". In *Revista da USP. (Pós-modernidade e Multiculturalismo)*. São Paulo: Jun-Ago, n. 42.
- TAYLOR, Charles. (1994). *Multiculturalisme: différence et démocratie*. Paris: Flammarion.
- TELLES, Vera da Silva. (2002). *O avesso da cidadania: pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34.

RESUMO

O reconhecimento multiidentitário e o campo multicultural dos direitos sociais

Este trabalho analisa em termos conceituais a forma como o bem político da democracia, das identidades e dos direitos sociais tem sido influenciado por reorganizações do poder simbólico das sociedades globalizadas, apresentando uma desestruturação das sociedades locais. O objetivo de uma investigação multicultural é enfatizar o aspecto social e político da formação da identidade presente na globalização.

Palavras-chave: globalização; direitos sociais; multiculturalismo

ABSTRACT

Multiidentity recognition and the multicultural field of social rights

This theoretical paper analyses in conceptual terms the manner in which the political good of democracy, of identity and of social rights has been influenced by reorganizations of symbolic power in globalized societies, showing a deconstruction of local societies. The aim of a multicultural investigation is to emphasize the social and political aspect of identity constitution present in globalization.

Keywords: globalization; social rights; multiculturalism

Recebido para apreciação: março de 2005

Aprovado para publicação: junho de 2005

Artigos

A PRESUNÇÃO DE URGÊNCIA E SEUS ÍNDICES NAS APRECIACÕES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO PRONTO-SOCORRO DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO¹

Armelle Giglio-Jacquemot²

Apresentação

Nos prontos-socorros, os profissionais médicos e não-médicos manifestam uma atenção e uma mobilização diferenciadas em relação aos pacientes. Quem já foi ao pronto-socorro, sem dúvida, deve ter percebido: que esperou muito tempo, com o sentimento de que ninguém se preocupava consigo; ou, que passou na frente de todo mundo, suscitando sentimentos de injustiça e comentários de descontentamento por parte daqueles que estavam esperando sua vez; ou ainda, que sentiu compaixão por pessoas aparentemente tão mal, que a demora em seu atendimento parecia-lhe a demonstração da maior indiferença por parte dos profissionais do pronto-socorro.

Nesses serviços hospitalares, a atenção dada aos pacientes, a mobilização que provocam, bem como o lugar que lhes é atribuído na ordem das prioridades³ são função da primeira avaliação de seu estado, avaliação inscrita num ponto de um *continuum* que vai da extrema urgência ao não urgente (a morte, por exemplo), passando pela inesgotável e sutil gradação dos “muito urgente”, “urgente”, “não muito urgente, mas urgente mesmo assim”, etc. Esta constatação vale, igualmente, para as centrais de chamadas (190, 192, 193) e para os serviços de ajuda móvel (ambulâncias, resgate), cujas respostas aos pedidos de intervenção (positivas, negativas, mais ou menos rápidas) dependem dessa avaliação crucial.

Notas preliminares

Mas, antes de examinar esses índices, faz-se necessário algumas observações, indispensáveis ao desenvolvimento de minha proposta.

¹ Tradução: Artur Perrusi. Texto revisado pela autora do artigo.

² Antropóloga, *maître de conférences* na Universidade de Lille III, na França, e pesquisadora do Groupe de recherche sur les Actions et les Croyances Collectives (GRACC).

³ Isto é, o momento em que ocorre a intervenção médica: na hora, mais tarde, ou bem mais tarde.

Inicialmente, é importante precisar que os elementos que concorrem na produção da primeira apreciação de urgência (ou de não-urgência) entre os profissionais de saúde provêm de diversas ordens, e que os indícios que serão analisados aqui, longe de esgotarem a quantidade e a variedade, constituem apenas uma classe deles. Colaboram, com efeito, na apreciação, elementos que são igualmente técnicos (são os elementos teóricos e empíricos provenientes do conhecimento biomédico), profissionais (relativos à experiência que os profissionais de saúde têm de suas funções e às concepções que têm de seu papel profissional normal⁴), ideológicos (relativos à avaliação moral dos pacientes, isto é, à sua etiquetagem moral a partir de concepções culturais do valor social disseminadas na sociedade⁵), pessoais (afetivos, familiares, relativos ao domínio da vida e da história individuais). É o conjunto destes elementos que forja a apreciação e que influi, depois, no atendimento dos pacientes, na sua orientação, no tratamento que recebem, na duração da espera, etc. Deixando a maior parte desses elementos na sombra, nosso exame da avaliação de urgência é assim parcial e não dá conta de sua real complexidade⁶.

Em seguida, é preciso assinalar que os profissionais de saúde não são os únicos e, menos ainda, os primeiros, a avaliar os casos que chegam ao pronto-socorro, e a adotar comportamentos e a tomar decisões que decorrem desta apreciação. Os caminhos seguidos pelos usuários (até o seu atendimento) revelam a incidência da avaliação dos profissionais sem formação médica sobre a triagem das urgências: seguranças das portas de entrada, porteiros que vigiam o movimento das portas corrediças de acesso às áreas proibidas ao público, recepcionistas que registram os pacientes na sua chegada, atendentes das centrais de chamadas, motoristas das ambulâncias; é por todos esses agentes – “triadores” efetivos, mas não declarados dos prontos-socorros – que os pacientes são, inicialmente, avaliados antes de chegar a um profissional de saúde, agente oficial da triagem, mas comumente o último da cadeia de avaliação das urgências. A apreciação dos profissionais não médicos tanto é decisiva que os agentes que intervêm nas etapas

⁴ Concepções segundo as quais eles julgam as demandas legítimas (são essas que estimam convenientes ao seu posto de trabalho) ou ilegítimas.

⁵ É a partir de preconceitos, decorrentes da adesão a tais concepções, que certos pacientes são considerados dignos de cuidados e outros não. A partir de observações realizadas num outro contexto cultural – os prontos-socorros de diversos hospitais norte-americanos – , Julius Roth (1972) mostrou também a influência da avaliação moral dos pacientes, pelos médicos, sobre a ordem de prioridade, a qualidade do atendimento, o diagnóstico, o tratamento e a orientação final.

⁶ Para maiores aprofundamentos sobre as diversas questões abordadas aqui, de forma rápida, pode-se consultar Giglio-Jacquemot (2000; 2005).

posteriores do atendimento são, geralmente, inclinados a aceitar a avaliação precedente⁷. Ao examinar, somente, os indícios que forjam as apreciações de urgência dos profissionais de saúde, deixaremos de lado estas constatações, que têm, entretanto, implicações cruciais para os pacientes, a qualidade e a adequação do socorro e dos cuidados que lhes são oferecidos. Lembraremos, no entanto, que os profissionais de saúde não são os únicos a fazer a triagem dos pacientes, e que suas avaliações não são independentes das apreciações, geralmente anteriores, dos outros agentes efetivos da triagem.

Uma última precisão terminológica, enfim: a biomedicina brasileira distingue as “urgências” das “emergências”. Trata-se de duas categorias de urgência às quais se referem comumente os profissionais de saúde que insistem sobre a necessidade de saber separar os “casos que podem esperar” (urgências) dos “casos que não podem esperar” (emergências)⁸. Entre as urgências, essa classificação discrimina as mais urgentes das menos urgentes.

Os indícios da presunção de urgência (e de não-urgência)

Existem dois percursos para os pacientes quando chegam ao pronto-socorro: ou vão preencher sua ficha para depois esperar pelo atendimento, o que representa uma demora mais ou menos longa, sendo este o caminho da maioria; ou curto-circuitam todas as etapas, obtendo a entrada direta na área médica onde recebem um atendimento que pode, ou não, ser imediato. Os pacientes que percorrem o segundo caminho são os que convenceram da urgência de seu caso os vários tipos de profissionais pelos quais passaram até que um médico cuide deles. Diferentemente daqueles que seguem o percurso mais longo, eles possuem o que se pode chamar, seguindo N. Dodier e A. Camus (1997: 113), de um “valor mobilizador” elevado. Nos prontos-socorros, cada paciente adquire um valor mobilizador mais ou menos grande que se traduz de maneira concreta na triagem pelo lugar que é atribuído a seu atendimento na hierarquia e na ordem

⁷ Assim, os agentes na admissão e os seguranças estacionados na entrada do pronto-socorro determinam, frequentemente, a duração da espera dos pacientes que chegam, a orientação para o tratamento, e podem até, de forma ocasional, impedi-los de ver um médico. A mesma coisa acontece com os bombeiros, os motoristas de ambulância e os policiais, cuja etiquetagem dos pacientes, antes de sua chegada ao hospital, pode influenciar, de forma bastante significativa, a ordem de prioridade e as modalidades do atendimento no pronto-socorro.

⁸ Tal distinção, familiar apenas para os profissionais de saúde, é objeto, entre eles, de um grande consenso. Os poucos médicos que a questionam, denunciam a discriminação ilegítima dos estados de saúde na qual desemboca e, por isso, julgam-na eticamente condenável.

das prioridades. Quanto maior é a força mobilizadora de seu caso, menos longa é a sua espera. Assim, os pacientes que têm o valor mobilizador mais baixo – os que Dodier e Camus (1997: 115) chamam de pacientes “tolerados” – são aqueles que mais aguardam sua vez. Aliás, não é raro o pessoal do pronto-socorro acabar se livrando deles justamente pela duração da espera: desistindo de serem atendidos, eles acabam indo embora.

A valorização de um estado de saúde como “grave” ou “urgente” pode ser facilmente identificada graças à observação dos comportamentos dos profissionais que atuam no pronto-socorro, e deduzida de suas atitudes diferenciadas em relação aos pacientes no momento da chegada e depois. Num universo onde a urgência é definida pela “necessidade de atuar rápido e imediatamente”, tudo que acontece na ordem do tempo e da necessidade testemunha a forte, fraca ou inexistente atenção/mobilização da equipe médica: por exemplo, o tempo de espera, o percurso seguido pelo paciente, o clima de tensão e de nervosismo, a aceleração, e mesmo a precipitação ou, ao contrário, a calma, a lentidão das ações, a ida ou não de um médico ou de uma enfermeira à sala de espera para ver e/ou buscar o paciente, o número de profissionais de saúde intervindo no momento de sua chegada e depois, etc. Todos esses sinais indicam ao observador quais são os casos julgados *a priori* urgentes e não urgentes. Eles o guiam na investigação dos indícios imediatos que formam o que se pode chamar “a presunção de urgência”.

Uma apreciação com conseqüências tão concretas e sérias para os pacientes – pois é dela que dependem a rapidez e a qualidade da ajuda e dos cuidados que lhes são dispensados –, merece um exame mais de perto, e é o que me proponho a fazer, focalizando a atenção sobre uma categoria de trabalhadores dos prontos-socorros, a dos profissionais de saúde (enfermeiros, médicos e residentes), e apoiando-me nos dados de campo que recolhi desde 1998 nos serviços de urgência de diversos hospitais universitários brasileiros, notadamente, para aqueles que utilizarei aqui, no Hospital das Clínicas da cidade de Marília (Estado de São Paulo). Minha proposta dirigir-se-á aos indícios imediatos que formam a primeira apreciação de urgência por parte desses profissionais – isto é, os sinais que, entre eles, participam (ou que fazem obstáculo) da valorização de um estado de saúde como urgente – e me levará, por fim, a destacar alguns traços característicos da concepção biomédica de urgência. A questão dos sinais e de sua interpretação é particularmente importante e pertinente nos prontos-socorros, visto que se trata de universos cujos profissionais – que geralmente não têm informações sobre os pacientes que chegam – confiam totalmente nos indícios que podem visualmente reunir sobre eles (modo de chegada, aparência, comportamento, acompanhantes). A leitura que fazem desses sinais se revela crucial para a orientação e o tratamento posterior dos pacientes.

Estar inconsciente ou deitado

Qualquer que seja seu problema e qualquer o meio de transporte que os levaram para o pronto-socorro, os pacientes, quando chegam inconscientes, são atendidos com bastante rapidez. O mesmo pode ser observado com os que entram no pronto-socorro deitados numa maca: conscientes ou não, e qualquer que seja seu estado de saúde (só examinado depois pelos médicos), eles obtêm uma entrada imediata na área de atendimento. Estar desmaiado ou deitado são dois sinais lidos como indicativos, por excelência, de uma provável “emergência”, notadamente a perda de consciência: levados muito a sério, suscitam um grau elevado de atenção.

É só observar a multiplicação e a aceleração das ações e reações provocadas pelo desmaio de pacientes na sala de espera, para comprovar-se a importância dada a essa manifestação pelos profissionais de saúde: ela aumenta de maneira considerável o valor mobilizador desses pacientes, antes fraco, até eles perderem a consciência. Aliás, notando o valor dado ao desmaio, certos pacientes e acompanhantes, cansados ou irritados com a espera, fazem em voz alta comentários como: “tenho que desmaiar (ou ainda: “que cair no chão”) para ser atendido!”.

Embora diferentes, essas duas situações altamente mobilizadoras – estar inconsciente ou deitado – têm uma coisa em comum: o paciente não anda. Não estar ou não ficar em pé constitui um elemento de imediata visibilidade que tende a ser apreciado como um sinal de gravidade. Aliás, importa assinalar que a equivalência – “a pessoa (consciente ou não) não está de pé (não anda) = seu caso é, provavelmente, urgente (grave)”, não existe somente para os profissionais da saúde. O sinal “estar deitado” alerta os profissionais não-médicos do pronto-socorro, os atendentes das centrais de chamadas, os motoristas de veículos de socorro, como os simples transeuntes e motoristas de carro. Basta considerar, por exemplo, o grande número de ligações recebidas pelas centrais de chamadas a respeito de “uma pessoa deitada na rua”. Na sua interpretação do sinal “estar deitado”, especialistas da urgência médica e leigos se encontram e compartilham uma mesma primeira apreciação: para todos é um sinal de gravidade.

Andar, ficar em pé, falar

Para os profissionais de saúde das Urgências, a equivalência contrária também vale. A espera à qual estão submetidos os pacientes que chegam e ficam em pé, e os percursos por eles seguidos, revelam a existência da equivalência oposta, a saber: “a pessoa fica em pé (ela anda) = seu caso certamente não é urgente (grave)”. “Andar” e “falar” são sinais que não favorecem um atendimento

rápido. Eles são lidos como indícios de um estado de saúde que “pode esperar”.

Na chegada, os pacientes que apresentam essas características⁹ são encaminhados primeiro para a recepção pelo segurança da entrada; depois, para a sala de espera, pela recepcionista, uma vez a sua ficha preenchida. O que significa que os profissionais, com quem os pacientes estabelecem os primeiros contatos, são dois agentes sem nenhuma formação em saúde: entretanto, são eles que julgam quem pode esperar e que decidem da duração da espera. São os primeiros a interpretar os sinais “ele anda”, “ele fala”, como os indícios de um estado de saúde não preocupante e os médicos (e enfermeiros) compartilham da mesma leitura. Se não fosse o caso, eles não deixariam a primeira avaliação dos pacientes que andam e que falam na mão de não especialistas que julgam por meio de um olhar rápido e superficial e de algumas questões sumárias.

Uma conseqüência problemática dessa segunda equivalência – “a pessoa fica em pé (ela anda) = seu caso certamente não é urgente (grave)” – é que ela desemboca na desconsideração da grande maioria dos casos e, especialmente, dos que são chamados “casos clínicos”¹⁰. De maneira geral, eles suscitam pouca atenção e seu valor mobilizador é baixo. Contudo, da mesma forma que nem toda pessoa desmaiada ou deitada está num estado necessariamente preocupante, nem toda pessoa que fica em pé se encontra necessariamente num estado satisfatório. A diferença, no entanto, é que, no primeiro caso, os pacientes se beneficiam de uma suspeita de gravidade que se traduz rapidamente por uma primeira avaliação clínica que visa justamente a conferir a seriedade (urgência) do seu estado e a necessidade imediata, ou não, de um diagnóstico mais apurado e de uma eventual intervenção; enquanto que, no segundo caso, os pacientes, por não se beneficiarem dessa suspeita, aguardam, até por muito tempo, o momento de serem examinados por um especialista médico, de receberem uma medicação, um alívio qualquer. Ora, durante a espera, seu problema ou seu estado de saúde pode piorar ao ponto de virar uma urgência e mesmo uma emergência. O que, sem ser freqüente, não é, contudo, raro. Além disso, a espera dos pacientes de pé não se justifica de todo pela atividade dos profissionais de saúde, ocupados com casos que seriam mais urgentes e, por isso, prioritários. Muitas vezes, ao contrário, as salas de espera estão cheias, enquanto que médicos, residentes e enfermeiras encontram-se ociosos nas áreas de atendimento médico.

⁹ Com exceção daqueles que se queixam de sintomas geralmente levados a sério por serem considerados como sinais de uma possível emergência: por exemplo, a “dor no peito”, a “falta de ar” e as “dores do parto”, para retomar as expressões comumente utilizadas pelos pacientes.

¹⁰ Isto é, os casos cujo diagnóstico e cura não implicam uma intervenção manual ou instrumental.

A depreciação dos casos clínicos pode ser observada também na ausência reiterada de um médico nas salas ditas de “triagem clínica” infantil e, sobretudo, adulta, do pronto-socorro. São nesses dois recintos que é atendida, segundo a faixa etária, a maior parte dos pacientes classificados como “caso clínico” e considerados como “podendo esperar” pelos seguranças, porteiros e recepcionistas. Na sala de triagem, eles passam por uma primeira consulta feita por um médico. É por esse atendimento que aguarda a maioria das pessoas sentadas na sala de espera e é a partir dele que se vai desenhar, para cada um, o próximo trecho do percurso a seguir. Alguns pacientes são mandados de volta para casa com uma receita na mão; outros ficam no pronto-socorro o tempo de realizar exames solicitados pelo médico (raio-x, por exemplo); outros ainda voltam à sala de espera onde ficam aguardando uma consulta na área de atendimento com um especialista indicado pelo médico da triagem.

Destinada a desafogar o pronto-socorro, a triagem clínica tem igualmente a função declarada de avaliar o nível de gravidade e de urgência dos problemas apresentados, na chegada, pelos pacientes. Ora, muitas vezes, as salas de triagem estão vazias e por muito tempo (de uma a várias horas) enquanto que as fichas dos pacientes, trazidas a intervalos regulares pelas recepcionistas, vão se acumulando nas pequenas caixas de madeira penduradas na entrada dessas salas. A ausência de um profissional de saúde, trabalhando de maneira permanente na triagem clínica, é mais uma observação que, ao lado de outras, comprova o valor mobilizador muito baixo de pacientes que deveriam, em tese, ser examinados por ele. Nenhum dos ditos “casos clínicos” está *a priori* considerado como possivelmente urgente.

Padecer de um problema súbito

De forma geral, constata-se igualmente que é dada mais atenção ao paciente quando seu problema acabou de surgir. As perguntas “desde quando está com essa dor?”, “desde quando você está assim?”, são entre as primeiras feitas aos pacientes pelas recepcionistas no momento de preencher a ficha; pelos médicos e enfermeiros, na hora do atendimento; pelo pessoal das centrais de urgência/emergência, no telefone. Quando a pessoa responde “desde ontem à noite”, “faz uma semana”, “um mês”, muitas vezes, escuta o comentário seguinte: “mas por que você não veio consultar antes?”. E só por ter respondido que seu problema não é de agora, sai da categoria das possíveis urgências ou emergências. Em outros termos, no pronto-socorro – e aqui está uma outra equivalência – mais o problema (o (s) sintoma (s)) é antigo, menos é urgente. N. Dodier e A. Camus (1997: 113) chegam à mesma constatação a partir das observações etnográficas que realizaram no pronto-socorro de um hospital parisiense.

A questão do tempo não é, então, nada acessória, pois, mais o paciente

sofre de um problema antigo, mais tende a esperar sua vez, conforme o seguinte raciocínio: já que o paciente esperou até agora, pode esperar mais um pouco (subentendido que, se fosse urgente, o paciente já estaria morto). Inversamente, mais o problema (os sintomas) do qual se queixa o paciente é recente, mais tende a ser considerado como o sinal de um mal possivelmente urgente. Aliás, “recente” não é bem o adjetivo adequado. Para ser examinado com rapidez, é necessário que o problema tenha acabado de se manifestar. Em outros termos: o que tende a ser considerado como urgente é o que acabou de emergir. A partir daí, não é surpreendente que todo problema de saúde que apresenta um caráter crônico caia *a priori* fora do urgente.

Essa representação do que é urgente ajuda entender por que, nos prontos-socorros, os estados traumáticos são supervalorizados como urgências e, sobretudo, enquanto emergências. Essa superestimação encontra sua raiz na interpretação, afinal, muito literal, do que é uma “emergência” tal como a caracterizam os dicionários brasileiros¹¹; a saber: uma situação ou, ainda, um evento, que surge, manifesta-se, acontece repentinamente. O problema de saúde que apresenta essa característica tende a ser considerado e tratado, *a priori*, como uma emergência, o que é o caso, por excelência, dos estados traumáticos. Voltaremos, mais adiante, a esse fato importante.

A desconsideração pelos problemas/sintomas antigos é notável nas numerosas histórias de pacientes, tidos como “chatos”, contadas por médicos e residentes. Seu conteúdo é variável, mas, no fundo, todas relatam a mesma história: aquela de pessoas que vieram consultar num momento particularmente inoportuno (no meio da noite, um pouco antes da meia-noite, justamente na noite do Ano-Novo, na véspera do Natal, etc.) para um problema que não era novo (por exemplo, um pai que traz sua filha tarde da noite por causa de uma dor de ouvido da qual vem sofrendo há três dias). As histórias contadas para ilustrar as “verdadeiras emergências” são bem diferentes, e relatadas, aliás, com animação: todas dizem respeito a acidentes de carro, de avião, de trem e, para a chegada das vítimas neles envolvidos, não há momentos inoportunos.

Sofrer

Pode-se observar uma relativa indiferença em relação à dor por parte do pessoal médico e não-médicos do pronto-socorro. O sofrimento físico não tem incidência sobre o tempo de espera para um atendimento. A dor não é lida como um sinal de urgência, qualquer que seja, aliás, o comportamento do paciente: quer manifeste sua dor (gritando, chorando, gemendo, contorcendo-se), quer

¹¹ A saber, *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (1986).

fique quieto no seu canto. Segundo as falas desses profissionais, as expressões sonoras e gestuais de sofrimento seriam até sinais de saúde e de vida: um paciente “barulhento” não está tão ruim assim, senão não teria tanta energia. Mas como as observações revelam que sofrer em silêncio também não aumenta o valor mobilizador do paciente, mas até tende a diminuir suas chances de conseguir mais atenção no decorrer da espera, sofrer de forma ostensiva ou discreta dá no mesmo.

Para muitos profissionais de saúde das Urgências, o sofrimento, tanto físico quanto psíquico, remete à esfera psicológica e, por isso, é desacreditado (“é psicológico”), objeto de desconfiança (“o paciente finge”) e de desprezo (“quem grita está ótimo”). Tal observação pode ser estendida a todos os sintomas e problemas que apresentam uma dimensão psicológica explícita (entre os quais, aqueles que entram na categoria dos ditos “casos psiquiátricos”) e, mais ainda, quando se manifestam em mulheres, tidas por muitos, como grandes atrizes. As zombarias e os comentários cúmplices (com conotação geralmente sexual), trocados entre os médicos e, sobretudo, entre os residentes, em relação às mulheres que chegam num estado de grande agitação, testemunham seu descaso, e até seu desprezo, por essas pacientes exageradas que “não têm nada físico”. Bem emblemáticas são, nesse sentido, as diversas denominações que lhes dão, tais como, por exemplo, “SVC” (*Síndrome da Vagina Carente*) e “SPA” (*Síndrome do Pênis Ausente*). O problema dessas mulheres “é a cabeça” e, por isso, não é levado a sério em termos de gravidade e de urgência: o corpo físico não está explicitamente comprometido, nem as ditas “funções vitais”¹².

Entre as dores, uma é figura de exceção, sobretudo se é recente: a “dor no peito”. Ela confere ao paciente um alto valor mobilizador, pois pode ser o sinal de um enfarte que, entre os “casos clínicos”, é considerado como a emergência por excelência. Inclusive, certos pacientes que sabem do valor dado a essa dor, se queixam desse sintoma no intuito de apressar o atendimento.

Estar com trauma físico

Os estados de saúde, que têm e, de longe, o maior valor mobilizador, são os estados traumáticos (ou provavelmente traumáticos) que apresentam sinais imediatamente perceptíveis e impressionantes, tais como sangue, perda da consciência, feridas e fraturas visíveis. Resultam de acidentes diversos, tais como os de trânsito, atropelamentos, quedas, acidentes do trabalho.

Nas vítimas de acidentes, suspeita-se sempre a existência de possíveis traumas, isto é, de problemas causados de forma súbita por um agente físico

¹² Isto é, as funções cerebrais, respiratórias e circulatórias.

exterior, em particular por um choque violento. Para os médicos, importa identificar e avaliar rapidamente do que sofrem. Por isso, esses pacientes são atendidos com pressa na medida em que apresentam um ou vários dos sinais visíveis citados acima e, sobretudo, a perda de consciência. Consideradas e tratadas *a priori* como prováveis urgências ou emergências, as vítimas de acidentes beneficiam-se de uma presunção de gravidade que não suscitam os outros pacientes.

Entre os problemas de saúde decorrentes de choques físicos, ainda existe uma gradação entre os mais e menos mobilizadores. Os mais valorizados são os que ocorrem em consequência de acidentes com suspeita de politraumatismo, como é o caso dos acidentes que acontecem na estrada ou que envolvem veículos de transporte. Emergências por excelência, esses estados (provavelmente) traumáticos, também chamados pelos médicos de “emergências cirúrgicas”, são, de longe, os mais espetaculares. São eles que os profissionais de saúde citam, de forma sistemática e espontânea, quando procuram definir ou ilustrar o que é uma emergência; são igualmente esses casos que os médicos e os residentes, que afirmam gostar de trabalhar na urgência/emergência, também dizem preferir atender. Além do mais, as vítimas de acidentes são, frequentemente, levadas ao pronto-socorro pelos bombeiros, e esse meio de transporte também possui um impacto positivo na mobilização da equipe médica e na rapidez do atendimento.

Afinal, se as vítimas de acidente aparecem como emergências por excelência, é porque, e na medida em que, juntam todos os grandes sinais que têm um forte poder mobilizador dentro das representações biomédicas da urgência/emergência: estar desmaiado; deitado; chegar na viatura do resgate; estar com um problema que acabou de acontecer e que engaja explicitamente o corpo devido a choques com coisas materiais. A essas características, há de acrescentar outra importante: a presença de sinais visíveis e impressionantes no paciente, como sangue, feridas, fraturas expostas, etc. E não apenas isso: o caráter igualmente muito visível e impressionante da situação que deu origem aos (possíveis) problemas dos pacientes, isto é, o próprio acidente, cujo aspecto espetacular aumenta ainda o caráter emergencial do estado de saúde da vítima.

Conclusão

Pode-se concluir que as urgências dos prontos-socorros e dos médicos, e mais ainda as emergências, são representadas e identificadas de acordo com as características gerais dos problemas de saúde decorrentes de choques físicos e com o tipo de situação que os provoca: os acidentes. Praticamente, é como se existisse e se concretizasse a seguinte equivalência: “emergências = casos traumáticos”, isto é, casos pelos quais se considera, na hora, a necessidade de uma intervenção cirúrgica. A identificação da emergência com a necessidade de uma

operação imediata é, aliás, bem resumida e explicitada por uma frase, ouvida várias vezes da própria boca dos profissionais de saúde: “é emergência porque vai para a cirurgia”.

Ora, os estados de saúde da imensa maioria das pessoas que vão para o pronto-socorro não apresentam os caracteres de uma emergência, pensada a partir dos estados traumáticos oriundos de acidentes. Não sendo necessariamente menos graves do que os dos acidentados, seus problemas apresentam sinais geralmente mais discretos: suas manifestações físicas são menos diretamente visíveis e espetaculares; suas causas menos impressionantes e brutais. Por se afastarem dos sinais mobilizadores que fazem sentido dentro das representações biomédicas de urgência/emergência, esses casos não são valorizados como urgentes e tendem a se fundir na categoria dos problemas que “podem esperar”: categoria vasta, em que, afinal, revela-se bastante difícil presenciar e distinguir, em contexto, aquilo que pode esperar menos daquilo que pode esperar mais.

Como todo trabalhador, os profissionais de saúde dos prontos-socorros têm sua idéia dos pedidos que convêm a seu posto de trabalho e tendem a considerar como legítimas as demandas inscritas no que estimam ser seu campo de atividade e como ilegítimas aquelas que se inscrevem fora dele. Para eles, os casos cirúrgicos representam de longe as urgências mais legítimas (são as urgências por excelência, aquelas que merecem o nome de emergências), enquanto os casos clínicos são urgências já menos legítimas (são apenas urgências). Quanto aos casos psiquiátricos, são comumente percebidos como ilegítimos, isto é, como não urgentes.

Referências

- GIGLIO-JACQUEMOT, A. (2005). *Urgências e Emergências em Saúde: perspectivas de profissionais e usuários*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- GIGLIO-JACQUEMOT, A. (2000). “Qu’est-ce qu’une urgence? Quelques réflexions sur les définitions biomédicales de l’urgence médicale”. In: BARNABÉ, J., BONNIOL, J.L., CONFIANT R., L’ETANG G. (dir.). *Au visiteur lumineux – Des îles créoles aux sociétés plurielles. Mélanges offerts à Jean Benoist*. Petit-Bourg (France): Ibis Rouge Editions.
- DODIER, N. & CAMUS, A. (1997). “L’hospitalité de l’hôpital: l’accueil et le tri des patients aux urgences médicales”. In: *Communications*, 65, pp. 109-119.
- FERREIRA, A. B. H. (1986). *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- ROTH, J. (1972). “Some contingencies of the moral evaluation and control of clientele: the case of the hospital emergency service”. In: *American Journal of Sociology*, 77(5), pp. 839 - 856.

RESUMO

A presunção de urgência e seus índices nas apreciações dos profissionais de saúde do Pronto-Socorro de um hospital universitário brasileiro

Nos prontos-socorros, os profissionais médicos (e não-médicos) manifestam uma atenção diferenciada em relação aos pacientes. Estes últimos possuem uma força mobilizadora mais ou menos grande que se traduz, concretamente, pelo lugar que lhes é atribuído na hierarquia e na ordem das prioridades: entre os extremos, há os pacientes que são imediatamente atendidos e os que esperam até desanimarem. Quais são os sinais imediatos – detectáveis ou não no paciente - que suscitam uma forte (ou fraca) mobilização da parte dos médicos, participando assim (ou fazendo de imediato obstáculo) da valorização de um estado de saúde como “urgente”? E a que ordens de avaliação pertencem tais índices? Através das respostas que fornecerei a estas interrogações, é a concepção biomédica da urgência que procurarei apreender, partindo aqui não das definições biomédicas ou ainda dos discursos normativos dos médicos sobre a urgência médica, proferidos fora de contexto, mas sim da observação dos comportamentos tais como se manifestam e se dão a ver.

Palavras-chave: Antropologia da saúde; percepção social e profissional do doente; serviço de saúde.

RÉSUMÉ

la présomption d'urgence dans les appréciations des professionnels de la santé des prontos-socorros

Dans les services d'urgences, le personnel médical (et non médical) réagit par une attention différenciée selon les patients. Ces derniers possèdent une force mobilisatrice plus ou moins grande qui se traduit de manière concrète par la place qui leur est attribuée dans la hiérarchie et l'ordre des priorités : aux deux extrêmes, il y a les patients qui sont immédiatement pris en charge et ceux qui attendent jusqu'au découragement. Quels sont les signes immédiats qui suscitent une forte (ou faible) mobilisation de la part des médecins et participent ainsi (ou font d'emblée obstacle) à la valorisation d'un état de santé comme urgent ? Et de quels ordres d'appréciation relèvent ces indices ? A travers les éléments de réponse que j'apporterai à ces interrogations, c'est la conception biomédicale de l'urgence que je chercherai plus largement à appréhender en partant ici, non pas des définitions savantes de l'urgence médicale ou encore des discours normatifs des médecins sur l'urgence, mais des comportements tels qu'ils se manifestent et se donnent à observer en situation.

Mots-clé: Anthropologie de la santé; perception sociale et professionnelle du malade; service d'urgence.

Recebido para apreciação: março de 2005

Aprovado para publicação: julho de 2005

A “ANARQUIA ORGANIZADA” DAS REFORMAS ADMINISTRATIVAS NO SETOR PÚBLICO: UMA ABORDAGEM À LUZ DO MODELO *GARBAGE CAN* E DO *POLICY ENVIRONMENT*

Ítalo Fittipaldi

Introdução

O problema da fragmentação das políticas públicas em geral e de reforma na burocracia estatal em particular vem compondo a agenda de pesquisa da Ciência Política e dos estudos organizacionais, desde o período imediato do pós II Guerra Mundial. A busca de um novo paradigma para o aparato de Estado, decorrente da preocupação com a melhoria do desempenho das funções governamentais, tem provocado ondas recorrentes de reformas em diversos países com distintas formações e características sócio-econômicas. Todavia, na mesma medida em que se implementam políticas públicas de remodelagem da gestão do setor público, o fenômeno da *falha seqüencial*¹ das reformas torna-se o resultado mais visível de tais políticas. A questão a ser respondida pela teoria é: por que as reformas na burocracia pública falham? Abordagens desenvolvidas por autores de diferentes matizes destacam variáveis explicativas as mais diversas para o fenômeno da fragmentação das políticas reformistas. Em trabalho recente, que contém um vasto levantamento bibliográfico (Rezende, 2004) sobre as causas da falha seqüencial das reformas, foi possível identificar ao menos dezessete explicações distintas para este fenômeno, com expressiva variedade de argumentos e mecanismos causais que, todavia, não focalizam a causalidade existente entre o ambiente da política pública (*policy environment*) de reformas administrativas e seus impactos sobre o processo de tomada de decisão. Políticas públicas não ocorrem no vácuo e o *policy environment* no qual estão inclusas se constitui em importante fator explicativo de sua *performance*. As abordagens centradas apenas no ambiente organizacional interno (Caiden, 1999) dão uma grande contribuição para o entendimento de suas dinâmicas, porém não destacam o impacto sobre as organizações (políticas públicas) do ambiente em que estão inseridas. Assim, objetivando adotar um modelo analítico que contemple a racionalidade limitada dos gestores públicos e seu processo de tomada de decisão com o ambiente

¹ Sobre o problema da *falha seqüencial* das reformas administrativas, ver Rezende, 2004.

institucional das políticas públicas – e com isto explicar a propensão à fragmentação das reformas administrativas no setor público – ancora-se o argumento aqui desenvolvido no modelo *garbage can*, e na abordagem de *policy environment*. A junção desses modelos de análise permite uma combinação de variáveis explicativas que, acredita-se, eleva a capacidade de identificação das causas da falha seqüencial. Desta forma, o artigo está estruturado em cinco partes, onde, além desta seção introdutória, a seção 2 consiste na descrição do modelo *garbage can* e a seção 3 na apresentação das variáveis ambientais e seus impactos na política de reformas. Por seu turno, na seção 4 é desenvolvido o argumento da “anarquia organizada” para as reformas no setor público e, finalmente, na seção 5 são apresentadas as considerações finais.

O modelo *garbage can*

A teoria clássica da administração baseia suas premissas na racionalidade do *homo economicus* para explicar os mecanismos de *tomada de decisão* nas organizações. Suas análises da *escolha organizacional* assumem a existência de metas bem definidas a serem atingidas ao longo do tempo, com o envolvimento participativo dos componentes das organizações e soluções geradas de acordo com o problema em pauta. Todavia, essa *racionalidade organizacional* não explica a existência de organizações em que a tomada de decisão não se dava nos moldes do tipo ideal preconizado pela teoria clássica. Os processos de escolhas coletivas no interior dessas organizações produziam impactos na estrutura organizacional, resultando em um processo de produção de *tomadas de decisão* que fugia à lógica prevista.

A existência de preferências destoantes entre departamentos quanto a determinada escolha da decisão a ser tomada, o desconhecimento do processo global de geração do produto da organização e a inconsistência na participação de seus componentes no processo decisório – aliados à introdução de mecanismos de controle e coordenação, previstos pela teórica clássica para a elevação da *performance* organizacional – geravam um perfil *anárquico* nessas organizações que não encontravam explicação na literatura tradicional. O mundo real esperava por um modelo. Surge então o instigante artigo *A garbage can model of organizational choice* (Cohen, March & Olsen, 1972).

Analisando o processo de tomada de decisão, os autores revelam a existência de “anarquias organizadas” no interior das organizações, em razão de três propriedades gerais que lhes são intrínsecas: 1) preferências dilemáticas (*problematics preferences*); 2) falta de clareza nos processos organizacionais (*unclear technology*); 3) participação anárquica (*fluid participation*). A existência dessas *propriedades* gera a predominância de um *comportamento ambíguo* quanto ao processo decisório, pois funcionam como restrição à racionalidade subjacente às *escolhas* de que dispõe a

organização. Ou seja, em virtude dessas *propriedades gerais*, a tomada de decisão na organização é desprovida de uma *racionalidade organizacional*.

Explicando o impacto dessas *propriedades*, e iniciando pelos problemas de preferências (*problematic preferences*), os autores escrevem:

In the organization it is difficult to impute a set of preferences to the decision situation that satisfies the standard consistency requirements for a theory of choice. The organization operates on the basis of a variety of inconsistent and ill-defined preferences (Cohen, March & Olsen, 1972, p. 1).

Em outros termos, é a falta de instrumentos que otimizem a tomada de decisão. A alocação de propostas nessas condições produz uma *tomada de decisão* sub-ótima, reduzindo a adequabilidade da medida adotada às questões organizacionais. Haja vista que “it can be described better as a loose collection of ideas than as a coherent structure; it discovers preferences through action more than it acts on basis of preferences.” (op. cit.).

Por seu turno, sobre a outra propriedade geral – *falta de clareza nos processos organizacionais* (*unclear technology*) – afirmam:

Although the organization manages to survive and even produce, its own processes are not understood by its members. It operates on the basis of simple trial-and-error procedures, the residual of learning from the accidents of past experience, and pragmatic inventions of necessity (op. cit.).

A existência desse *déficit de informação* no interior da organização gera políticas baseadas nos procedimentos de *tentativa e erro* para o enfrentamento de questões organizacionais. Sem o conhecimento de tais processos, aliado à preferência dos tomadores de decisão por suas políticas “preferidas”, a organização é vitimada na racionalidade das soluções propostas aos seus problemas. E, finalmente, some-se a isso a participação anárquica (*fluid participation*) onde “participants vary in the amount of time and effort they devote different domains; involvement varies from one time to another. As a result, the boundaries of organization are uncertain and changing; the audiences and decision makers for any particular kind of choice change capricious” (op. cit.).

A combinação desses elementos não apenas restringe a racionalidade da ação no interior das organizações, como desconecta *problemas de soluções*, implicando tomadas de decisão que não acompanham o fluxo tradicional que segue a ordem: *problemas seguidos de soluções para estes*. De fato, o *garbage can model*, em sua versão original (Cohen, March; Olsen, 1972), identifica quatro fluxos decorrentes da quebra da seqüência clássica *problemas seguidos de soluções*. Esses fluxos (*streams*) são identificados como: problemas (*problems*); soluções (*solutions*); oportunidades de

escolhas (*choices opportunities*); participantes (*participants*). Os *problemas* são resultado de queda de *performance*, podendo decorrer de causas internas ou externas à organização. O aparecimento desse fluxo tem, portanto, causas variadas, e funcionam como gatilhos do processo de tomada de decisão. Por sua vez, as *soluções* são geradas sem o diagnóstico adequado dos problemas por que passa a organização. Como uma “linha de produção de idéias”, as soluções são apresentadas durante o processo decisório, na busca da identificação de algum problema que se encaixe a ela; ou seja, busca-se um problema para a solução já pré-escolhida. As “soluções” não utilizadas pela organização são descartadas e jogadas na “lata de lixo” (*garbage can*).

Já o outro fluxo gerado pelas *propriedades gerais* - a *oportunidade de escolha* - manifesta-se no instante em que os tomadores de decisão da organização precisam apresentar uma solução para certo problema, independentemente da adequação da organização ao problema surgido. Ou seja, o fluxo de *choices opportunities* é a ocasião para o grupo hierárquico responsável pela tomada de decisão na organização justificar sua existência como tal. Dito de outra maneira, se a *natureza* desse grupo é apresentar soluções mediante a tomada de decisão, que o faça de qualquer maneira.

Por fim, o fluxo de *participantes* é o que se caracteriza pela irregularidade de seus componentes. O envolvimento dos integrantes da organização no processo de tomada de decisão caminha na razão direta de suas preferências pelas soluções apresentadas (ou problemas que gostariam de tratar) e de suas demandas² na organização.

A racionalidade prevista pela teoria clássica da escolha organizacional passa ao largo do processo de tomada de decisão em organizações que apresentam o perfil de anarquias organizadas, decorrentes das *propriedades gerais* identificadas pelos autores. Pois, “from this point of view, an organization is a collection of choices looking for problems, issues and feelings looking for decision situations in which they might be aired, solutions looking for issues to which they might be the answer, and decision making looking for work” (Cohen, March & Olsen, 1972, p. 02). É possível resumir a lógica de funcionamento do modelo *garbage can* por meio da interação entre a (1) falta de diagnóstico adequado (desconhecimento) dos problemas enfrentados pela organização, (2) a necessidade da apresentação de alguma solução para esses problemas e (3) as preferências dos tomadores de decisão por algum tipo de “solução”; da interação desses elementos surge a “anarquia organizada”. Todavia, o modelo *garbage can* não foi

² Tais demandas podem ir desde a perspectiva de ascensão na organização até a simpatia pelo superior hierárquico. Ou seja, são questões muito abrangentes e de difícil estabelecimento de um padrão comportamental para os integrantes do grupo que detém o direito da tomada de decisão.

originalmente formulado para explicar reformas na estrutura organizacional estatal, porém a utilização de sua lógica funcional ao ambiente de políticas públicas de reformas administrativas se constitui, acredita-se, em um instrumento analítico robusto para explicar a fragmentação dessas reformas. Mas, a “anarquia organizada” descrita pelo modelo *garbage can* pode ser observada nas políticas de reforma? E quais variáveis produziriam este padrão de funcionamento nas políticas públicas de reformas administrativas?

O ambiente da política pública (*policy environment*) das reformas administrativas

São identificadas três variáveis do ambiente da política pública que funcionam como geradoras da *fragmentação* dos programas de reformas em sociedades poliárquicas. Não se afirma aqui que apenas essas três variáveis são indutoras da fragmentação da política pública das reformas administrativas, mas que elas é que serão objetos de investigação. Essas *variáveis ambientais* são aqui denominadas:

- a) *assimetria de informação que incorrem em problemas de escolha ótima*, ou seja, a incapacidade de ordenar as preferências dos burocratas quanto à adoção de determinada política de reforma, sob condições de informação incompleta;
- b) *proteção do orçamento*, que consiste no desconhecimento da natureza das organizações burocráticas estatais e suas capacidades gerarem receita fora do orçamento público;
- c) *aversão ao risco político e ciclos eleitorais*, resultado da ação racional de grupos partidários em valorizar seu *ativo eleitoral* e conservar a composição política que lhes possibilitou a vitória nas últimas eleições. Ao se introduzir uma reforma cuja conclusão de sua implementação suplante o limite temporal dos ciclos eleitorais, estes passam a funcionar como mecanismo fragmentador do processo de reforma.

Nas linhas que se seguem, apresentamos as características de cada variável ambiental e seu impacto na implementação das reformas administrativas.

A assimetria de informação: a escolha sub-ótima da política

A tomada de decisão para escolha e implementação de determinada política pública não se processa em um ambiente desprovido de interesses de grupos e

assim de suas preferências por políticas (Krüeger, 1974; Olson, 1982). Grupos de burocratas estão mais propensos a patrocinar certas ações estatais que outros, assim como a implementação de uma *policy* pode ser planejada em diferentes vertentes (algumas até excludentes), com a preferência dos burocratas distribuindo-se entre as várias combinações possíveis de políticas. A razão para essa *distribuição de preferências* é o ganho (*payoff*) que cada grupo de formuladores teria com a escolha de sua política pública, ou estratégia de implementação “favorita”.

Como nos mercados econômicos, existe um leque de *opções* (políticas públicas) à disposição dos *consumidores* (burocratas) que vão *compor sua cesta de consumo* (processo decisório) com o *produto* (política pública) que *maximize* a satisfação particular dos formuladores. A combinação de *distribuição de preferências* e de ação *maximizadora* por parte dos burocratas caracteriza a existência de um *mercado* de políticas públicas que, em razão do desconhecimento dos formuladores sobre o objeto da política em questão, é caracterizado pela existência de certo grau de *assimetria de informação*. Grau este que se torna mais agudo com a alternância de grupos políticos (não exclusivamente de partidos políticos) no comando do Poder Executivo.

O mercado de reformas não consegue estabelecer o *princípio da transitividade* para o processo decisório quanto à proposta de reforma administrativa que melhor se ajuste às necessidades da máquina pública. Esse fato, na ausência de instrumentos que provoquem uma alteração no cálculo dos burocratas – alterando assim sua *função utilidade* – resultará em *custos de transação* para a formulação (implementação) das reformas administrativas, em razão da disjunção entre a escolha da política e os resultados desejados. Afinal, “só se obtêm os resultados neoclássicos de mercados eficientes quando não há custos de transação” (Coase, 1980 *apud* North, 1998, p. 7).

A alocação sub-ótima da política resulta em problemas de coordenação quanto à tomada de decisão mais eficiente, eficaz e efetiva. A incapacidade de se estabelecer uma *ordenação social de preferências*, em razão da assimetria de informação, cria barreiras à adoção de um programa consistente com as múltiplas arenas de atuação do aparelho estatal. Ou seja, permeada por interesses diversos, a burocracia pública gera políticas de reformas como “soluções” para “problemas” que não se ajustam aos programas elaborados. Destarte, mantendo-se inalterado o cálculo dos burocratas quanto à sua *função utilidade* (política “favorita”), o processo decisório incorrerá em disfunções implementadoras. Observa-se que a *assimetria de informação* se constitui uma importante variável ambiental para a *performance* da ação estatal, pois ao desvincular a “solução” – materializada na política pública – dos “problemas” que se propunha a resolver, reduz o desempenho do Estado em ação. Em outras palavras, a assimetria de informação é indutora da baixa *performance* da administração pública.

A dependência do orçamento

A natureza das organizações importa para uma implementação exitosa de programas de reformas administrativas. Tal fato deriva dos incentivos diferenciados à cooperação por parte das agências, decorrentes de sua *arena* de atuação. Mas, onde se materializa o diferencial de incentivos e quais suas conseqüências para a cooperação (não-cooperação) com reformas administrativas? Em boa medida a resposta para esta pergunta está na relação de cada agência governamental com o orçamento público. A atuação em diferentes *arenas de políticas públicas* (Lowi, 1964) exige aportes de recursos que apresentarão padrões distintos conforme a *policy* gerada pelas agências em cada *arena*.

Assim, o volume de recursos destinados a órgãos do governo encarregados da produção de uma política pública de *regulação* diferencia-se do volume de recursos destinados a agências de governo imbuídas da geração de políticas públicas *distributivas*. O gasto do governo para a operacionalização de um órgão que regula as tarifas de ônibus urbanos, por exemplo, difere daqueles destinados a agências encarregadas da saúde pública.³ Essa constatação, aparentemente óbvia, traz no seu bojo uma questão menos perceptível. Como orçamentos distintos⁴ podem ser descentralizados uniformemente? Afinal, a fonte de receitas das diversas agências de governo só é a mesma quando o processo de elaboração desses orçamentos é centralizado. Porém, ao se transferir para setores governamentais a capacidade de elaboração de seus orçamentos, como no modelo de reforma gerencial (Ferlie *et al.*, 1999), caberia uma pergunta: de onde virá a receita?

Considerando que a natureza organizacional das agências de governo difere em razão do seu *locus* de atuação, infere-se que a atividade-fim dessas agências tem capacidade distinta de geração de *auto-receita*.⁵ Foge ao escopo deste trabalho a apresentação de modelos de captação de recursos para essas instituições, todavia é pertinente uma análise da *natureza das receitas* dos órgãos públicos com as conseqüências decorrentes de seu diferencial. Certas agências não apresentam características para captar recursos no mercado em função da política pública que geram. Ao passo que outras agências poderiam ter suas receitas elevadas pela captação própria de recursos materiais, efetivando-se como uma *loosely coupled organization*.

³ É importante considerar que mesmo uma agência de perfil *distributivo* tem instrumentos de *regulação* da sua atividade fim. Entretanto, considera-se, aqui, que sua participação no orçamento público é decorrente da sua natureza funcional.

⁴ Aqui, o orçamento do governo é a composição dos orçamentos de suas diversas agências.

⁵ Entende-se por auto-receita os recursos financeiros captados por uma agência de governo sem a dotação orçamentária pública.

Essa capacidade diferenciada de *autofinanciamento* se traduzirá no grau de vinculação ao orçamento governamental que cada setor do governo possui. Ou seja, existirá, para determinadas agências, uma dependência orçamentária (*budget dependence*) derivada de sua natureza organizacional. Os diferentes graus de dependência orçamentária implicarão em quão cooperativa a agência será com um programa de reforma administrativa de cunho gerencial (descentralizador). Enquanto para alguns órgãos a perda da proteção orçamentária reforça sua *performance*, para outros, o desaparecimento dessa proteção poderá significar o fim de sua existência como agência de governo.

Entendido que a natureza organizacional das agências estabelece o grau de sua vinculação ao orçamento, é possível afirmar que a proteção dada pelo aporte público de recursos a determinadas agências de governo define o padrão de cooperação dessas agências com as reformas administrativas. Os *incentivos* à cooperação para a descentralização administrativo-financeira de um órgão público funcionam favoravelmente a essa mudança institucional, à medida que a agência governamental – objeto da reforma – pode abrir mão da proteção financeira advinda do orçamento estatal. Os interesses de grupos relacionados com as diferentes agências de governo extraem suas rendas da transferência orçamentária repassada para elas. Estancar essa transferência é condenar alguns órgãos governamentais à inanição financeira e, posteriormente, à perda de prestígio e poder e até extinção. Assim, o orçamento é a garantia de sobrevivência dessas agências e dos grupos que nelas operam, pois, a introdução de reformas orientadas para o mercado pode significar a redução (inexistência) de aporte de recursos para essas organizações públicas.

Por outro lado, o fato de algumas agências governamentais estarem situadas na *arena distributiva* de políticas públicas permite que alguns de seus departamentos voltem-se para os resultados (*output*), por se constituírem instrumentos de execução de programas governamentais de caráter universalistas. Ou seja, na “ponta” do serviço público prestado ao cidadão justifica-se a administração por resultados sem a capacidade de *auto-receita*, haja vista que se trata de elevação de *performance* do serviço público no seu objetivo-fim. Trata-se, portanto, de uma situação específica, que não invalida a aplicação do conceito de *proteção do orçamento* para a burocracia pública.

A aversão ao risco político e ciclos eleitorais

A repulsa de grupos partidários à desvalorização de seu capital político ocorre em dois níveis: a) na relação com o eleitor; b) na relação com correligionários. O primeiro caso é descrito pela literatura como o fenômeno dos ciclos econômicos eleitorais. É com o clássico artigo de Nordhaus (1975) –

The political business cycle —, sobre o comportamento da política econômica dos governos dos países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) quando de seus processos eleitorais, que a literatura incorpora a variável *periodicidade eleitoral* (ciclos eleitorais) ao cálculo de produção de políticas públicas. Nordhaus identifica regularidades entre a adoção de políticas macroeconômicas expansionistas ao aproximar-se o período eleitoral e a reversão delas quando da passagem desse período, voltando o processo a repetir-se com a chegada de outra fase eleitoral. Ou seja, para promover uma redução do desemprego em período próximo às eleições, o governo adota medidas de política que permitam a expansão da atividade econômica, reduzindo o desemprego e transformando esse fato em *ativo político* valorizado na fase eleitoral. Passadas as eleições, com o grupo governante mantido no poder, novas medidas de política econômica são adotadas; agora para reduzir a inflação que se elevou com a adoção de estímulos à expansão do emprego. Todavia, nessa fase de contração da economia, não há eleição próxima e o *ativo político* do partido no poder não se deprecia junto ao eleitorado, pois quando a outra eleição chegar, a memória (e a desinformação sobre o fato) do eleitor não terá identificado tal manobra⁶.

Já no tocante à aversão ao risco político no relacionamento com correligionários, fenômeno específico de grupos partidários que detêm o poder, a periodicidade eleitoral (ciclos eleitorais) promove uma composição das forças políticas no interior da burocracia, com vistas à manutenção do poder e da valorização do *ativo político* ao qual estão vinculadas. Mesmo com grandes possibilidades de vitória no próximo pleito, o arranjo político no interior da burocracia não deixa de ocorrer, pois certos grupos contemplados em um primeiro mandato cederão espaços para os preteridos anteriormente, como mecanismo de rateio das funções burocráticas entre partidários. Esse acordo tácito entre os grupos de correligionários, quando da proximidade de uma eleição, funciona como fator limitador da ação estatal reformadora. Para evitar choques de interesses, por conseguinte, fissuras na coligação, evita-se a implementação de políticas públicas que produzam fortes reações no interior da burocracia estatal e assim dificulte a consolidação do referido acordo. A recomposição ou redistribuição de recursos políticos entre os grupos de interesses que lotearam a burocracia pública ocorre, inexoravelmente, pelo fato de haver uma eleição a ser realizada, não importando a probabilidade de vitória do grupo político situacionista. Afinal, os ciclos eleitorais também funcionam como mecanismo de redistribuição de poder no interior do grupo político governista.

⁶ Para uma boa exposição sobre os diferentes modelos de ciclos político-econômicos, ver Borsani (2003). Para uma crítica específica ao modelo oportunista descrito por Nordhaus, ver Wittman (1999).

Desse modo, a produção de políticas públicas caminha na direção sinalizada pelas urnas, pois se objetiva a vitória na próxima eleição (redução do *risco político*). Em outros termos, o eleitor controla o governo (burocracia) pelo desempenho (*incumbent performance*) deste para com o cidadão (Ferejohn, 1986).

O *garbage can* e as variáveis ambientais da política de reforma administrativa: agregando o argumento

A etapa seguinte para a montagem do instrumento de análise do problema de fragmentação das políticas de reforma administrativa é a agregação da lógica do *garbage can* ao ambiente da política pública (*policy environment*) de onde provêm tais reformas. A lógica subjacente entre a *propriedade geral* do modelo *garbage can* e as *variáveis ambientais* mencionadas na seção anterior pode ser estabelecida como se segue. Os *problemas de preferências* identificados por Cohen, March & Olsen são resultado das escolhas sub-ótimas por parte dos tomadores de decisão sob informações incompletas quanto à proposta mais adequada ao problema da organização. Ou seja, a *assimetria de informação* conduz à inadequação da estratégia utilizada para melhoria da *performance* organizacional, semelhantemente ao que ocorre na administração pública quando a agregação de preferências sub-ótima dos burocratas quanto à estratégia de implementação de determinada política pública cria uma disjunção entre a política *per se*, seus objetivos e sua execução. Já a *falta de clareza dos processos* organizacionais na geração de seu produto consiste na incapacidade de se unificar os diferentes *inputs* de distintos departamentos da organização. Não é possível aglutinar as diferentes arenas de políticas sob uma mesma coordenação de processos, o que implica padrões de funcionamento diferenciados entre os departamentos. Identifica-se, aqui, que a *natureza* desses departamentos importa para a tomada de decisão, equivalendo ao desconhecimento prévio dos *policy-makers* da natureza das organizações públicas a serem reformadas. Se os processos na geração do *output* da organização não são claros (conhecidos) aos administradores da mesma, como descrito no *garbage can*, também não são as diversas estruturas organizacionais das agências de governo na geração de bens públicos, tratando-se, assim, do mesmo fenômeno verificado na *proteção do orçamento*. Finalmente, a lógica da participação anárquica equivale à *aversão ao risco político*, pois, como aquela, arregimenta participantes apenas dentre os que “simpatizam” com a tomada de decisão gerada. Com vistas ao próximo pleito, os formuladores de política comportam-se como os membros da organização do *garbage can*, oscilando entre as diversas preferências dos participantes (burocratas) sobre propostas (“problemas” e “soluções”) apresentadas na campanha eleitoral e mantenedora da coalizão governista. Como

o Estado não é um monólito, os burocratas precisam apresentar soluções para problemas existentes (na forma de política pública), implementando políticas de sua preferência e descartando aquelas que possam gerar *riscos* para o desempenho do grupo político ao qual pertencem, tendo em mente o próximo pleito.

A interação das *variáveis ambientais* com a lógica do *garbage can* resulta em disfunções de implementação que incorrem no fenômeno da falha seqüencial das reformas administrativas. Assim como no modelo organizacional de racionalidade limitada, a abordagem das variáveis ambientais também vislumbra a existência de uma *racionalidade restrita* na geração de soluções para o problema da baixa *performance* da administração pública. A implementação de um programa de reformas administrativas, em geral, não é resultado de um diagnóstico preciso da *natureza* das agências governamentais, nem a escolha da proposta reformista baseia-se em um *best account*. Na verdade, os programas de reformas são “soluções” que buscam “problemas” gerados na máquina pública, não importando quão adequadas essas soluções apresentam-se para tais problemas.

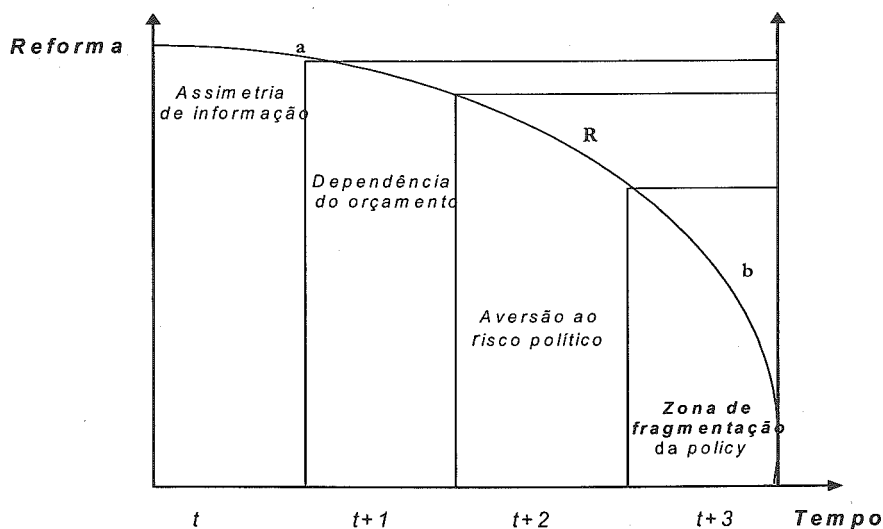
“Problemas”, “soluções” e tomada de decisão: a “anarquia organizada”

Quando um grupo político chega ao poder via processo eleitoral, as informações sobre o funcionamento da máquina administrativa não são facilmente disponibilizadas a esse grupo num momento inicial, gerando um déficit de informações gerenciais expressivo. Com vistas à redução dessa assimetria informacional e à tentativa de implementação de políticas públicas de elevação da *performance* estatal são instituídos alguns programas com o objetivo – dentre outros – de *captar informações*. No paradigma da reforma administrativa gerencial, por exemplo, o instrumento de captação de informações utilizado é o *contrato de gestão*, haja vista que esses *contratos* fixam metas de desempenho para os órgãos públicos, e o acompanhamento dessas metas é uma forma de se obter informações antes desconhecidas pelos novos gestores. Ou seja, a propagação dos *contratos de gestão* (ou de algum modelo similar) é o meio de se tomar conhecimento da estrutura operacional da administração pública e seus pontos de baixo desempenho, tentando não entrar em choques significativos com grupos de resistência à redução desse déficit informacional. Todavia, a natureza organizacional de cada agência do governo funciona como barreira a essa proliferação, haja vista que os *contratos de gestão* – ao menos em sua versão inicial elaborada pelos teóricos da nova administração pública⁷ – partem do princípio de uniformidade do aparato estatal, ignorando a relação de cada agência com o orçamento público. Isso implica baixa cooperação para a implementação das chamadas *organizações orientadas pela performance* por parte de órgãos públicos com alto grau de *dependência do orçamento*.

⁷ Ver (Ferlie *et al.*, 1999) e Trosa (2001).

Por seu turno, a aproximação do pleito eleitoral seguinte impele o grupo político no poder a voltar mais incisivamente sua atenção para a valorização de seu *ativo político* junto ao eleitor e aos seus correligionários. Isso não apenas restringirá a adoção de certas políticas públicas de captura de informações, como promove uma recomposição política entre os grupos de interesses no interior da burocracia visando à manutenção do comando nos cargos do Executivo. Chama-se a atenção do leitor, neste ponto, para o início da legislatura do grupo político vencedor das eleições. A magnitude da assimetria de informação com o qual se depara ao assumir o governo não permite um diagnóstico mais preciso da máquina administrativa, o que implica em elevado grau de ambigüidade de qualquer instrumento de política com vistas a reformar a estrutura organizacional da burocracia pública. A desarticulação entre meios e fins das políticas de reformas decorrentes do impacto das variáveis ambientais sobre estes programas conduzem a um padrão anárquico de implementação de tais políticas que, todavia, está envolto em elevado grau de institucionalização, caracterizando a execução desta política pública como uma “anarquia organizada”. Em decorrência dessa ambigüidade, põem-se em marcha os mecanismos que impelem a reforma pretendida à falha. O gráfico 4.1 descreve a trajetória de fragmentação da política pública de reformas administrativas no tempo, destacando o efeito de redução da *performance* desta *policy* em razão das variáveis ambientais que atuam como mecanismos de produção do déficit de efetividade. Tal fragmentação está representada pelo deslocamento do ponto *a* ao ponto *b* na curva *R*, onde a ação em seqüência das variáveis ambientais da política de reforma gera tal déficit. Assim, quanto maior o efeito das variáveis ambientais do modelo, menor será a capacidade de implementação do programa de reforma administrativa.

Gráfico 4.1 – Curva de Efetividade das Políticas de Reformas



Considerações finais

A tomada de decisão por uma política pública em um ambiente imerso por *informação incompleta* conduz seus formuladores a escolher a estratégia de implementação que melhor lhe aprouver em razão de sua *função utilidade*. A medida a ser implementada será aquela pertencente aos burocratas de maior influência, não importando quão adequada seja tal estratégia de implementação *vis-à-vis* os objetivos planejados. Este padrão de execução de políticas em geral e de reformas administrativas em particular, dentre outros fatores, ignora a natureza das agências governamentais e suas relações de dependência orçamentária que, aliados à aversão ao risco político que permeia as coalizões governistas em razão dos ciclos eleitorais, produz um elevado grau de ambigüidade na implementação das reformas administrativas no setor público, conduzindo-as à falha seqüencial. A ação das variáveis ambientais aqui identificadas funciona como mecanismo de fragmentação da política de mudança institucional da burocracia pública, gerando um hiato entre execução e objetivos das reformas administrativas que, em geral, são implementadas sob um padrão executor caracterizado como de uma "anarquia organizada", reproduzindo a lógica do modelo *garbage can* original, no setor público. Apenas com a eliminação das assimetrias de informação quanto à gestão pública é possível reduzir a propensão à falha das políticas de reformas administrativas.

Referências

- BORSANI, Hugo. (2003). *Eleições e economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina (1979-1998)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- CAIDEN, Gerald E. (1999). "Administrative reform: proceed with caution". in: *International Public Administration*, n° 22, vol. 6, p. 815-832.
- COASE, Ronald. (1980), "The problem of social cost". in: *The Journal of Law and Economics*, n° 03, p. 1-44.
- COHEN, Michael D.; MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. (1972). "A garbage can model of organizational choice". in: *Administrative Science Quarterly*, v. 17, n. 1, p. 1-25.
- DOWNS, Anthony. (1999). *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp.
- FEREJOHN, John. (1986). "Incumbent performance and electoral control". in: *Public Choice*, n. 50, p. 5-26.
- FERLIE, EWAN *et al.* (1999). *A nova administração pública em ação*. Brasília: Editora UnB/ENAP.
- KRÜEGER, Anne O. (1974). "The political economy of the rent-seeking society". in: *American Economic Review*, v. 64, n. 3, p. 291-303.

- LOWI, Theodore. (1964). "American business, public policy, case studies and political theory". *World Politics*, n. 16, p. 677-715.
- NORDHAUS, William D. (1975). "The political business cycle". in: *Review of Economy Studies*, n. 42, p. 169-190.
- NORTH, Douglass. (1998). *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal. Série Ensaios & Artigos.
- OLSON, Mancur. (1982). *The rise and decline of nations: economic growth, stagflation, and social rigidities*. New Haven; London: Yale University.
- REZENDE, Flávio da Cunha. (2004). *Por que falham as reformas administrativas?* Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- WITTMAN, Donald A. (1999). *O mito do fracasso da democracia: por que as instituições políticas são eficientes?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- TROSA, Silvie. (2001). *Gestão pública por resultados: quando o Estado se compromete*. Rio de Janeiro: Revan / Brasília: ENAP.

RESUMO

A "anarquia organizada" das reformas administrativas no setor público: uma abordagem à luz do modelo garbage can e do policy environment

Este artigo tem por objetivo a construção de um modelo analítico que contemple, simultaneamente, as variáveis ambientais das políticas públicas e o processo de tomada de decisão organizacional, para explicar o problema da falha seqüencial das reformas administrativas no setor público. Para isso elabora-se a junção de modelos de análise como o *garbage can* e o *policy environment* para explicar o fenômeno em tela, identificando um padrão de "anarquia organizada" na implementação das políticas públicas de reformas. **Palavras-chave:** políticas públicas; implementação de políticas públicas; reformas administrativas

ABSTRACT

The "organized anarchy" of administrative reforms in the public sector: an approach in the light of "garbage can" and "policy environment" models

This article has for objective the construction of an analytical model that contemplates, simultaneously, the environment variable of public policies and the process of organizational decision making, to explain the problem of the sequential failure of administrative reforms in the public sector. For this a combination of *garbage can* and *policy environment* analytic models are developed to explain the phenomenon in question, identifying a pattern of "organized anarchy" in the implementation of the public policy reform. **Keywords:** public policies; implementing public policies; administrative reforms

**PELEGOS, PUROS E MODERNIZADORES:
REFLEXÕES ACERCA DO TERMO
ASSISTENCIALISMO NO MOVIMENTO
SINDICAL BRASILEIRO**

*José Fernando Souto Jr.**

O problema

Este trabalho é uma tentativa de debater as questões políticas produzidas por parte da literatura acadêmica sobre o sindicalismo brasileiro. Dois problemas serão tratados aqui. O primeiro está relacionado à maneira como alguns estudos acadêmicos construíram uma interpretação do movimento sindical, entre as décadas de 1960 e 1990, que negou um papel ativo aos trabalhadores como sujeitos da transformação e, ao invés disso, enfatizou a determinação das estruturas sob o movimento dos trabalhadores.

O casamento entre um sujeito passivo (no caso aqui os trabalhadores) e estruturas que definem ações e políticas sindicais justificou, por outro lado, o segundo ponto a ser abordado, uma defesa de um modelo sindical específico. Assim, a literatura acadêmica trazida para análise ajudou ao contribuir para explicitar os dilemas da organização dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo sua vertente militante condenou práticas em detrimento de um modo “correto” de ação.

É neste ponto que entra a questão do ‘assistencialismo’. Indo um pouco mais atrás, percebemos que desde Vargas governos estimularam os sindicatos a praticar atividades assistenciais como forma de torná-los organizações mais colaborativas do que entidades de enfrentamento. Daí toda uma gama de críticas vindas tanto de lideranças sindicais como de intelectuais às práticas assistenciais. No entanto, as práticas assistenciais eram praticadas em sindicatos antes mesmo de 1930 e não excluía a característica de enfrentamento (cf. Fortes, 1998).

Mas é em cima dessa dicotomia – sindicato assistencialista *versus* sindicato de luta – que vai ser construída uma interpretação para o movimento sindical que opõe o ‘novo’ ao ‘velho’, o assistencial à luta, o pelego ao autêntico, o bom

* Agradeço ao parecerista anônimo de *Política & Trabalho* as sugestões que foram incorporadas ao texto final deste artigo.

ao ruim etc. Trabalhando com pares de oposição que nos sugerem inclusive uma percepção evolutiva dos fenômenos, “verdades” foram criadas no discurso da sociologia do trabalho enquanto o fenômeno “assistencialismo” permaneceu durante a década de 1980 e ganhou ainda mais força na década de 1990.

Portanto, o assistencialismo como prática nos sindicatos persistiu, mas pouco entendimento ainda existe sobre isso, a não ser as noções de senso comum propagadas há décadas. Por isso torna-se necessário o entendimento de diversas categorias e termos que organizaram um raciocínio sobre o assunto e que tem dificultado o seu entendimento do ponto de vista histórico-sociológico, já que foram muitos os significados que a questão do assistencialismo adquiriu em algumas produções que influenciaram no debate acadêmico, principalmente diante da pressão do chamado ‘novo sindicalismo’.

O argumento primeiro: o assistencialismo e o ‘novo sindicalismo’

A ‘prática assistencial’ tem estado presente nos sindicatos brasileiros desde o início do século, quando os sindicatos funcionavam como organização de ajuda mútua dos trabalhadores¹. Portanto, desde o período do mutualismo muitas entidades sindicais funcionavam servindo os seus sócios com assistência médica, jurídica, proporcionando lazer e, por vezes, até previdência.

Essas práticas não cessaram com o decorrer do tempo, e a criação da estrutura sindical, na década de 1930, terminou por facilitar a manutenção e expansão dos serviços assistenciais. A discussão sobre esse assunto tem focado uma relação de causa e efeito entre a estrutura sindical e as práticas assistenciais, sendo atribuída à estrutura e às lideranças pelegas a causa da existência do chamado ‘assistencialismo’ nos sindicatos.

Durante os períodos de autoritarismo, principalmente no pós-1964, os governos tenderam a reprimir pela força o movimento sindical reivindicativo, ao mesmo tempo em que tentavam desarticulá-los ao restringir o seu raio de ação apenas aos serviços assistenciais. Portanto, ao tratar dessas práticas nos sindicatos do Brasil, a literatura acadêmica tem demonstrado uma rejeição a este tipo de ação².

¹ Sobre isso, ver Rodrigues, 1968; Fortes, 1998; Rezende, 1981 e 1982.

² Estas ações assistenciais eram vistas como uma falta de identidade com formas de luta mais combativas que, de acordo com essa crença, mudaria a estrutura social por meio da ação sindical. Portanto, a ação assistencial simbolizava uma subordinação aos interesses do Estado e do capital. Exemplos claros dessa afirmação podem ser encontrados nos seguintes estudos clássicos: Erickson, 1979; Martins, 1979; Rodrigues, 1968; Rodrigues, 1981a, 1981b; Simão, 1966; Führtner, 1980; Humprey, 1979, 1982; Moraes Filho, 1978; Weffort, 1972; Almeida, 1975, 1984; Boito, 1991a, 1991b; Antunes, 1995, 1992, entre outros.

Em decorrência disso, a assistência tem sido tratada por parte da literatura como um efeito da estrutura sindical brasileira, argumento que nega aos trabalhadores um papel ativo. No entanto, estes só aparecem quando é relatado o papel do 'pelego', denominação valorativa que simboliza ações políticas e morais inaceitáveis dos dirigentes sindicais. Essa discussão, ao que tudo indica, envolve os signos presentes no sindicalismo brasileiro, que estão relacionados à história recente do país e a pontos de vista diferentes sobre o exercício da ação nos sindicatos.

No final da década de 1970, entrou em cena o chamado 'novo sindicalismo', representante de uma alternativa ao 'modelo autoritário' enfatizado pelos governos ditatoriais do regime militar de 1964. Os discursos que tentavam definir o 'novo' ressaltavam o lado 'não assistencial', 'próximo das bases', 'democrático', 'reivindicativo' e, por vezes, 'revolucionário'. A definição e a afirmação deste 'novo' modelo foi dada em oposição ao sindicalismo praticado nas décadas de 1960 e 1970, caracterizados como 'assistenciais', 'burocráticos', 'pelegos' ou, o que também se convencionou chamar, 'atrelados'³. Mais do que isto, na discussão que envolve a afirmação da identidade do chamado 'novo sindicalismo' há uma forte rejeição às formas de lutas dos sindicalistas que antecederam o período do golpe de 1964. O chamado 'novo sindicalismo' foi definido e afirmou-se rompendo com as experiências do passado⁴.

Durante os anos de atuação dos sindicatos caracterizados como 'novo sindicalismo' (1978 a 1998), boa parte dos sindicatos cutistas, por exemplo, tentou acabar com os serviços assistenciais, como uma forma de negar o papel desenvolvido por estas entidades nos anos anteriores. No entanto, não tem sido fácil, mesmo passados 28 anos após os primeiros conflitos no ABC, o rompimento com essas práticas. São evidentes as manifestações ainda presentes desses serviços nos sindicatos.

A sociologia do trabalho em São Paulo: predomínio da estrutura sob o sujeito

Começamos pela década de 1960, quando José Albertino Rodrigues lançou o livro *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, em 1968⁵. Nas várias fases recortadas pelo autor, cabendo a cada uma delas políticas de legislação sindical

³ Todos esses termos são valorativos e se referem aos sindicatos próximos ao governo ou que defendem a manutenção da estrutura sindical brasileira. É importante salientar que esses termos são imprecisos e, na maioria das vezes, são utilizados pelos grupos para desqualificar os adversários no jogo político.

⁴ Essa discussão aprofundada pode ser encontrada nos textos de Santana (1999a; 1999b), Mattos (1998), Blass (1999).

⁵ Quem iniciou essa discussão foi Evaristo de Moraes (1978) com o problema do sindicato único. Também da mesma época de José Albertino, ver (Rodrigues, 1966; Simão, 1966).

diferentes, ele avalia os efeitos da estrutura sindical brasileira na determinação e limitação das ações sindicais, e ao mesmo tempo faz uma análise sobre os vários segmentos atuantes no movimento sindical e suas formas de ação. Sua primeira consideração foi a seguinte:

Em primeiro lugar, aquela estrutura, que subordinou política e administrativamente o sindicato ao Ministério do Trabalho, **face à reduzida consciência de classe e escassa politização do proletariado**⁶, fez com que se facilitasse naturalmente o acesso a posto de direção dos novos sindicatos de indivíduos acomodados à situação e dispostos a servir de instrumento aos desígnios políticos da nova ordem (Rodrigues, 1968, p. 151).

Este foi o argumento que se tornou central nos demais estudos relacionados aqui. A estrutura foi imposta sem resistência aos operários porque não havia entre eles uma consciência de classe.

O autor identifica a estrutura,

Nos princípios que regem, ou melhor, que limitam a liberdade e autonomia sindical, da qual também já se tratou, constituem verdadeiros pontos cardeais da nossa estrutura sindical. Assim são eles: 1) unicidade sindical; 2) estrutura uniforme para empregados e patrões; 3) controle ministerial; 4) enquadramento por categorias profissionais definidas em termos das atividades econômicas e das empresas (cf. Rodrigues, 1968).

Esboçados os critérios que prendem os sindicatos ao Estado, essa tradição de estudos seguiu enfocando as análises nesses vínculos e na capacidade deles limitarem uma ação sindical de enfrentamento, o que indica uma subordinação dos sindicatos ao Estado.

Apesar de não citar na estrutura sindical o ‘pelego’⁷ (ponto importante para se entender a assistência), este livro fez crer que ele se adequava a ela (estrutura) como uma mão numa luva. Este, no ponto de vista do autor, é fruto dessa organização sindical oficial. O ‘pelego’ surgiu com a necessidade dos governos terem um maior controle sob as entidades sindicais, eles eram indivíduos dispostos a administrar e ampliar todo o aparato ‘burocrático’⁸. “*Enquanto persistir a atual*

⁶ Grifos meus.

⁷ O nome ‘pelego’ é retirado do objeto que fica entre o corpo do cavalo e a cela do cavaleiro, servindo, assim, para amaciar o atrito da cela com o corpo do animal. Ela ganha espaço como um rótulo depreciativo no movimento sindical, lembrando também o papel de sindicatos que amortecem as relações entre patrões, trabalhadores e Estado (cf. Füchtner, 1980, p. 97-101). Uma análise sobre este também pode ser visto em (Saes, 1981, p. 447-507).

⁸ O termo ‘burocrático’ tem sido utilizado na maioria dos textos da literatura especializada como um rótulo depreciativo com várias conotações envolvendo-o, ver sobre isso (Morais, 1993).

*estrutura sindical o 'peleguismo' subsistirá, pois é o elemento que leva à prática **aquelas formas de sindicalismo oficial** que as autoridades não podem realizar diretamente*" (Rodrigues, 1968, p. 154)⁹.

A contribuição do autor em apontar os efeitos negativos da estrutura sindical é evidente. Ao analisar a existência do 'pelego' e suas ações à frente dos sindicatos, ele classifica de maneira original o que este representa, significativo (d) "aquelas formas de sindicalismo oficial". A primeira razão para classificar os dirigentes sindicais de 'pelegos' seria a submissão deles frente aos governos, pois assim ganhariam dividendos em decorrência do prestígio adquirido com os governantes. Em segundo lugar, "as crescentes necessidades de caráter burocrático da organização sindical propiciavam e mesmo exigiam um tipo de dirigente que se dispusesse a lidar mais com papéis do que com indivíduos e massa de indivíduos" (Rodrigues, 1968, p. 151).

Com o discurso colocado de maneira dicotômica, sua atenção está voltada para a 'burocracia' que, supostamente, seria antagônica a uma entidade sindical que primasse pela luta e consciência de classe, a ponto de impedir o dirigente sindical de estar próximo à "massa de indivíduos". Nesse sentido, "papéis" está posto ao extremo de "indivíduos e massa de indivíduos". Nessa equação, estar perto de um é estar longe do outro.

Assim, o 'pelego' sempre contou com facilidades e trânsito livre, não apenas nas áreas governamentais, mas nas patronais também, pelo menos nas últimas décadas... Daí a caracterização corrente de adúlador dos poderosos e corruptos, que o torna exemplo típico de **traidor de sua classe**¹⁰ (Rodrigues, 1968, p. 151).

A percepção do que é ser pelego, no fragmento do texto acima, vai perdendo objetividade e, ao mesmo tempo, cresce sua imagem negativa diante da utilização crescente de adjetivos e de figuras de linguagem de forma pejorativa.

Voltando para a dicotomia 'burocracia' como oposto ao 'trabalho de conscientização dos associados', a primeira é representativa da estrutura sindical que prende os sindicatos, limitando suas ações e acomodando os dirigentes com as facilidades proporcionadas para conseguir recursos, pelo fato do sindicato ser oficial. Assim, o Imposto Sindical seria um estímulo às entidades sindicais que não conseguem seus recursos da capacidade de atrair novos filiados para o seu interior. Portanto, na construção desse raciocínio, esses fatores inviabilizariam uma ação mais reivindicativa, um sindicalismo mais combativo e, desta forma, o autor relaciona essas ações ao 'pelego', revelando existir dois tipos que desempenham este papel:

⁹ Grifos meus.

¹⁰ Grifos meus.

No sindicato o ‘pelego’ não toma a iniciativa no sentido de ampliar o quadro de associados, pois dispondo de uma fonte de receitas fácil e crescente como o imposto sindical – muitas vezes facilita evasões deste tributo ou fecha os olhos aos sonegadores – nem sempre deseja comprometer despesas muito elevadas com a assistência. Este é o tipo de ‘pelego’ ineficiente, naturalmente dentro de seu papel. Mas existe também o ‘pelego’ eficiente, o realizador, que é justamente aquele que aprimora extraordinariamente a atividade assistencial e tem orgulho dessas realizações, como se fossem a grande função do sindicato (Rodrigues, 1968, p. 152).

A tentativa de classificação objetiva do que é ser ‘pelego’ chega ao ponto de tornar-se uma anedota quando Rodrigues utiliza o adjetivo eficiente. Ao mesmo tempo em que a imagem é forjada por características negativas, ela vai sendo associada claramente à defesa de um modelo de sindicato específico que nega a função assistencial, vinculada ao ‘pelego’, o “traidor de sua classe”. Portanto, a equação ficou montada assim: a estrutura sindical permite a existência do pelego e este está ligado à assistência, que nas palavras do autor é um fator de “desvio do sindicato de seu campo peculiar”.

A análise da estrutura abre alas para o(s) sujeito(s)

Por volta de quatro anos após o lançamento do livro de José Albertino, ainda no contexto da ditadura militar, Francisco Weffort publicou um estudo sobre o movimento sindical que surgia depois do golpe, enunciando uma nova forma de ação. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*. Publicado em 1972, Weffort chamou atenção para as singularidades presentes na organização das greves de Contagem e Osasco. O ponto forte do trabalho foi a percepção do autor da independência alcançada pelos dois movimentos num momento em que a estrutura sindical estava acionada no sentido de impedir ações que fugissem ao controle do Estado. O significado dessa independência foi a constatação de que a estrutura estava em crise e não se adaptava ao novo perfil do operariado dessas áreas metropolitanas que apresentavam um desenvolvimento industrial complexo.

Nesse sentido, a eclosão do movimento indicava que a estrutura não estaria servindo mais aos operários, nem tampouco às funções de controle do governo¹¹ (cf. Weffort, 1972, p. 92). O exemplo era que os operários estavam se organizando de baixo para cima, organizados por local de trabalho, não seguindo o padrão

¹¹ Também seguem uma proximidade com essa análise Humphey, 1979 e 1982; Moisés, 1981.

de ação das antigas cúpulas sindicais, comuns aos comunistas e aos dirigentes vinculados ao sindicalismo na década de 1950¹².

Manifesta-se nelas, seja no plano da orientação, seja no plano da organização, uma atitude de **independência** em face do Estado e das empresas que, quaisquer que sejam as qualificações a serem feitas, se diferencia bastante dos hábitos do sindicalismo do período populista. Segundo me parece, é precisamente esta posição de independência que oferece seu interesse para um exame das possibilidades atuais do sindicalismo no país (Weffort, 1972, p. 11).

Quando o autor trabalha o termo independência ele parece se dirigir para uma explicação que não vai ficar presa à estrutura. Isso fica evidente na descrição de inúmeras lutas cotidianas em vários sindicatos, apesar do controle do Estado. Weffort tenta buscar as causas não apenas nas estruturas econômica ou sindical. Mas é a estrutura sindical o objeto predominante em sua análise e pouco crédito é dado às organizações paralelas¹³.

A sua análise trouxe a compreensão de que a estrutura sindical não poderia ser uma chave explicativa que fosse capaz de determinar as relações entre os agentes históricos. Dessa forma, ele colocou a responsabilidade pelas ações políticas nas escolhas das lideranças, negando assim a avaliação do problema como decorrência apenas de fatores externos. Para justificar sua posição, citou duas idéias principais que justificaram sua análise:

Primeiro, o elevado nível de atividade sindical observado antes de 1964 se explicaria essencialmente pelo interesse dos governos em utilizar o movimento operário como 'força auxiliar'. A ênfase nesta proposição terminou por fornecer uma interpretação meramente mecânica da situação de dependência do movimento sindical, em verdade um fenômeno até certo ponto contraditório, só explicável por referência ao amplo e complexo esquema de aliança de classes em que se apoiava. Em segundo lugar, esta concepção se caracterizou por colocar uma ênfase tão forte nas condições *externas* ao movimento operário que sua dinâmica interna tendia a ser vista sempre como um reflexo direto das determinações estruturais de ordem econômica, social etc. (Weffort, 1972, p. 89).

Com esta afirmação ele concluiu: "creio que seria conveniente manter presente na interpretação dos movimentos de Contagem e Osasco a dupla determinação, externa e interna" (Weffort, 1972, p. 89). Mas como fazer isso?

¹² Sobre isso ver (Rodrigues, 1981a e 1981b; Weffort, 1973).

¹³ Sobre as organizações paralelas ver (Rodrigues, 1968; Santana 1999a; 1999b; Mattos, 1998).

Para pensar as influências internas e externas ele avalia a dinâmica das relações sindicais. “O Estado financia os sindicatos através de um imposto que garante a parte mais substancial de seus orçamentos”. Por conta disso, os sindicatos são uma extensão do Estado, sendo esta a sua condição real, pois dependem deste financeiramente, sendo esta a base da dependência política. “Segundo, a maioria dos sindicatos tem um baixo nível de participação e de representação”. Este segundo fato aumentaria ainda mais a sua dependência, porque enfraquece sua capacidade de se impor “às injunções externas, em especial as que vêm do poder público”. Mas o efeito da baixa participação tem como causa:

As atividades assistenciais do Estado são geralmente precárias, os sindicatos passaram a usar os fundos públicos que recebiam para criar seus próprios serviços assistenciais. O resultado deste processo foi que não apenas a prática dos sindicalistas criou uma esdrúxula concepção do ‘sindicato assistencial’, **como o crescimento das funções assistenciais do sindicato terminou por sobrepujar suas funções de representação**¹⁴ (Weffort, 1972, p. 28).

A análise tentou trazer para os agentes a explicação para a pouca ou quase nenhuma autonomia do movimento dos trabalhadores, foi na conveniência da convergência dos interesses dos trabalhadores com o dos governantes. Para Weffort, esse fato criou uma situação no mínimo “esdrúxula”. A associação com o assistencialismo levaria assim a sobrepujar as funções de representação da entidade.

O problema para o autor é a despesa da entidade sindical para financiar os serviços, que seriam maiores que as contribuições individuais. Nestes termos, a entidade sindical necessitaria estar sempre recorrendo aos auxílios do imposto sindical. Esse fato desencadearia um outro problema e, por conta disso, a organização sindical não teria interesse em conquistar novos sócios, pois isso provocaria novos déficits em seu orçamento: “a sindicalização não pode nunca ir além do limite orçamentário que é definido, por um lado, pelas atividades assistenciais e, por outro, pelo montante recebido do imposto” (Weffort, 1972, p. 28)¹⁵.

¹⁴ Grifos meus.

¹⁵ Füchtner (1980, p. 61) compartilha dessa informação: “A situação financeira de um sindicato é tanto melhor quanto for menor o número dos seus membros, ou seja, quanto menos pessoas, para com as quais ele tenha obrigações, reivindicarem os seus serviços”. Humphrey (1982, p. 138-139) afirma sobre esse mesmo assunto: “Parecia haver muito pouca tentativa no sentido de aumentar o número de sócios. Na verdade, um advogado trabalhista ligado ao sindicato alegou-me que a entidade desencorajava deliberadamente os operários de se unirem a ela, porque as mensalidades pagas pelos novos sócios eram em geral menores do que o custo dos serviços que usavam”.

Não há o que duvidar sobre o argumento de que os sindicalistas, ao disporem do imposto sindical, poderiam se acomodar com relação à conquista de novos filiados, mas será que isso foi a regra geral? Não seria difícil de comprovar se o preço das despesas assistenciais seria um fator ainda maior para a distância da base. O problema é que este argumento prima pela interpretação de que os dirigentes não teriam nenhum compromisso com os trabalhadores e por isso praticavam o assistencialismo. Ele homogeneiza o perfil das lideranças na figura simbólica do ‘pelego’, que aqui não aparece textualmente. Tira das práticas assistenciais qualquer possibilidade de legitimidade. Caso contrário, como explicar o financiamento das entidades de mútuo socorro ou de solidariedade, tão comuns aos operários no Brasil do início do século¹⁶?

O problema do argumento é que mais uma vez a posição contrária às práticas assistenciais foi vista como herança de uma política maldita ou esdrúxula, irmã siamesa do peleguismo, prática nefasta e corrompida. Por trás disso está a defesa de um modo de gestão sindical específico, ideal de intelectuais democratas e de esquerda, que pregavam um modelo de sindicato inversamente proporcional ao modelo assistencial, que fosse um ‘sindicato representativo’, ‘combativo’ e ‘democrático’. Este argumento fora forjado há décadas e serviu como semente para o que se convencionou chamar de ‘novo sindicalismo’.

Parecia que os trabalhadores e seus sindicatos iam ganhar, nesse raciocínio, um status de sujeitos históricos em detrimento de uma análise que se concentrasse nos efeitos da estrutura. No entanto, o entusiasmo rumo à independência parou aí. O problema esbarrou novamente na estrutura sindical e no assistencialismo, visto como prática perversa. Assim como em José Albertino, Weffort construiu uma interpretação com uma análise centrada na estrutura e em seus impedimentos e associou esta ao assistencialismo. Mais uma vez embutido no argumento estava o que *deveria ser* uma entidade sindical, ou seja, independente e não assistencial. O problema era que isso não existia naquele momento, então o problema sociológico passou a ser a descoberta das razões pelas quais o movimento sindical não era o que se esperava que fosse.

Weffort inaugurou o argumento de que a estrutura sindical estava em crise por causa do surgimento de um novo operariado, em decorrência de uma nova estruturação industrial pela qual o país passava. Em meados da década de 1970, Maria Hermínia Tavares de Almeida, em seu texto *O sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas* (1975, p. 49), desenvolveu esta tese¹⁷.

¹⁶ Sobre o período mutualista e a organização de caixas de auxílio mútuo no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, ver os trabalhos dos seguintes historiadores: Fortes, 1998; Rezende, 1981 e 1982; Souto, 1999.

¹⁷ “A idéia central que ora desenvolvemos – a inadequação da estrutura sindical brasileira para fazer face aos novos problemas criados pela grande empresa moderna – foi-nos sugerida por nosso orientador, professor Francisco C. Weffort”.

A autora partiu do seguinte pressuposto para desenvolver seu trabalho: “Estará em crise a organização sindical instituída durante o Estado Novo?” (1975, p. 50). Ela, assim, utilizou o esquema de Kenneth Erickson para explicar a montagem da estrutura sindical brasileira¹⁸.

Ao tratar dos serviços assistenciais a autora apenas pontuou a associação entre estes e a estrutura sindical por meio do imposto. A partir de considerações como esta a autora chegou logo depois à hipótese de seu trabalho:

Nossa hipótese é que os dispositivos legais da CLT foram ideados, e de alguma forma se adequavam a um tipo de estrutura industrial e, portanto, a uma determinada classe trabalhadora, característica do período de domínio das chamadas indústrias tradicionais de bens-salário (1975, p. 58).

Ela empreende um raciocínio de que vai ser a ‘estruturção’ de uma nova classe trabalhadora (como resultante das transformações na estrutura industrial), a responsável pela inadequação da estrutura sindical. Essa nova ‘estruturção’ seria responsável por uma heterogeneidade da classe trabalhadora, que impediria que ela se adaptasse a uma tutela estatal concebida para uma classe homogênea, em que salário e qualificação eram bem diferentes.

A responsabilidade por essa heterogeneidade estrutural da classe trabalhadora seria dada pela mudança do parque industrial brasileiro por grandes firmas modernas, geralmente empresas estrangeiras que utilizariam tecnologia avançada, pagariam salários melhores e trabalhariam com altas taxas de produtividade. O resultado disso seria novos temas reivindicatórios, tais como prêmios de produtividade, sistemas de classificação e promoção, redução da jornada de trabalho etc. Esses temas têm consonância com a idéia de uma participação maior dos trabalhadores na gestão da empresa. Como contraponto a isto, a legislação não teria evoluído nesse mesmo sentido.

Por este raciocínio sindicatos e estrutura estão intimamente ligados e, a partir da inviabilidade da legislação, a conclusão foi de que provavelmente os sindicatos também se tornaram um instrumento inadequado de luta, tendo em

¹⁸ Segundo este autor, “o sistema trabalhista no Brasil consiste em três estruturas principais: os sindicatos, a previdência social e a Justiça do Trabalho. Os sindicatos devem representar os interesses dos trabalhadores, fornecer alguns serviços sociais e colaborar com o governo. A previdência social deveria prestar assistência social moderna, na base de contribuições sociais e do governo, embora tenha deixado de atingir, em muitos aspectos, os seus alvos declarados. A Justiça do Trabalho foi constituída para julgar disputas entre empregadores e empregados, e ilustra bem a característica da cultura política brasileira de procurar evitar o conflito direto, canalizando os problemas através das vias burocráticas” (Erickson, 1979, p. 53). Para descrever e analisar a interferência da Justiça do Trabalho, a autora também cita José Albertino Rodrigues (1979, p. 54-55).

vista o novo leque de reivindicações. As novas demandas políticas surgiram principalmente no fim da década de 1960, seriam geradas pela constituição de novas condições objetivas que favoreceram o surgimento desse novo operariado, tendo como modelo típico os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que se diferenciavam dos operários urbanos mais antigos e lotados nas pequenas e médias empresas nas décadas de 1940 e 1950.

Nas palavras da autora, foram os operários de São Bernardo do Campo e São Paulo que deram início a uma proposta política organizatória “mais afinada com os interesses do setor ‘moderno’ dos assalariados fabris” (1975, p. 71)¹⁹. Esse operariado inaugurou o que a autora chamou de ‘novo sindicalismo’, seu argumento enfocou muito pouco o papel das escolhas dos trabalhadores nesse processo, enfatizando o papel das estruturas.

Dentro desse esquema teórico que privilegiava a análise das estruturas e formava o argumento central para aquilo que se convencionou chamar de ‘novo sindicalismo’, em 1984, Almeida fez a seguinte afirmação (1984, p. 201):

Contraditoriamente, a função assistencialista, que pervertia e desnaturava o sindicato como arma de combate²⁰, permitiu que não se cortassem por completo seus vínculos com a base. Novos associados continuaram a procurar o sindicato, para fazer uma consulta médica, cortar o cabelo ou processar o seu empregador na Justiça do Trabalho.

O assistencialismo continuou sendo entendido como algo negativo, mas pela primeira vez era interpretado com uma faceta positiva. Porém, ainda aqui, não houve nenhum investimento intelectual para compreendê-lo. Pelo contrário, continuaram as afirmações de condenação. A centrada apenas na estrutura, como todas apresentadas aqui não conseguiram compreender o sentido para a continuidade de tal prática, ficando apenas no plano da condenação.

A análise sob a estrutura voltou a se fechar novamente

Dando prosseguimento ao tipo de abordagem do movimento sindical brasileiro e os impedimentos causados pela estrutura sindical, Texeira de Souza

¹⁹ Humphrey (1982, p. 145-146) faz uma análise parecida, ao descer ao chão de fábrica ele chama atenção para a importância das escolhas políticas dos trabalhadores nas suas formas de luta. Dessa maneira, esse autor justifica as diferenças de atuações entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e do ABC, ambos localizados no campo de reestruturação industrial citado pela autora, explicando assim a combatividade maior do Sindicato do ABC.

²⁰ Grifos meus.

Martins, em seu livro *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*²¹, discutiu a burocratização que os sindicatos sofreram desde a década de 1930 para possibilitar o cumprimento das tarefas determinadas pelo Estado²².

O pontapé da autora para o desdobramento da sua pesquisa saiu do seguinte problema: “é possível uma prática política dentro do sindicato burocrático?”. A partir daí ela fez a primeira classificação que permeou a sua análise, tratou de diferenciar o ‘dirigente sindical burocrata’ do ‘militante’, este presente antes de todo o processo de regulamentação que resultou na estrutura sindical. Nessa fase,

O Sindicato exercia uma função imediata de conquista da regulamentação do trabalho urbano que não existia e uma **função mediata de transformação da sociedade**. As entidades sindicais eram, então, dirigidas pelo *militante*, **líder operário que enfrentava a repressão política**, encarregada de resolver a ‘questão operária’²³ (Martins, 1979, p. 183).

Estabelecida esta classificação dicotômica entre o ‘militante’ e o ‘burocrata’, a autora conclui que os sindicatos serviram ao processo de acumulação capitalista por conta do excessivo controle do Estado, manifestado ora pela racionalização técnica da administração e impessoalidade da legislação, transformando o ‘militante’ em ‘burocrata’ (o que impediu uma ação do sindicato de confronto), ora pela ameaça da violência, como forma de conter o ímpeto de luta dos operários. Assim ela concluiu, a partir de 1937, “definiu-se, então, para o sindicato como função básica, a representação das categorias profissionais junto ao governo e a administração da assistência social” (1979, p. 183). Não é difícil encontrar na análise centrada na dicotomia e na estrutura, a continuidade com os argumentos anteriores e a defesa de um modelo específico de sindicato. Aqui a assistência foi percebida como uma ação de imposição do governo, de enquadramento, à qual os operários não reagiram.

A autora terminou o seu livro um tanto quanto descrente com a situação do movimento sindical e, de maneira melancólica, guardou uma esperança de que um dia não se conseguisse controlar as ações políticas dos operários:

²¹ O livro foi decorrência da sua dissertação de mestrado defendida em 1975, tendo como avaliadores autores já citados aqui. Foram eles: Azis Simão (a quem o livro é dedicado), José Albertino Rodrigues e Francisco C. Weffort.

²² A conclusão da autora sobre isso é a seguinte: “Concluimos, portanto, que o *reconhecimento do poder do sindicato, na verdade, consistiu na sua integração ao sistema como instrumento do desenvolvimento capitalista do país*. Neste sentido, todas as solicitações e determinações impostas ao sindicato, de 1937 até aqui, têm o sentido de favorecer a consolidação do capitalismo industrial no Brasil” (Martins, 1979, p. 185).

²³ Grifos meus em negrito, o da autora está em itálico.

Privados de seu principal instrumento político de luta – a greve – e tolhidos nas reivindicações salariais, que lhes permitia aproximarem-se da base operária, *os dirigentes sindicais conseguem, apenas, formular reivindicações de cunho reformista*. Atuando em um sindicato que não foi concebido nem organizado pelo Estado para permitir a ‘produção da consciência proletária’, o dirigente sindical espera, simplesmente, garantir aos trabalhadores de sua categoria uma distribuição *mais justa* da renda que eles ajudaram a gerar. Condenando as ‘injustiças’ do capitalismo, não são capazes, entretanto, de explicá-lo e, portanto, de negá-lo ideologicamente. Resta saber, contudo, se conseguem conter a prática política dos operários (Martins, 1979, p. 186).

Nessas palavras também é possível perceber, sobretudo, o papel dos sindicatos defendido por ela. Trata-se do sindicato que transforme a sociedade, ou seja, o sindicato socialista, capaz de negar ideologicamente o capitalismo e não ficar preso às reivindicações reformistas. Mas como não foi possível a este modelo prevalecer, como seu estudo deixa claro, por conta da estrutura não ter permitido, ela, para não perder as esperanças, acaba depositando nas mãos dos operários a possibilidade de que a prática política deles não seja contida.

Para Martins, a ‘assistência’ é vista como um aspecto da burocratização, imposta pelo Estado aos sindicatos, com o intuito deste servir ao desenvolvimento capitalista como amortecedor nas relações entre capital e trabalho. Um elo que media a relação entre trabalhadores e Estado. Como exemplo de seu argumento está os anarco-sindicalistas do início do século XX, que gozavam de uma maior liberdade sindical e sem

Atribuições assistenciais. Contudo, no sentido amplo do termo, a resistência e o combate implicavam em uma ação política que se exercia através da propaganda das idéias anarquistas e do preparo de greves de reivindicações imediatas, concebidas como via para greve geral revolucionária (...) o sindicalismo e a greve constituíram a mais expressiva forma de organização e ação política da classe operária (Martins, 1979, p. 15)²⁴.

As sucessivas regulamentações limitaram as ações sindicais e fizeram a autora concluir que a função dos sindicatos era promover a conciliação entre patrões e empregados, “tornou-se peça importante na política de paz social e colaboração das classes, posta em prática. Substituiu-se a função originalmente política²⁵ do sindicato pela administrativa-assistencial” (Martins, 1979, p. 185). A função administrativa-assistencial está oposta à função política, que nesse caso é a revolucionária.

²⁴ Dentro da perspectiva de ressaltar os pontos positivos do movimento sindical na fase anterior a 1930, em contraposição aos anos posteriores, ver Simão, 1966, cap. 4.

²⁵ Grifos meus.

As análises da década de 80 e o novo sindicalismo

Os discursos construídos com dicotomias não cessaram com os estudos acima. Com o advento do ‘novo sindicalismo’, Leôncio Martins Rodrigues – que também tocou no assunto da estrutura sindical²⁶ – escreveu sobre esse novo movimento surgido no final dos anos 1970. Em seu texto “As tendências políticas na formação das centrais sindicais” (1991), Rodrigues produziu uma análise sobre o movimento sindical dos anos 1980 e, apesar de não conceituar o que era o ‘pelego’, utilizou o termo ‘sindicalistas autênticos’ para definir o grupo de dirigentes que deu início ao que se chamou de ‘novo sindicalismo’. Portanto, os sindicalistas que faziam parte de sindicatos oficiais, mas não se submeteram ao controle determinado pelo Estado, foram vistos como ‘autênticos’, numa referência direta que se contrapunha aos ‘pelegos’. Seguindo o mesmo raciocínio, no mesmo trabalho o autor incorporou a esse grupo outros grupos de sindicalistas, denominando-os de ‘combativos’, ‘sindicalistas opositoristas’ e ‘sindicalistas puros’.

A crítica aqui diz respeito à continuidade da manutenção das dicotomias e seus significados. Depois de a assistência ter sido associada ao termo pelego e ao que constitui a estrutura sindical, é de se esperar que esses termos classificatórios encubram as contradições ao reproduzir as associações feitas anteriormente. Manteve-se assim o argumento anterior em defesa de um sindicato representativo, compreendendo por isto um modelo reivindicativo, não assistencial.

Com uma perspectiva diferente de Leôncio, quanto à inserção dos ‘novos sindicalistas’ dentro dos sindicatos oficiais, Armando Boito Jr. passou a investigar, também nos anos 1990, a estrutura sindical. O livro foi a publicação de sua tese de doutoramento em Sociologia, na Universidade de São Paulo, em abril de 1989, *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical* (1991a). Faziam parte de sua banca, entre outros, o Professor Leôncio Martins Rodrigues e a Professora Heloísa H. T. de Souza Martins. Também em outro texto, “Reforma e persistência da estrutura sindical” (1991b), publicado em livro organizado por ele mesmo, *O sindicalismo brasileiro nos anos 1980*.

Assumindo a influência das teorias estruturalistas de Louis Althusser²⁷, o autor preocupou-se com os “elementos invariantes da estrutura do sindicato de Estado...”. Ao colocar o problema nesses termos, ele afirmou que a estrutura sindical é um todo organizado, no aparelho do Estado, constituído de partes

²⁶ Sobre isso ver textos do autor que indicam essa mesma linha de pensamento com relação à estrutura e ações sindicais (Rodrigues, 1981a; 1966).

²⁷ Ver em Silva (1998, p. 47-56) a perspectiva de Edward Thompson com relação ao estruturalismo de Louis Althusser.

invariantes e intransponíveis à ação do movimento sindical. Portanto, pode-se afirmar que os trabalhadores não terão status de agentes históricos aqui. Dessa forma, a estrutura revela seu lado inflexível. Diante disso, já é possível apreender qual é a sua tese: a continuidade da estrutura sindical.

O autor compreende a existência de partes da estrutura mais flexíveis em alguns períodos, mas, ao ressaltar o lado invariante desta, Boito pôs limites a esta flexibilidade, ao mesmo tempo em que armou uma espécie de armadilha para si mesmo, pois não haveria, assim, nenhuma ação que não fosse, de alguma forma, influenciada, determinada pela estrutura. Nem mesmo as denominadas “correntes representativas” conseguiriam furar o cerco e servir de referência para alguma outra coisa além da “tutela” exercida pelo Estado.

Mas o que diferencia Boito dos outros autores? Na verdade, em relação aos que defendem que a estrutura está em crise, o autor respondeu que essa idéia está equivocada. O que estaria em crise seria “o modelo ditatorial de gestão”.

Diferente de Leôncio M. Rodrigues, ele afirmou que “o movimento grevista de 1978 surge e se organiza fora dos sindicatos oficiais” (1991b, p. 68). Ele discorre em seu trabalho demonstrando que esse movimento que começou, segundo ele, fora da estrutura oficial, aos poucos foi se integrando a ela, pois, apesar dos enormes avanços, a investidura sindical – a outorga pelo Estado do poder de representação dos trabalhadores aos sindicatos oficiais – é um dos elementos invariantes do poder concedente do Estado, e por isso os sindicatos permanecem reproduzindo uma relação de submissão.

O problema da ‘assistência’, dada a organização do pensamento desse autor, volta a ser um efeito resultante da estrutura.

A principal – e praticamente única – atividade dos milhares de sindicatos oficiais no período de 1968-1978 consistiu em implantar ou expandir grandes e dispendiosos serviços assistenciais – serviços médicos, odontológicos, laboratoriais, jurídicos, colônias de férias etc. – convertendo esses sindicatos em espécies de agências da previdência social (...) O novo sindicalismo, formado nos anos de 1978-1980 (...) desalojou o peleguismo de dezenas de sindicatos oficiais importantes e mantém a hegemonia na Central Única dos Trabalhadores. Contudo, para crescer teve de afastar-se de suas tendências iniciais, que apontavam para um sindicalismo **mais organizado e eficaz**²⁸ (Boito, 1991b, p. 47 e 91).

A discussão acima repetiu o que já havia sido dito de outra forma anteriormente: uma incapacidade dos trabalhadores de furar o cerco da estrutura sindical e guiar o movimento para uma ação mais ‘eficaz’, mais ‘política’ e também

²⁸ Grifos meus. Sobre o Estado, o populismo e os sindicatos, ver o clássico de Angela de Castro Gomes (1988).

menos assistencial, e esta é colocada como praticamente a única atividade no período 1968-1978, ou seja, além de furar o cerco do controle do Estado, tudo leva a crer que cabe aos sindicatos seguir o caminho que a teoria escolheu, ou melhor, a perspectiva política dos autores.

Boito aliou, como fizeram outros autores, o ‘pelego’ à estrutura sindical, e definiu este das seguintes maneiras: em um primeiro momento aponta-o como exemplo o sindicalista governista, o autor afirma em um rápido comentário: “deixemos de lado os sindicalistas pelegos, isto é, aqueles que funcionam como agentes do governo no movimento sindical” (1991a, p. 95). No outro trabalho Boito coloca as coisas assim: “a grande maioria das diretorias dos sindicatos oficiais era ‘pelega, isto é, governista” (1991b, p. 46). Depois define sindicalistas cutistas como não ‘pelegos’, sendo a referência CUT quase uma espécie de atestado ‘antipelego’ (cf. 1991a, 109).

O ‘pelego’ seria o sindicalista ligado por fortes laços aos políticos do governo e, por isso, um conservador. Como os demais intelectuais que escreveram sobre o assunto, seu discurso vem carregado de conotações negativas a respeito destes. Para Boito, este tem como única aspiração a garantia da permanência do sindicato oficial. Mas os ‘pelegos’ são, também, de acordo com o seu ponto de vista, “antimonopolistas, antiimperialistas e contra as reformas nos latifúndios”. Isto parece ser também importante para definir quem é e quem não é ‘pelego’.

No entanto, Boito (1991a, p. 249) definiu o que queria ver como papel dos sindicatos e, dessa forma, explicitou suas queixas com relação às ‘*correntes sindicais burguesas*’ que afastaram o papel dos sindicatos de seu verdadeiro destino: a revolução. Segundo ele, “predominam nesse aparelho sindical correntes sindicais burguesas, isto é, que separam a luta sindical da luta revolucionária, impondo ao sindicalismo concepções, objetivos e métodos de luta que o afastam da revolução”. Mais uma vez este tipo de estudo busca uma explicação para entender porque os sindicatos não eram aquilo que se esperava que fossem. O lugar de onde Boito fala é o do velho militante comunista de esquerda que sonha com o sindicato revolucionário.

Antunes escreveu *O novo sindicalismo no Brasil* (1995)²⁹ e se assemelhou com Leôncio Rodrigues em seu argumento inicial. Para ele, o ‘novo sindicalismo surgiu da atuação dos sindicalistas dentro da estrutura sindical e “pouco a pouco, foi iniciando um lento processo de mudança e transformação desta mesma estrutura sindical atrelada” (Antunes, 1992, p. 44); assim ele difere de Boito.

O autor chama a atenção ao definir a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) que, na sua opinião, “*aglutinava centralmente*” aquilo que ele chama de ‘esquerda tradicional’ (PCB e MR8), “além de amplos segmentos ligados à burocracia sindical e mesmo ao peleguismo que, com o advento do novo

²⁹ Desse autor, ver também (1988; 1992).

sindicalismo, iniciou um projeto de modernização sindical” (1995, p. 36). Dessa maneira, o ‘pelego’ aparece ligado à burocracia sindical, mas com os novos tempos procurou modernizar o seu perfil. Depois, ao falar sobre as disputas dentro da CGT e da criação da Força Sindical, ele se referiu a Luiz Antônio de Medeiros como um agente com a finalidade de “derrotar o peleguismo mais atrasado” (1995, p. 37).

Dessa forma, podemos concluir que se existiu o ‘peleguismo atrasado’ foi porque havia um mais avançado. Neste caso, fica implícito que o ‘peleguismo mais avançado’ seria o próprio Medeiros, responsável pelo ‘sindicalismo de resultados’. Sua diferença com relação ao ‘peleguismo atrasado’ é que ele seria responsável por uma nova feição no movimento sindical brasileiro: neoliberal e burguesa, e este “é algo distinto do peleguismo (sempre atrelado ao Estado e dele porta-voz) e conforma o que caracterizamos como sendo a nova direita no movimento sindical” (1995, p. 39). Em primeiro lugar, o peleguismo sempre esteve atrelado ao Estado e foi de direita. Sendo assim, conclui o autor: “a nova direita não pretende confundir-se com o sindicalismo que sustentou o peleguismo (...) A direita saiu da defensiva; não precisa mais do peleguismo. Ideologizou e ‘modernizou’ o seu discurso. Metamorfoseou-se” (Antunes, 1995, p. 41).

O ‘pelego’ era a direita do movimento sindical, agora camuflada, a ‘nova direita’ não tem mais hábitos ‘peleguistas’, mas é uma decorrência destes. Então, a ‘nova direita’ metamorfoseada deixou de ser atrelada ao Estado e, por isso, não precisa do ‘peleguismo’.

Portanto, o ‘pelego’ não é apenas o ‘sindicalista oficial’ (isto sem contar que a própria idéia de ‘oficial’, nesses termos, já implica uma preocupação ideológica de reprovação), mas um conjunto de coisas que levam a vários lugares. De sindicalista que tenta preservar a estrutura, a sindicalista conservador em suas atitudes e seus relacionamentos, essas definições trazem uma crítica à atitude servil e oportunista. Esse conjunto de significados atrelados ao ‘pelego’ (essa figura bizarra) estariam definitivamente fora do sindicalismo brasileiro com o fim da estrutura sindical. Mas as referências ao ‘pelego’ servem, em contrapartida, para se entender o que era o ‘novo sindicalismo’, ou seja, o que ele não era.

Para Antunes, o ‘novo sindicalismo’ resgatou a dimensão da luta “contra a superexploração do trabalho, contra a legislação repressiva que regulava a ação sindical, contra o sindicalismo atrelado, [que] configurou ao movimento desencadeado no ABC paulista uma ação econômica de clara significação política” (Antunes, 1995, p. 12).

Dessa forma, o autor discorre sobre alguns fatos que indicam a diferença do ‘novo’ em relação ao ‘velho’ modo de agir das lideranças nos sindicatos. Entre suas referências encontramos uma forte defesa da luta sindical de confronto.

Traçou várias ações desse modelo (“novo sindicalismo”), que agiu dentro da estrutura sindical, mas enfatizando o crescimento em áreas não tradicionais do movimento sindical brasileiro, tais como os funcionários públicos, além dos novos tipos de enfrentamento manifestados em várias categorias e até aquelas em que as lutas chegaram a casos limites, exemplificados pelos trabalhadores que ocuparam fábricas nas situações mais adversas, como os metalúrgicos de Volta Redonda que resistiram à invasão do Exército em novembro de 1988, e três operários foram assassinados, ou o caso dos metalúrgicos da Mannesmann (MG) em 1989, que resistiram à Polícia Militar dentro da fábrica. Esses casos representaram para o autor a dimensão limite que essas lutas tomaram, sendo, por isso, significativas de um modo bastante diferente de ação, contando com a sua aprovação ou como um modelo que poderia ser seguido³⁰.

Para ele, “o movimento sindical se afirmou como único interlocutor capaz de negociar e reivindicar pautas de âmbito nacional. E as ações grevistas ampliadas consolidaram esta tendência” (Antunes, 1995, p. 22). Nesse sentido, ele abriu espaço para enfatizar a importância da autonomia dos sindicatos frente aos partidos e ao Estado. Para isto, defendeu a necessidade das entidades sindicais (sindicatos e centrais) “assumirem uma postura nitidamente anticapitalista”. Ele continua: “e não é possível incorporar esta postura sem assumir o ideário e a ação socialistas” (Antunes, 1995, p. 33). Este argumento é semelhante ao de Heloísa Martins e ao de Boito.

Em determinado momento, Antunes passou a analisar o movimento sindical após a constituição de 1988 e se deparou com um certo abandono do perfil que marcou o início dos anos 1980. Tal situação foi significativa, para o autor, das “lacunas teóricas, políticas e ideológicas no interior da CUT”. Dessa forma, ele fez a seguinte sugestão para reverter o quadro em que o movimento sindical se encontrava naquele momento: “neste caso, além da combatividade anterior, era necessária a articulação de uma análise aguda da realidade brasileira com uma perspectiva crítica e anticapitalista, de nítidos contornos socialistas” (1995, p. 53).

Pode-se concluir, a partir do que foi dito, que a estrutura sindical tem recebido uma grande atenção dos pesquisadores, no entanto, o olhar tem sido direcionado para os seus efeitos “determinantes”, esquecendo-se do que possivelmente existiria independente dela. Dessa maneira, a única mudança que talvez mereça uma atenção voltada para as pessoas e menos para a estrutura foi

³⁰ Mattos afirma (1998, p. 70): “o eixo principal da análise de Antunes concentra-se no estudo das tendências mais gerais dos movimentos grevistas”.

aquela do rompimento com tudo de uma só vez, parecia que somente assim a luta seguiria o seu 'destino'³¹.

As interpretações dadas ao novo sindicalismo na berlinda

Seguimos com os autores citados até aqui fazendo uma defesa explícita de um modelo de ação/gestão sindical. Uma das primeiras críticas encontradas com relação a estes autores pode ser vista em Mattos. Para ele,

É possível perceber a permanência de uma questão de fundo cara aos primeiros estudos sobre o tema. Trata-se da noção de que a classe trabalhadora possui um destino. Na versão mais engajada, esse destino seria o da ação política visando à revolução social, tendo nos sindicatos e partidos de esquerda seus instrumentos de ação. Numa vertente mais moderada, o destino tomado como parâmetro é o da ação sindical como caminho para conquistas materiais dos trabalhadores, respeitando-se os limites da economia de mercado, tomada como um dado. De uma forma ou de outra, páginas e páginas foram escritas para explicar porque a classe operária brasileira 'não foi': não foi socialista e sindicalmente engajada, como supõe o modelo europeu e não foi adepta do 'sindicalismo de negócios', conforme o paradigma americano (Mattos, 1998, p. 80).

Portanto, esta tem sido a ênfase da discussão dos autores citados: a incapacidade da classe trabalhadora em seguir um caminho já pré-definido. Nesse sentido, a assistência vem como uma espécie de vírus para desarticular o movimento nascente do sindicato de barganha, reivindicativo e revolucionário. Ora por conta da assistência, ora a causa foi a incapacidade dos trabalhadores ao não romper com os aspectos da ideologia populista, do espontaneísmo, do voluntarismo, do controle.

Desde as primeiras regulamentações da década de 1930, na verdade 1937-

³¹ Segundo Castoriadis (1985, p. 11-78), a idéia de 'destino' colocado à classe operária tem suas influências nos teóricos 'marxistas', como Lênin, Rosa Luxemburgo e o próprio Marx, entre outros. Essa idéia parte das dicotomias teóricas que estabeleceram limites e separações entre o 'imediato' e o 'histórico', entre a determinação 'política' e a 'econômica', o 'partido' e o 'sindicato'. Para este autor, essa discussão terminou por gerar um sem número de teorias do 'papel histórico do operariado' que se apoiavam na inevitabilidade de um colapso econômico do capitalismo, capaz de desencadear a 'revolução'. Tal idéia também alia-se ao pressuposto leninista de que os operários deixados a si mesmos podem apreender apenas atividades sindicais imediatas. O autor parte desse pressuposto também para chamar a atenção de como a história do movimento operário tem sido apenas a história dos trabalhadores organizados.

1945, os estudos sobre o sindicalismo vêm chamando a atenção, como tentamos demonstrar, para os aspectos da estrutura sindical. Com o golpe militar de primeiro de abril de 1964, a estrutura foi acionada de maneira mais rígida e os regulamentos fizeram com que os sindicatos cumprissem com o papel cada vez mais assistencial. Os decretos e intervenções do Ministério do Trabalho garantiram o cumprimento desta obrigação. O imposto sindical foi vinculado à assistência³². Mas, os vínculos entre os sindicatos e a assistência são anteriores à montagem de todo esse aparato.

Todo o processo de intervenção e castração das relações democráticas, iniciada em 1964, só começou a ruir com os protestos do final da década de 1970, no entanto, a estrutura sindical permaneceu com algumas alterações com o passar dos anos. Assim, esta é tida, em grande parte, como a responsável pela existência dos serviços assistenciais, quando este não é o caso.

A nova postura do movimento sindical foi denominada de ‘novo sindicalismo’. Este defendia a bandeira da democracia na sua organização interna e também para a sociedade, garantindo legitimidade para uma ação combativa, onde as greves foram o seu melhor exemplo.

Então, a conduta assistencial está associada à ausência de barganha na ação desses sindicatos; a falta de representatividade dos interesses da base pelos interventores ou pelos dirigentes tidos como mais moderados, e aí são comumente chamados de ‘pelegos’, são colocados em um mesmo plano e servem de afirmação ao ‘novo sindicalismo’ que se define de forma oposta.

A desqualificação das práticas assistenciais, *a priori*, tem dificultado a apreensão dos fatos, pois a discussão caminha em direção a um debate onde se afirma ser a assistência um ‘desvio’ das finalidades da entidade sindical e a ação devendo ser política, no sentido de privilegiar o confronto. Existe assim uma divisão entre os que prestam e os que não prestam assistência. Os sindicatos assistenciais foram/são tidos como menos representativos dos interesses dos associados. Há um embate político-ideológico presente no cotidiano sindical e

³² “Através do decreto-lei n.º 2.377 de 8 de julho de 1940, que se deu a regulamentação do chamado Imposto Sindical (hoje denominado Contribuição Sindical). Aliás o parágrafo único do artigo 38 do decreto 1.402 já previa que, tanto o modo de determinação da taxa das contribuições, quanto o processo de pagamento e cobranças delas seriam estabelecidos em regulamento especial. E, assim, fixando que todos os indivíduos pertencentes a uma categoria profissional deviam ter um dia de salário descontado anualmente, criou um substancial fundo para o sindicato, garantindo, dessa maneira, sua sobrevivência enquanto organização sindical. Entretanto, estabeleceu um rígido controle de sua utilização que, por lei, só podia ser feita em serviços de caráter assistencial: agências de colaboração, assistência à maternidade, médica, dentária e judiciária, escolas de alfabetização ou pré-vocacionais, cooperativas de consumo ou de crédito, colônias de férias, bibliotecas e finalidades esportivas” (Martins, 1979, p. 63-64).

na discussão da Sociologia do Trabalho que tem reproduzido esses discursos em forma dicotômica.

Humphrey (1979), por exemplo, afirmou o seguinte sobre o assistencialismo: “Os trabalhadores (...) querem um sindicalismo assistencial (...) mas porque não têm consciência de classe. Sobre a ideologia do atraso, ela não existe, o que existe é a falta da consciência provocada pela má penetração nas fábricas por parte dos sindicatos”. Mas em 1982 afirmou que foi por meio da assistência que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo iniciou o processo de conquista da confiança dos operários, aliando a reivindicação, inclusive, com a melhora dos serviços assistenciais (cf. Humphrey, 1982, p. 130-131).

Segundo Fortes (1998), o debate especializado tem reproduzido a afirmação de que a estrutura sindical foi imposta de cima para baixo sem resistência. Dessa forma, o autor chama atenção para o fato dessas interpretações terem sido pensadas como se as ações de regulamentação que resultaram na estrutura sindical houvessem sido planejadas por um grupo, numa espécie de conspiração, de maneira retilínea e sem resistência dos trabalhadores. Segundo o autor:

O processo de intervenção estatal nos rumos do sindicalismo confrontou-se com uma longa tradição de organização operária. Apesar das debilidades identificáveis nesta tradição, seria necessário negar qualquer agência histórica aos trabalhadores para se imaginar que uma instituição totalmente desvinculada do que fora por eles definido como funções de uma organização operária poderia legitimar-se e mesmo conquistar sua adesão ativa, como em muitos momentos veio a se verificar com os sindicatos oficiais (Fortes, 1998, p. 04).

Portanto, Fortes, no seu estudo de caso com dois sindicatos – Padeiros e Metalúrgicos do Rio Grande do Sul –, tenta mostrar que o vínculo com a assistência foi anterior às regulamentações por parte do Estado na década de 1930, e vem mesmo do início do século com o chamado mutualismo. Além do mais, a própria montagem da estrutura sindical e seu vínculo com a assistência se deveu também, como comprovou o autor, às necessidades pelas quais passavam o movimento operário no início do século, quando não havia previdência para a maioria dos trabalhadores e o país já dava mostras de sua industrialização.

No caso brasileiro, ao enfrentar esta problemática no período decisivo para a constituição e consolidação dos sindicatos com suas características institucionais atuais (meados dos anos 1930 a meados dos anos 1940), necessitamos lidar com um problema adicional. A ascendência demiúrgica do Estado sobre a questão social no pós-1930 tem obscurecido o tratamento desta problemática, ao reforçar a tendência a análises maniqueístas que contrapõe à idéia de um puro movimento pré-1930, reino da autonomia operária, a uma visão de que a instituição sindical pós-1930 teria

um caráter absolutamente heterônomo. Reduzido a ser uma extensão do aparelho estatal, o sindicato oficial nem sequer poderia ser analisado do mesmo modo que as ‘verdadeiras’ organizações do movimento operário (Fortes, 1998, p. 07).

Nos textos observados aqui, todos os que criticaram a assistência a associaram ao imposto sindical e à estrutura sindical, mas também optaram e cobraram, claramente, uma ação de sindicato reivindicativo, por vezes lembrando dos anarquistas do início do século como um modelo ideal.

A assistência tem sido vista como algo ‘primitivo’, ‘infantil’ ou ‘menor’. Faz-se necessário um esforço para entendê-la fora de qualquer modelo pré-concebido. Fortes (1998), citando um sociólogo italiano, faz a seguinte observação:

A concepção contemporânea de sindicato reivindicativo seria o resultado de um conflito entre modelos distintos de organização sindical ocorrido na década de 1890, contrapondo experiências das Bolsas de Trabalho (de grande peso na França, Bélgica e Itália) e a tradição dos sindicalismos alemão e inglês (Ferraris *Apud* Fortes, 1998, p. 05).

O resultado disso foi a derrota da experiência gestionária das Bolsas de Trabalho e outras formas de combinação “mutualidade/resistência”. Esse fato teria proporcionado a estatização da mutualidade. Esse fato revelou, ainda segundo o autor,

O limite do sindicalismo de ação direta (herdeiro da tradição mutualista-horizontal), cuja negação da política institucional entrava em choque com a experiência das próprias massas, que sustentavam crescentemente a necessidade da intervenção estatal pela via da legislação trabalhista (Fortes, 1998, p. 06).

Cabe a esse trabalho procurar o entendimento da assistência entendendo as ambigüidades e contradições do movimento operário, pois não se trata de um caminho pré-concebido ou retilíneo. Dessa forma, entende-se aqui o papel dos homens como agentes de seus destinos, como sujeitos de suas histórias agindo e reagindo com as várias estruturas.

O que ficou demonstrado acima foi que boa parte da Sociologia do Trabalho nos anos 1980 e 1990 trabalhou com uma idéia de que o movimento sindical tinha um ‘destino’ a perseguir e, em cima disso, acreditou-se que a assistência tinha sido um ‘desvio’ do suposto ‘papel dos sindicatos’ ou dos ‘operários’. Cabe destacar o papel desempenhado por essa literatura, no sentido de querer uniformizar a compreensão do sindicalismo e desejar outro caminho diferente daquilo que ele, de fato, vem trilhando.

Na década de 1990, Mattos fez um apanhado das publicações sobre o

‘novo sindicalismo’, incluindo a maior parte desses autores. O autor destaca em seu livro *Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro (1955/1988)* a ausência de uma perspectiva que permitisse enxergar um agente histórico na maior parte dessa literatura citada acima.

Sua análise foi pautada na busca do entendimento das escolhas dos indivíduos no processo político, enquanto aqueles enfatizam uma leitura, pode-se dizer, institucional do processo histórico. Em decorrência disso, as escolhas dos agentes não são percebidas ou, o que é pior, são negadas.

Para Mattos,

Por volta de inícios dos anos 1960, no entanto, a permanência das amarras do sindicalismo oficial parecia ainda mais inquietante. Da constatação desta permanência derivavam duas conseqüências em termos de padrão de análise dos estudos então realizados. Uma primeira consistia na recuperação histórica do momento do início do século, em que sindicatos autônomos e trabalhadores combativos pareciam oferecer um contraste interessante para análises comparativas com o pós-1930. Já a segunda derivava da concessão de um privilégio analítico às relações entre composição da força de trabalho (do ponto de vista de uma estratificação econômico-social) e as atividades sindicais, na explicação das contradições e impasses do movimento sindical no chamado período populista (Mattos, 1998, p. 55-56).

Esta linha de pensamento norteou as análises acadêmicas nas décadas de 1960 e 1970, principalmente, chegando à década de 1980 e 1990 com um viés analítico que enfatizou e afirmou a concepção do ‘novo sindicalismo’ em oposição ao sindicalismo do pré-1964³³.

Interessante notar que alguns trabalhos antropológicos com relação à Terceira Idade têm revelado as queixas de antigos sindicalistas às novas lideranças, pelo desprezo que estes têm dado à estrutura assistencial construída por eles quando estavam à frente do sindicato.

³³ Santana (1999a, p. 140), citando Hobsbawm, revela as tensões presentes na construção da identidade do novo movimento no meio acadêmico. “A participação de destaque dos intelectuais na invenção de tradições, consolidando e/ou destituindo representações e práticas acerca do passado, já foi assinalado por Hobsbawm (1984, p. 21). Segundo ele, este processo utilizaria a história como legitimadora de ações e, enquanto cimento de coesão social, se tornando em ambos os aspectos, ela mesma, o próprio símbolo do conflito. A história que “se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento” corresponderia, em grande medida, “àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo”.

Os aposentados – particularmente os que poderíamos classificar como de extração ‘comunista’ ou ‘petebista’ pré-1964 – acusam os sindicalistas da ativa – particularmente os que classificaríamos como extração ‘cutista’ – de propagarem a falsa imagem de que os velinhos eram ‘todos pelegos’ e cristalizarem uma falsa oposição entre assistencialismo e participação (Simões, 1998, p. 23).

O depoimento de um deles, descrito por Simões (1998, p. 23), revela o conflito de gerações e a ruptura presente entre o ‘novo’ e o ‘velho’³⁴:

Eles [os dirigentes do sindicato] têm outra ótica do que é sindicalismo. Por exemplo, nossa sede é uma sede bonita, até rica mesmo; isso foi construído com recurso próprio do trabalhador. Não houve empréstimo de jeito nenhum. Essa turma acha que sindicalismo não é isso. Tem de começar tudo de baixo. Nós não concordamos. Foi uma coisa que nós construímos. Não existe esse assistencialismo que eles falam. Houve uma época em que não tinha nada... O INPS sempre foi ruim. O Inamps sempre foi ruim. Então nós pusemos laboratório, o gabinete dentário e tudo mais. Isso deve permanecer. Começam por aí as divergências entre o pessoal antigo, que é o aposentado, e o pessoal jovem.

Desta forma, o dilema dos sindicatos com o assistencialismo é um problema que merece ser estudado com atenção, pois trata-se de uma demanda que de fato existe e diz respeito a um problema da ausência de universalidade dos serviços de assistência à saúde por parte do Estado.

Cardoso (2003), baseado na pesquisa mensal de emprego de 1996 do IBGE, apontou os seguintes resultados sobre filiação em sindicatos. Os resultados foram os seguintes:

Tabela 1 - Razões para filiação a sindicatos em seis regiões metropolitanas: 1996.

Razões para a filiação	Proporção
Assistência médica	56,6
Assistência jurídica	58,8
Atividades esportivas/lazer	20,7
Participação política	17,1
N	13.714

³⁴ Sobre isso, ver o artigo de Morel & Pessanha (1991).

A idéia aqui não é discutir a pesquisa mensal de emprego do IBGE daquele ano, mas demonstrar como o tema ainda é atual e tem sido a razão de inúmeras filiações a organizações sindicais por parte dos trabalhadores. Na minha perspectiva, o tema ainda vem sendo observado com pouco cuidado.

Dois questões merecem atenção para quem estuda qualquer tipo de assistencialismo. O termo “assistencialismo” tornou-se um adjetivo pejorativo. Falta-lhe legitimidade, ele se tornou visível demais. Isto vale tanto para a literatura acadêmica que trata do assunto, quanto para as lideranças sindicais. O problema existe e todos sabem disso e o equívoco está exatamente neste ponto, todos pensam que sabem tudo sobre o assunto e, a partir daí, é forjada uma percepção enganosa de que o problema está resolvido, mas o que há é um falso ‘consenso’. Os diversos sentidos que lhe envolvem precisam ser capturados pela investigação. Isso remete ao papel do pesquisador de elaborar sua problemática de modo a desconstruir esta percepção.

O segundo ponto é paradoxal ao primeiro, os agentes envolvidos nas tramas políticas pesquisadas enxergam o problema de maneira ambígua, sejam eles as próprias lideranças sindicais ou os pesquisadores que se ocuparam de condená-lo. Isto indica uma manipulação dos sentidos do termo de acordo com o contexto político. Ora vêem o assistencialismo como um símbolo negativo (principalmente durante os anos 1980), ora o enxergam como positivo (anos 1990).

A sugestão para compreensão do tema, dentro da perspectiva de classe e que permite olhar as estratégias sindicais de maneira menos determinista, seria utilizando a concepção de classe de Edward Thompson. Segundo este autor:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (...) a classe é uma relação, e não uma coisa (...) ‘ela’ não existe, nem para ter um interesse ou uma consciência ideal, nem para se estender como um paciente na mesa de operações de ajuste (...) Evidentemente, a questão é como o indivíduo veio a ocupar esse ‘papel social’ e como a organização específica (com seus direitos de propriedade e estrutura de autoridade) aí chegou. Estas são questões históricas. Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições.

A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição (1987, p. 09-14)³⁵.

Referências

- ALMEIDA, M. Hermínia T. de. (1975). “O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”, *Debate & Crítica*, nº 6: 49-74.
- _____. (1981). “Tendências Recentes da Negociação Coletiva no Brasil”, *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 24 (2):161-89.
- _____. (1984). “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança”, in Almeida, M. & Sorj, B. (Org), *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: 2ª edição. Brasiliense, p: 191-214.
- ALVIM, Rosilene. (1997). *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia.
- ANTUNES, Ricardo. (1995), *O Novo Sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes.
- _____. & NOGUEIRA, Arnaldo. (1981). *O Que São Comissões de Fábrica*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1995). “Dimensões da crise contemporânea do sindicalismo: impasses e desafios”, in *Adens ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, p. 57-72.
- _____. (1992). *A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. Campinas: Edunicamp.
- _____. (1988). *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil (um estudo sobre consciência de classe: da revolução de 30 à Aliança Nacional Libertadora)*. São Paulo: Cortez.
- BEYNON, H. (1995a). “A destruição da classe operária inglesa?”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27; 5-17.
- BLASS, L. M. da Silva. (1999). “Novo sindicalismo: Persistência e descontinuidade”, in Iram Jácome Rodrigues. (Org) *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes.

³⁵ Grifos meus. Para Hobsbawm (1987, p. 274), “as classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam a mudar”. Beynon (1995a, p. 06), ao discutir os conflitos da classe operária inglesa nos anos 1990 afirma: “torna-se viável pensar a classe operária inglesa nos moldes da ‘Longa Revolução’ que Raymond Williams descreveu de modo tão eloqüente – um processo em que os padrões industriais e tecnológicos mudam, mas os valores e as crenças permanecem e até se desenvolvem em virtude da continuidade de práticas culturais e formas institucionais de vida adaptadas às novas condições. Dentro desse raciocínio, a classe operária inglesa não teria se ‘formado’ em 1832, conforme uma certa leitura de Edward Thompson poderia levar a crer; na realidade, ela teria passado, e continuaria passando, por um processo de permanente fazer-se e refazer-se, tomando como referência, a cada momento, as instituições e valores já estabelecidos”.

- BOITO, Armando Jr. (1991a). *O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP.
- _____. (1991b). “Reforma e persistência da estrutura sindical”, in: A Boito Jr. (org), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 43-91.
- CASTORIADES, C. (1985). ‘Introdução: a questão da história do movimento operário’, in *A Experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense.
- DEBERT, Guita Grin. (1998). “A antropologia e os estudos dos grupos e das categorias de idade” in: Myrian M. Lins de Barros (Org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas ed. p. 49-68.
- ERICKSON, K. Paul. (1979). *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- FORTES, Alexandre. (1998). Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. UNICAMP, (mimeo).
- FÜCHTNER, Hans. (1980). *Os sindicatos brasileiros: organização e função política*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GOMES, A. Castro. (1992). *Trabalho e previdência: sessenta anos em debate*. Rio de Janeiro: CPDOC.
- _____. (1988). *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais.
- HOBSBAWM, Eric. (1981). *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1987). *Mundos do trabalho*. 2ª ed, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- _____. (1998). “E. P. Thompson” in A. L. Negro & Sérgio Silva (orgs), *Textos didáticos: E. P. Thompson*. Campinas: n° 10, vol 2.
- HUMPREY, John. (1979). “Operários da indústria automobilística no Brasil: novas tendências no movimento trabalhista”, *CEBRAP*, 23: 81-163.
- _____. (1982). “Fazendo o “milagre”: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes/São Paulo: CEBRAP.
- LEITE LOPES, J. Sérgio L. (1988). *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Marco zero, UNB, MCT/CNPq. São Paulo: p. 07-91.
- MANGABEIRA, Wilma. (1993). *Os Dilemas do Novo Sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- MARTINS, Heloísa H.T de S. (1979). *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. São Paulo: HUCITEC.
- MATOS, Marcelo B. (1996). “Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro”. Orientador: Angela de Castro Gomes. Niterói: UFF. Tese de doutoramento (Doutorado em História).
- MORAES, Evaristo de (1978). *O problema do sindicato único no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Alfa Ômega.
- MORAIS, Jorge V. de. (1993a). “Assistencialismo, ‘burocracia’ e novo sindicalismo, 1978-1989”, *Caderno CRH*, 19:58-78.
- MOREL, Regina & PESSANHA, Elina. (1991). “Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos no Rio de Janeiro”. in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 17. Out/91. ANPOCS/ Relume Dumará, São Paulo.

- _____. & MANGABEIRA, W. (1994). “‘Velho’ e ‘novo’ sindicalismo e uso da justiça do trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da companhia siderúrgica nacional”. *DADOS*, nº 37, vol 1. IUPERJ, Rio de Janeiro.
- MOISÉS, J. Álvaro. (1980). Qual é a estratégia do novo sindicalismo?. Reunião do Grupo de Trabalho de Movimentos Laborais, Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), México. (mimeo).
- PEIXOTO, Clarice. (1998). “Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade...” in. Myrian M. Lins de Barros (Org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas ed., p. 69-84.
- RAMALHO, J. Ricardo. (1989). *O Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1999). Trabalho e sindicato em tempo de reestruturação produtiva. (mimeo).
- REZENDE, Antônio P. (1982). “Aspectos do movimento operário em Pernambuco: 1914-1920”, in *Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro*, nº 02, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- _____. (1981). “A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900/1922). Tese de Mestrado. UNICAMP.
- RODRIGUES, Leôncio M. (1981a). “O PCB: dirigentes e a organização”, in B. Fausto.(org). *História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e política-1930-1964*. São Paulo: DIFEL, p 129-38, p 508-60.
- _____. (1981b). “Sindicalismo e classe operária 1930-1964”, in B. Fausto (org). *História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e política-1930-1964*. São Paulo: DIFEL, p 129-38, p 508-60.
- _____. (1991). “As tendências políticas na formação das centrais sindicais”, in A. Boito Jr. (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 11-42.
- _____. (1966). *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: DIFEL.
- RODRIGUES, J. Albertino. (1968). *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: DIFEL.
- RODRIGUES, Iram Jácome. (1990). *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. Rio de Janeiro: FASE/São Paulo: Cortez.
- _____. (1991). “As comissões de empresa e o movimento sindical”, in A. Boito Jr. (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.137-70.
- SAES, Décio. (1981). “Classe média e política no Brasil”, in B. Fausto (org). *História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e política-1930-1964*. São Paulo: DIFEL, p 447 - 507.
- SANTANA, Marco Aurélio. (1999a). “Política e história em disputa: o ‘novo sindicalismo’ e a idéia da ruptura com o passado”, in Iram Jácome Rodrigues (Org). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1999b). Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, Nº 41, Vol. 14, São Paulo: outubro de 1999.
- SILVA, Sérgio. (1998). “Thompson, Marx, os marxistas e os outros”, in A. L. Negro & Sérgio Silva (orgs), *Textos didáticos: E. P. Thompson*. Campinas: nº 10, vol 2.
- SIMÕES, Júlio A. (1998). “A maior categoria do país: o aposentado como ator político” in. Myrian M. Lins de Barros (Org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas ed., p. 07-34.

- STUCCHI, Deborah. (1998). "O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria" in. Myrian M. Lins de Barros (Org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas ed., p.35-46.
- THOMPSON, E.P. (1987). *A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2 ed. p. 9-14.
- _____. (1987). *A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2 ed.
- VIANNA, L. Werneck. (1976). *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1983). "A classe operária e a abertura". São Paulo: CEFIRA.
- WEFFORT, Francisco C. (1972). *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968*. São Paulo: CEBRAP (mimeo).
- _____. (1980). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra.
- WERNER, H. Pignatari. (1981). *Raízes do movimento operário em Osasco*. São Paulo- SP: Cortez Editora.

RESUMO

Pelegos, puros e modernizadores: reflexões acerca do termo assistencialismo no movimento sindical brasileiro

Este estudo tenta entender algumas análises sobre o sindicalismo brasileiro feitas por alguns estudos clássicos da Sociologia do Trabalho entre as décadas de 1960 e 1990, que vincularam o assistencialismo à estrutura sindical brasileira. A importância dessa discussão deve-se ao fato de que os estudos analisados aqui se tornaram referência na construção teórica do que se convencionou chamar de ‘novo sindicalismo’.

Palavras chaves: sindicalismo; assistencialismo; estrutura sindical

ABSTRACT

Pelegos, purists and modernizers: reflections regarding the term assistentialism in the Brazilian trade union movement

This study attempts to understand some analyses by classic labor sociology studies of Brazilian trade unionism between the 1960's and 1990's, which relate assistencialism to Brazilian trade union structure. The importance of this discussion is due to the fact that the studies which are analyzed here have become a reference for the theoretical construction of which is conventionally called ‘new syndicalism’.

Keywords: trade unionism; assistencialism; trade union structure

Recebido para apreciação: junho de 2005

Aprovado para publicação: agosto de 2005

Resenhas

FERREIRA JR., Edísio; MARTINS, Iara; MEDEIROS, Kátia (orgs.). 2005. *Sociologia da Violência: textos sobre juventude e mídia*. João Pessoa: Editora Universitária/PPGS – UFPB.

Elaine Müller

O livro organizado por Ferreira Jr., Martins e Medeiros se detém sobre um dos problemas sociais mais discutidos na academia e no senso comum no contexto atual – a violência – em suas interfaces com a juventude e com a mídia.

Questões como: *qual o lugar dos jovens nas relações de violência urbana? qual o papel da mídia nestas relações? e de que forma a categoria classe social é articulada nas representações sobre a violência?* são trabalhadas em seis artigos de pesquisadores e professores de áreas diversas como Sociologia, Antropologia, Psicologia, Comunicação, Letras e Direito.

Em “A despersonalização e os abusos na exposição das vítimas de homicídio”, de Edísio Ferreira Júnior e Kátia Medeiros, é explorada a linguagem visual do jornal A Folha de Pernambuco ao retratar as vítimas de homicídio. Em geral, neste jornal são priorizados os planos fechados, valorizando os ferimentos e o sangue no corpo da vítima. O texto que acompanha as imagens, em geral privilegiando a denúncia dos homicídios, mas sem contextualizá-los, contribui para a banalização da denúncia, além de compor, junto com as fotografias e da escolha de determinada matéria e determinados grupos em detrimento de outros, uma estética do *trash*.

Giovanna de Araújo Leite, em “Ethos do caso Serrambi no Jornal Folha de Pernambuco”, analisa o *Caso Serrambi* – composto por notícias e comentários sobre os assassinatos de duas garotas de classe média alta do Recife – através da noção de *ethos*. Ao contrário dos casos analisados nos outros artigos do livro, aqui o tratamento dado pelo jornal às vítimas reserva um cuidado especial em caracterizá-las como vítimas, expondo as imagens não de seus corpos mortos, mas das jovens vivas e sorridentes, acompanhadas dos discursos comovidos de seus familiares.

Em “Feminino e masculino: a construção social da diferença entre os jovens e sua relação com a mídia”, Iara F. de Melo Martins, Maria da Luz Olegário e Rosângela de Araújo Lima falam da violência de gênero à qual as jovens e os

jovens estão submetidos na construção de papéis sexuais através (e com) a mídia.

O artigo de Luciana Ribeiro, “‘Um dia a gente tem que morrer mesmo’: uma experiência etnográfica sobre as mortes de jovens infratores na cidade de Olinda/PE”, o único do livro que não trata da mídia, a autora reflete sobre a morte de quatro de seus dez jovens interlocutores num período de cinco meses, a maneira como a “morte” – um tema recorrente nas vidas destes jovens – é por eles representada e vivenciada.

No artigo de Sheylla Maria Mendes, “A produção das notícias de violência nos jornais impressos do Estado da Paraíba”, são tratados os abusos na editoria policial dos jornais na construção de notícias, na sua maioria, praticados contra as classes menos favorecidas da população, através de uma “valorização exagerada do fato policial” que criminaliza a pobreza.

Em “Imagens da menoridade: juventude e violência nos registros fotográficos de um periódico maranhense”, Yuri Michael Pereira Costa discute a representação dicotômica da juventude nas notícias sobre violência no Jornal Pequeno: entre “jovem-bandido” e “jovem-inocente” não parece haver um meio termo.

Em termos gerais, os seis trabalhos têm perspectivas diferentes de reflexão sobre a violência, mas alguns temas parecem ser recorrentes. Assim, o papel da mídia é questionado, e os autores apontam para a forma como ela é também um agente da violência, através da reflexão sobre os fatos e atores privilegiados nas notícias e do seu tratamento.

Segundo Sheylla Maria Mendes, podemos observar uma discrepância entre o número de denúncias feitas na delegacia e os relatos pela imprensa, pois esta notícia apenas aqueles “que considera interessantes”.

...Por isso, o conflito que se trava no interior dos meios de comunicação gira em torno do ato de selecionar e de nomear, pois nele se encontra o poder de definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, correspondendo, portanto, a um ato de seletividade e de exclusão. (p. 79).

Mais do que o papel de noticiar à sociedade os fatos violentos que acontecem, a mídia tem assim o poder de escolher e decidir o que é notícia e o que não é. Para Yuri Michael Pereira Costa, por exemplo, as fotografias de crianças e adolescentes nos jornais “funcionam como ‘vitrines’”. “O ‘desgaste’ da notícia repetida é eliminado. ‘Falar de menor’ é sempre algo atrativo” (p. 100).

Não é só a idade que aciona preferências por parte dos jornais. O mesmo

acontece com a classe social. Mendes aponta que as violências nas classes pobres geralmente viram manchetes, por serem consideradas “mais sensacionais e emocionantes” (p. 81).

A ausência de contextualização e de uma visão crítica dos casos de violência noticiados parece ser outro ponto recorrente, segundo os artigos do livro. Para Edísio Ferreira Júnior e Kátia Medeiros, uma “inação crítica” contribui para a banalização e estandardização de certos tipos de violência, servindo “como justificativa de uma pretensa naturalidade na aceitação da existência em uma mesma sociedade de dois mundos, o da ordem e o da desordem” (p. 25).

As imagens de homicídio são apresentadas como um produto padronizado que supõe um olhar homogêneo. Perde-se o potencial crítico contra estas relações que despersonalizam o indivíduo morto, tratando-o como um produto exposto ao consumo. Confirma-se o existente como natural e inevitável, impedindo uma reflexão que ultrapasse a mesmice do exposto (p. 21).

Relações entre *pobreza e criminalidade* e entre *juventude e violência* também são apontadas pelos autores do livro e a falta de um olhar crítico por parte dos editoriais contribui para essa construção.

Mendes resgata Fausto Neto para refletir como as reportagens são enviesadas, uma vez que não abordam a totalidade da juventude e associam o comportamento violento a uma determinada classe. Para a autora, “a violência não é só dos pobres, nem de todos os pobres” (p. 81).

Luciana Ribeiro, embora não esteja tratando da mídia, também aponta para essa relação pobreza-criminalidade, e para a necessidade desconstruí-la:

Se pensar por essa lógica associando a pobreza à criminalidade, conseqüentemente tenderemos a crer que todos os jovens de classes populares são potencialmente criminosos e violentos. Ao afirmar que a violência e os atos ilícitos juvenis restringem-se às classes populares, estaremos reforçando preconceitos e injustiças sociais que vigoram há séculos (p. 67).

Ao falar da veiculação de imagens de crianças e adolescentes no jornal, Costa afirma que esta obedece ao “complexo e dinâmico jogo de representações sobre a juventude (re)produzido pelos jornalistas” (p. 101). As visões da minoridade, por parte destes profissionais, obedecem a uma dualidade: por um lado, os “jovens-vítimas” são vistos como incapazes de se defender, “pois duas

ações cotidianas não mantêm relações com o mundo da violência” (*sic*, p. 103). No lado oposto, o “jovem-bandido” é assim identificado segundo o grau de envolvimento que possui com o “mundo do crime”, “a autoria de uma única infração não confere a condição de ‘criminoso’ ao jovem, pois pode ter consistido apenas em um ‘deslize qualquer’. O que importa para a tipificação como ‘jovem-bandido’ é a reiteração de infrações” (p. 105).

Este “poder” da mídia também é apontado por Ferreira Júnior e Medeiros quando falam da “estética do *trash*”. Para os autores, o *trash* corresponde à forma como o corpo da vítima de homicídio deve se visto pela sociedade: com o desprezo à sua dor, da mesma forma como foi desprezada a sua vida.

A estética do *trash* deve corresponder à percepção e a sensação que o fotojornalista tem, no ato fotográfico, de estar diante de uma vida socialmente desqualificada e deteriorada. O *trash* é a forma como o corpo encontrado morto deve ser visualizado pela sociedade. Como este mesmo corpo já fora anteriormente desqualificado e ‘morto’ simbolicamente pela sociedade (Farias Jr., 2003), o ato da sua representação não pode contradizer tudo que era esperado dele (p. 27).

A estética do *trash* reitera, assim, a relação entre pobreza e criminalidade, na medida em que a vítima pobre do homicídio é vista, antes de tudo, como o responsável por sua própria morte; alguém que, por seus atos criminosos, merecia aquele fim. Tanto a Folha de Pernambuco, como o Jornal Pequeno parecem aí valorizar a carreira da vítima a despeito da contextualização do fato que gerou a notícia. E a recorrência do noticiamento de determinadas violências e não de outras produz os culpados pelos males urbanos, sem questionar criticamente os contextos sociais nos quais a população pobre vive.

Ainda sobre a forma como a classe social da vítima influencia no tratamento que lhe é dado nos editoriais dos jornais analisados, o trabalho de Giovanna de Araújo Leite sobre o *Caso Serrambi* é bastante ilustrativo. Se a morte de jovens pobres é banalizada, através da exposição abusiva de suas imagens e de textos que reiteram que estes jovens caminhavam para este fim, ou, o que é pior, que de alguma forma mereciam este fim, no caso das duas garotas de classe média alta, o tom é completamente diferente. Aqui aparecem as vozes dos parentes das vítimas pedindo justiça, as imagens das jovens vivas e sorridentes, e as satisfações da polícia à sociedade quanto ao andamento das investigações. Se a vítima pobre tem sua dor ignorada, na morte destas duas garotas,

...o discurso da família é incorporado para dar reconhecimento de um crime incomum e dramático, pois a violência está em todos os lugares e classes sociais e, como protesto, a enunciação dá visibilidade ao ‘tom’ de protesto emocional no momento do sepultamento das adolescentes, no título e na fotografia, ilustrando a mãe e a irmã de Maria Eduarda vestidas de branco, simbolizando um *ethos* contrário à violência: *Ao invés do preto, o branco* (*sic*, p. 48).

Podemos perceber aí que a maneira como os jornais selecionam os fatos que serão notícias, escolhem os atores privilegiados destas notícias e os tipificam vai além de um viés no retrato da vida social. Ela colabora para toda uma “organização do mundo”, em que a violência é banalizada e os bandidos e mocinhos têm perfis e lugares bem delimitados. Desta forma, a recepção da notícia, por parte do leitor, de certa maneira também é produzida. Se os jornais escolhem no mundo da violência os fatos que irão gerar as notícias mais impactantes, os leitores, por sua vez, esperam as maiores crueldades (segundo Mendes, p. 79).

Outras duas miradas são dadas sobre a relação juventude-violência no livro. Olhando pelo outro lado da violência – o dos seus produtores que geralmente viram notícia, os jovens infratores – Luciana Ribeiro traz novos elementos para o debate em torno de violência, pobreza e juventude. Falando sobre os discursos e atitudes dos jovens que os aproximam da morte (“a maioria das vezes, a sua própria”), Ribeiro afirma que “Sentimentos de virilidade e poder se misturam a temores pelo inesperado. Uma vida breve, com alguns prazeres e satisfações conquistadas acima de tudo e de todos, uma morte dura, rápida e de poucos pesares” (p. 74).

O artigo de Ribeiro tem um tom testemunhal de quem acompanhou a perda de quase metade de seus interlocutores durante sua pesquisa de campo, todos vítimas de mortes violentas. E a autora consegue refletir de maneira clara sobre duas faces de uma mesma moeda, que muito facilmente são vistas como antagônicas: o contexto social precário dos jovens, e suas escolhas individuais (estrutura e agência, segundo o debate dos sociólogos). Para a autora,

...as mortes de Niltinho, Vitorino, Alê e Digão são provavelmente muito semelhantes com as mortes de outros jovens homens pobres que acabam por envolver-se na marginalidade. Contexto de uma sociedade escassa de alternativas sociais, mas também de escolhas próprias em direção a uma carreira marginal (p. 74).

Já o trabalho de Iara F. de Melo Martins, Maria da Luz Olegário e Rosângela de Araújo Lima tem o seguinte argumento:

...a construção social das diferenças entre os sexos, além de ser artificial e manipulada/ratificada pela família, escola, igreja, mídia, constitui-se em um objeto de violência, posto que **'impõe'** a adoção de determinados comportamentos e sentimentos em detrimento de outros **absolutamente legítimos** do ser humano, independente do sexo biológico (pp. 59-60, *sic*, grifos meus).

Para as autoras, os jovens seriam as principais “vítimas” do poder da mídia, por serem alvos privilegiados do mercado. Assim, queimando etapas, eles e elas estariam se espelhando em ídolos adultos, tendo as meninas, por exemplo, em cantoras como Madonna ou Britney Spears “referencial de mulher, de beleza, de sensualidade e de comportamento” (p. 57).

Segundo as autoras,

Hoje, qualquer criança do sexo feminino usa batom e as roupas que dantes eram próprias da infância, são miniaturas de roupas de mulheres adultas.

Diante disso, a gravidez precoce na adolescência, o número cada vez maior de jovens com AIDS surpreendem família e sociedade, de um modo geral. O questionamento é inevitável: por que as jovens de 12, 13, 14 anos estão engravidando? Qual a razão? Genuinamente perplexos, como se presos estivessem numa grande ‘Matrix’ (a exemplo do filme), não enxergam a infância roubada dessas garotas que, queimando etapas, não mais pedem brinquedos como presentes, mas roupas e sacolas escolares, sandálias e tamancos de salto da loira ‘mais oxigenada’ do momento ou telefones celulares, para resolver sabe-se o quê (pp. 57-58).

O artigo aponta para questões que precisam ser investigadas – a recepção das mídias por parte das crianças, o que estariam representando os ídolos de crianças e jovens, a diferenciação de gênero a partir da mídia e os hábitos de consumo – embora não dê conta de muitas destas questões. Falar, por exemplo, que a mídia nos impõe comportamentos e sentimentos, em detrimento de outros legítimos, equivale a desprezar a capacidade crítica daqueles que se relacionam com essas mídias (seguindo na direção contrária dos estudos atuais que procuram ver os jovens também como “agentes”). E quem são as pessoas que podem afirmar quais são estes comportamentos e sentimentos “absolutamente legítimos do ser humano, independente do sexo biológico”?

Além disso, se for para questionarmos hábitos de consumo contemporâneos, é preciso observar até que medida estamos tratando de uma questão relacionada a uma determinada idade. Se cada geração trabalha com um acervo

que lhe é disponível, então quais têm sido as referências para estes jovens? Estamos falando de um problema de uma determinada idade, ou de uma determinada sociedade?

Enfim, o livro *Sociologia da Violência: textos sobre juventude e mídia* é instigante, principalmente por nos fazer pensar a respeito de quem são os produtores da violência, e apontar que estamos falando de relações muito mais complexas do que aquelas estampadas em manchetes de jornais.

BAUMAN, Zygmunt. 2005. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

*Ivan Marcelo Gomes
Felipe Quintão de Almeida*

Com profícua produção intelectual desde os anos 1950, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman tem alcançado notoriedade no cenário sociológico brasileiro a partir da década de 1990, devido às várias publicações em português. Seus escritos dos anos 1960 e 1970, praticamente desconhecidos no Brasil, não podem ser comparados em relevância com os trabalhos do final dos anos 1980 e da década de 1990, boa parte deles já publicados em nosso país, quando o debate entre modernidade e pós-modernidade assume a centralidade até então ocupada pelas celeumas que envolviam a discussão entre capitalismo e socialismo em sua obra. Apesar dessa reordenação meta-teórica em seu pensamento, o que, aliás, rendeu-lhe o título de *profeta da pós-modernidade*, Bauman ainda mantém no cerne de sua *Sociologia da pós-modernidade* (ou como ele prefere, *Sociologia da modernidade líquida*) a preocupação com a liberdade, a igualdade e a emancipação humana numa sociedade que pudéssemos denominar de boa, quer dizer, aquela que, ao medir a qualidade de uma ponte pelo seu pilar mais frágil, obsessivamente se considera como insuficientemente boa, num esforço infundável em busca de justiça social e de uma vida mais moral.

Desde a repentina aparição de seus livros no país, o ecletismo característico de sua escrita sociológica tem despertado a atenção de estudiosos não apenas do campo sociológico, de tal modo que, se não endossamos suas principais teses, já não podemos mais ignorá-las. Na obra aqui resenhada, a versão brasileira do livro *Wasted Lives: Modernity and Outcasts*, seu foco nos remete a um tema típico da leitura de Bauman, quer dizer, a produção do refúgio humano (ou da ambivalência) na modernidade, atravessando suas análises nesse livro as distinções sobre a criação e o tratamento dado aos refúgios tanto na modernidade sólida (sociedade de produtores) quanto na modernidade líquida (sociedade de consumidores). O livro apresenta-se dividido em quatro capítulos – (1) *No começo era o projeto*; (2) *Serão eles demasiados?*; (3) *A cada refúgio seu depósito de lixo*; (4) *A cultura do lixo* –, apontando questões macro-sociais nos primeiros capítulos e enfatizando questões individuais no final da obra. Este aspecto vem se constituindo numa característica do autor ao procurar tensionar aspectos individuais e estruturais em sua abordagem teórica.

Bauman, retomando uma temática extensamente desenvolvida por ele em *Modernidade e ambivalência* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999), já na introdução de *Vidas desperdiçadas* apresenta-nos a idéia segundo a qual a produção do refugio humano na modernidade está vinculada à construção da ordem e ao progresso econômico. Ao eleger como marca principal e distintiva de seu projeto a *ordem como tarefa*, a modernidade pôs-se em guerra contra toda e qualquer ambivalência e ambigüidade que colocasse em risco o racional trabalho de ordenação. Como forma de vida ela tornava-se possível assumindo uma tarefa impossível: o impulso para a ordem dotada de um propósito retirou toda sua energia do horror à ambivalência. Entretanto, eis o paradoxo, tais impulsos modernos para a ordem geraram mais ambivalência, o que faz do significado mais profundo desta a impossibilidade da ordem.

Onde há projeto, portanto, existe refugio. “A separação e a destruição do refugio seriam o segredo comercial da criação moderna” (p. 31). Essa tarefa foi o mais profundo significado da colonização e das conquistas que a partir de seus problemas locais impunham soluções globais¹. Assim, os indesejáveis (locais) eram removidos para áreas que, sob domínio dos modernizadores, assumiam a função (global) de “...aterros sanitários a serem utilizados para o despejo do refugio humano da modernização” (p. 12). Todavia, com o triunfo da globalização, os diversos Estados-Nação, invertendo a estratégia modernizante anterior, têm de encontrar atualmente soluções locais para problemas que são produzidos globalmente. Constitui-se então, segundo a reflexão desenvolvida, “...uma crise aguda da indústria de remoção do refugio humano” (p. 13). Atualizando uma constatação já presente em *Amor líquido* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004), Bauman alerta-nos: nosso mundo está cheio. Não sabemos mais o que fazer com o refugio humano. Esta distinção e a tensão provocada em função desta mudança permeiam as análises do autor sobre a atualidade, enfatizando, dentre outros aspectos: 1) a questão da segurança no interior de um mundo gerido por uma economia política da incerteza; 2) a precariedade criada em virtude da desregulamentação presente nos processos de globalização, acentuando o temor vinculado ao rompimento de fronteiras entre os Estados-Nação; 3) as precárias

¹ O enfrentamento dos problemas gerados localmente exigia soluções pensadas universalmente, eis a tarefa dos legisladores (filósofos e políticos) nos estágios iniciais da modernidade. Regidos pela regra da razão universal, puseram-se a domar o que consideravam como caos, falta de cultura, idiosincrasia ou, numa só palavra, refugos do processo levado a cabo pela e na modernidade. Tais aspectos foram profundamente trabalhados por Bauman no livro *Legisladores e intérpretes: sobre la modernidad, la posmodernidad y los intelectuales* (Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1997).

garantias de segurança provenientes da economia e da *sociedade*, que direcionam as ações para a busca da segurança individual (corporal).

No primeiro capítulo são apresentados mal-estares que assaltam a geração nascida no admirável e líquido mundo moderno. Essa geração X (nascidos a partir de 1970), tal como Bauman a designa, foi *elaborando* uma outra relação com o emprego em virtude de sua escassez e de sua precarização, bem como em função de um certo discurso a favor da flexibilidade individual e da necessária falta de apego aos vínculos empregatícios. Nesse bojo, o trabalho já não pode mais oferecer um eixo seguro em torno do qual envolver e fixar autodefinições, identidades e projetos de vida. Despido de seus adereços escatológicos e arrancado de suas raízes metafísicas, perdeu a centralidade que se lhe atribuía a galáxia dos valores dominantes da sociedade regida pela vocação ética do produtor. Outrora uma condição claramente temporária e anormal, a noção de desemprego que ganhou proeminência durante o nascimento da geração X sugere permanência e aponta para a regularidade da condição. Na sociedade de consumidores atual, as baixas colaterais – os refugos humanos – resultado do progresso do mundo do trabalho são consideradas um problema financeiro, inexistindo locais para os refugados no modelo neoliberal a não ser o monte de lixo. Já não há mais espaço para esse lixo humano produzido pela sociedade de consumo. São seres *redundantes*, sem função, não consomem; diferentes, desta forma, dos exércitos de reserva da sociedade de produtores. Os refugos numa sociedade de consumidores devem ser excluídos. Bauman apresenta aqui uma descrição interessante do refugo: “...o problema mais angustiante e o segredo mais guardado de nossos dias” (p. 37).

Em uma inversão da crença weberiana, o autor ressalta que o problema para os indivíduos contemporâneos está na indeterminação dos fins que são múltiplos e efêmeros. O caminho *certo* a ser seguido se desmorona rapidamente, tornando tal situação ainda mais angustiante para os refugos que não possuem nenhuma rota segura para pertencer aos *integrados*. A incerteza nas formas de agir contrasta, de certa forma, com a clareza com que se é identificado como refugo, pois este é uma construção do pensamento, uma imagem do mundo. O refugo é uma forma de denominação que contribui na definição da norma. O refugo, dentro de uma sociedade que prega o novo e a aceleração, deve ser separado e destruído como um lixo. Mas onde colocá-lo neste contexto global? Os integrados buscam torná-los invisíveis e inimagináveis. O refugo é uma lembrança cotidiana do perigo. Um lembrete do futuro que pode *agraviar* qualquer um. Por isso, devem tornar-se invisíveis e inimagináveis. Assim, entra em cena uma indústria que só tende a crescer: a de remoção do lixo.

Mas se existe o desejo de excluí-los, onde colocá-los? Esta questão subjaz todo o segundo capítulo do livro. Se na modernidade sólida os refugos decorrentes dos processos modernizadores eram enviados para áreas vazias², na modernidade em seu atual estágio, embora permaneçam as baixas colaterais do progresso econômico, não existem mais tais áreas onde colocá-los. Daí a preocupação dos Estados e das organizações internacionais com a superpopulação dos países pobres ou em desenvolvimento. Este excesso de refugio produzido globalmente inquieta e faz parte, mais do que nunca, da agenda política dos Estados-Nação integrados à modernidade atual. Refugiados e imigrantes tornam-se um alvo preferencial das potências mundiais, pois permitem a visualização da força estatal perante suas populações. Tais Estados exercitam a criação do medo dos refugos. Os refugos humanos são moldados como os instauradores da insegurança, os pregadores da violência: há uma espécie de afinidade eletiva entre os imigrantes e os menos toleráveis de nossos próprios temores domésticos. Desta forma, estes Estados buscam atender aos apelos (que eles próprios ajudaram a criar) da população que clama por segurança. Já que não pode ter as rédeas da economia, seu foco dirige-se para os perigos atrelados aos refugos. Assim, tais Estados continuam a afirmar sua prerrogativa essencial de soberania básica, quer dizer, o “direito de excluir” (p. 45). Nesse bojo, a alternativa do Estado parece ter sido encontrada na questão da segurança pessoal: “...ameaças e perigos aos corpos humanos, propriedades e hábitos provenientes de atividades criminosas, a conduta anti-social da ‘subclasse’ e, mais recentemente, o terrorismo global” (p. 68). Em outras palavras, a nova demanda popular por um poder de Estado vigoroso, com condições de ressuscitar as fracas esperanças de proteção contra o confinamento ao lixo, é construída sobre os pilares da vulnerabilidade e da segurança pessoais, e não da precariedade e da proteção sociais.

Bauman *finaliza* esta discussão apontando mais um paradoxo: o refugio deve ser excluído, mas também é necessário. O autor argumenta que uma sociedade do consumo que enfatiza o conforto, o esforço mínimo e a busca incessante de sensações prazerosas não estimula seus integrantes (os consumidores) a realizarem o serviço sujo vinculado ao lixo produzido diariamente. O transtorno ocasionado pelo lixo não combina com o consumidor. O lixo combina com pessoas do seu nível: os refugos.

A incapacidade de controle estatal perante a economia globalizada, quer

² Áreas vazias ou espaços vazios, como diz Bauman em *Modernidade Líquida* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001), são, antes de mais nada, vazios de significado. Não que sejam sem significados porque são vazios: é porque não têm significado, nem se acredita que possam tê-los, que são vistos como vazios ou, melhor seria dizer, não vistos. São apenas resíduos inevitáveis do processo de mapear o espaço partilhado por muitos usuários diferentes.

dizer, sua territorialidade ante a força extraterritorial do capital – eis o que a política com P maiúsculo se tornou hoje (*Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000) –, é retomada e aprofundada no terceiro capítulo. A impossibilidade de legislar com segurança frente aos fluxos globais contribui, como enfatizado anteriormente, na mudança de foco do Estado. Esta mudança propicia uma nova roupagem ao caracterizar a passagem do Estado Social para o Estado Penal, tema já abordado por Bauman no último capítulo do livro *Globalização: as conseqüências humanas* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999) e aqui mais bem desenvolvido. O Estado se silencia na área social e investe na criminalização, no seu poder de excluir os indesejáveis. Este formato estatal retoma uma questão anteriormente colocada: onde colocar os refugos na ausência de áreas vazias? Para o autor, esta questão está articulada com um dos resultados mais fatais do triunfo global da modernidade, quer dizer, a “crise aguda da indústria da remoção do lixo humano” (p. 89). Neste contexto, os *Novos Estados Modernos* são pressionados para buscarem soluções locais para seu refugio, embora estes problemas sejam produzidos globalmente. Novamente se constitui a preocupação com o excesso do refugio humano. Os desafios colocados aos países modernos desenvolvidos para enfrentar a ambigüidade que é o refugio (o indesejável e o necessário) apresentam um novo elemento: o comércio do refugio humano. *Empresas* se especializam para transportar os ilegais para estes países. Um filão de mercado que parece não cessar.

Imersos nessa crise, advoga Bauman, uma das indústrias que mais prosperaram nas terras dos retardatários relaciona-se à produção maciça de refugiados: “...milhões de migrantes vagam por estradas que já foram trilhadas pela ‘população excedente’ descarregada pelas estufas da modernidade (...)” (p. 93). Os refugiados são destituídos de um Estado que lhes garanta uma *identidade* e colocados em abrigos que ampliam esta carência identitária. Os refugiados são *foras da lei*, “...não desta ou daquela lei deste ou daquele país, mas da lei como tal” (p. 96). A *vida crua* (utilizando um termo de Michel Agier) à qual está submetido o refugiado é sempre dependente da *ajuda humanitária*. Esta ajuda remete a um outro paradoxo apontado pelo autor: “...a vontade esmagadora de remover o perigoso refugio humano satisfazendo ao mesmo tempo o pungente impulso de retidão moral” (p. 97-98). Este depósito de lixo humano, como o autor caracteriza os campos de refugiados, não significa ser desejado pelo Outro, ser bem-vindo na *boa sociedade*. Significa apenas que o refugio está sob proteção e que de lá (do campo/depósito) não deve sair. A decisão de se movimentar e de se denominar ou não como um refugiado não pertence ao mesmo, mas sim às agências de *ajuda humanitária*.

Uma história um pouco diferente, porém, acomete aqueles seres redundantes que, ao contrário dos refugiados e imigrantes, pertencem ao próprio local que os torna supérfluos. Nesses casos, cujo exemplo tomado por Bauman

é o (hiper)gueto, os depósitos de lixo devem ser estabelecidos dentro da localidade que tornou os *de dentro* irrelevantes. Com a ausência de espaços vazios para onde pudessem ser deportados, os refugos produzidos localmente criam seus próprios espaços vazios, descritos como uma espécie de corpo estranho que não pode ser expelido, mas incessantemente deve receber dosagens alopáticas, intervenções estatais, para que permaneça escondido e não se alastre. Os (hiper)guetos urbanos são lixos das grandes cidades que não podem ser removidos (afinal, as áreas vazias não existem ou são de uma escassez tremenda!), apenas *guardados*. Aqui, o autor retoma a tese da função criminalizadora assumida pelo Estado em relação aos problemas sociais. Assim, o *Estado Guarnição* (referindo-se à denominação de Henry Giroux) se desobriga, ao contrário do *Estado Social*, a estabelecer as garantias sociais atendendo aos apelos das corporações transnacionais, ao mesmo tempo em que fortalece a luta contra os perigos domésticos. Neste sentido, as instituições sociais (que ainda não foram privatizadas) não buscam readaptar os inaptos para exercer funções sociais (visto que não mais as possuem), mas simplesmente colocar o refugo em contêineres. Como explicita o autor: “Em suma, as prisões, como tantas outras instituições sociais, passaram da tarefa de reciclagem para a de depósito de lixo” (p. 108).

A partir deste ponto, começa a ser enfatizado no texto os efeitos e as ações individuais em virtude dos aspectos anteriormente abordados. Bauman descreve os indivíduos da modernidade líquida envoltos em incertezas que se materializam na falta de instituições balizadoras (ou, como em uma inversão radicalizada, no excesso delas ou de outras formas de conselheiros) que apontem caminhos, soluções, ou pelo menos, *bureaus* de reclamação aos quais possam se dirigir. Não há a quem recorrer perante os danos colaterais da economia. As possibilidades de ser uma baixa colateral ampliam as incertezas e *estimulam* a busca de soluções individuais para problemas sociais. A ausência estatal nestes quesitos, atrelada ao apelo por saídas individuais, se constitui em um dos aspectos temáticos recorrentes na análise desenvolvida pelo autor. A este argumento, Bauman acrescenta que a precariedade desta condição humana gera a desconfiança. Para o autor, vivemos em um período em que “a confiança é substituída pela suspeita universal” (p.115). Nesta condição, segundo a argumentação, os compromissos – encarados na perspectiva da suspeita, do *até segunda ordem* – são uma forma de refugo que, como tal, estão sempre à disposição para serem depositados nos lixeiros das relações cotidianas.

Bauman, na análise desenvolvida no último capítulo, reforça a argumentação anterior ao apontar a transitoriedade da modernidade líquida articulada com a ênfase da vida individual na busca por longevidade. Esta aposta na vida está relacionada com vivenciar intensamente o presente ao invés do *adiamento da satisfação* como requisito para um futuro melhor. Viver o agora aparece como lema do colecionador de sensações, o consumidor, que necessariamente deve fazer escolhas

para alcançar metas estabelecidas em diferentes espaços e relações sociais. Para o autor, esta busca incessante pela novidade pode produzir as *vítimas do desejo*, que têm como uma de suas estratégias para o enfrentamento dos apelos cotidianos o *endividamento*. Endividar-se passou à denominação de algo normal para o consumidor (o integrado) que não quer ser *convidado à lixeira* mais próxima por ser encarado como algo velho, inapto, atrasado... um refugio. Segundo o autor: “A rejeição do novo é de mau gosto (...)” (p. 145).

A luta para não se tornar lixo produz novas formas de refugio dentro de uma cultura que o autor denomina como de *desengajamento, da descontinuidade e do esquecimento*. Este tipo de cultura torna inerente a produção de refugos nas relações cotidianas, nos objetos adquiridos e nos compromissos suspeitosamente criados. Esta forma de cultura responsabiliza o indivíduo pelas escolhas efetuadas, as quais são realizadas num contexto transitório. O *homo oeconomicus* e o *homo consumens* são homens e mulheres sem vínculos sociais. Suas escolhas são testes diários que os indivíduos realizam para provar se devem ou não ser depositados nos lixos da sociedade de consumo que exacerba a busca pelo belo. A diferença em relação a outros períodos é que a beleza também se enquadra neste contexto de mobilidade. Não sendo o belo um ponto fixo, o gosto e o conhecimento adquiridos não são guias seguros neste tipo de cultura que preza pelo incessante cultivo do desejo. Ficar atento ao que é considerado belo tornou-se uma necessidade corriqueira para o consumidor no mercado cotidiano de corpos belos, visto que o feio tem como destino o depósito de lixo. Ao referir-se a esta questão, Bauman relembra a situação individual atual: “A sociedade de consumidores é uma sociedade de mercado. Todos nos encontramos totalmente dentro dele, e ora somos consumidores, ora mercadorias” (p. 151). Assim, dentro da ambigüidade presente nestas relações, o autor finaliza o livro apontando que esta lógica da provisoriidade afeta tanto o espaço público quanto o privado. A imagem de *amigos descartáveis* em *encontros velozes*, constituindo-se em cenas comuns na modernidade líquida, ilustra uma das preocupações do autor perante as relações humanas na atualidade. Essa descartabilidade das relações humanas, amplamente discutida por Bauman em *Amor líquido*, é apenas uma das possibilidades que o consumidor sente que controla e que o autor desconfia.

Essa desconfiança presente em *Vidas desperdiçadas* é a expressão do esforço *baumaniano* frente às ambigüidades da sociedade de consumidores. Como tentamos demonstrar, com as argumentações presentes neste livro Bauman não somente retoma temáticas já usuais de sua escrita sociológica, como também apresenta e desenvolve questões que estão a afligir a sociedade privatizada, desregulamentada e individualizante que adentra o século XXI. Por isso mesmo, aliás, sua leitura e análise crítica tornam-se imprescindíveis para todos aqueles preocupados em aprender a lidar com as ambivalências e incertezas que acossam a sociedade contemporânea.

NESTA EDIÇÃO:

DOSSIÊ: RE-ARRANJOS IDENTITÁRIOS E SOCIEDADE CIVIL

O RETORNO DO "POVO": RAZÃO POPULISTA, ANTAGONISMO E IDENTIDADES COLETIVAS

Ernesto Laclau

GLOBALIZAÇÃO, REDE TECNO-SOCIAL E POLÍTICA URBANA

Tamara Tania Coben Egler

DISCURSOS LIBERTÁRIOS: ENTRE A "INCLUSÃO" E "UM NOVO MUNDO POSSÍVEL"

Josias V. de Paula Jr

O RECONHECIMENTO MULTIIDENTITÁRIO E O CAMPO MULTICULTURAL DOS DIREITOS SOCIAIS

Sérgio Luiz P. Silva

ARTIGOS

A PRESUNÇÃO DE URGÊNCIA E SEUS ÍNDICES NAS APRECIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO PRONTO-SOCORRO DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO

Armelle Giglio-Jacquemot

A "ANARQUOLA ORGANIZADA" DAS REFORMAS ADMINISTRATIVAS NO SETOR PÚBLICO: UMA ABORDAGEM À LUZ DO MODELO GARBAGE CANE DO POLICY ENVIRONMENT

Italo Fittipaldi

PELEGOS, PUROS E MODERNIZADORES: REFLEXÕES ACERCA DO TERMO ASSISTENCIALISMO NO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

José Fernando Souto Jr.

RESENHAS

FERREIRA JR., Edísio; MARTINS, Iara; MEDEIROS, Kátia (orgs.) *Sociologia da Violência: textos sobre juventude e mídia*. João Pessoa: Editora Universitária/PPGS – UFPB, 2005.

Elaine Müller

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

Ivan Marcelo Gomes e Felipe Quintão de Almeida